

TAVARES BASTOS

Um Titã das Alagoas



Paulo de Castro Silveira

Assembleia Legislativa de Alagoas
19ª Legislatura

Marcelo Victor - Presidente

Galba Novaes - 1º Vice-Presidente

Yvan Beltrão - 2º Vice-Presidente

Ângela Garrote - 3º Vice-Presidente

Paulo Dantas - 1º Secretário

Davi Davino Filho - 2º Secretário

Marcos Barbosa - 3º Secretário

Tarcizo Freire - 4º Secretário

Dudu Ronalsa - 1º Suplente

Flávia Cavalcante - 2º Suplente

Antonio Albuquerque

Breno Albuquerque

Bruno Toledo

Cabo Beбето

Cibele Moura

Davi Maia

Fátima Canuto

Francisco Tenório

Gilvan Barros Filho

Inácio Loiola

Jairzinho Lira

Jó Pereira

Léo Loureiro

Marcelo Beltrão

Olavo Calheiros

Ricardo Nezinho

Silvio Camelo

TRIBUTO AO PATRONO

Com esta nova edição da obra biográfica “Tavares Bastos, um Titã das Alagoas”, concebida pelo saudoso escritor, advogado e jornalista Paulo de Castro Silveira, o colegiado da 19^a legislatura do Poder Legislativo de Alagoas celebra os 180 anos do nascimento de seu Patrono.

Alagoano de Marechal Deodoro, nascido em 20 de abril de 1839, Aureliano Cândido Tavares Bastos foi sempre um homem muito além do seu tempo. Mesmo com tão pouco tempo de vida, pois faleceu com apenas 36 anos, deixou um ideário que ultrapassou épocas para entrar na história, sendo ainda seu pensamento contemporâneo em nosso meio.

Abolicionista convicto, criminalista, escritor e deputado aguerrido, Tavares Bastos se conserva jovem entre as novas gerações. “Não envelheceu”, como diz o biógrafo nesta obra histórica.

No livro “A Província”, Tavares Bastos revelou-se um crítico das deformações produzidas pela concentração de poder - e lá pelos idos de 1870. Sendo defensor da descentralização, passou então a ser apontado como um dos precursores do federalismo no Brasil.

A sensibilidade e a visão de futuro do nosso Patrono também são notáveis no livro “O Vale do Amazonas”. Após visitar a região, traduziu em escritos

suas impressões. “O que mais reclama a medida do livre comércio do Amazonas é o próprio interesse do Brasil, e que, pois, essa medida deve ser decretada como coisa sua, como ato da sua soberania, necessário ao bem estar dos povos e ao desenvolvimento da riqueza pública”, registrou Tavares Bastos em 1862.

Esta reedição é decorrente do conteúdo original, datado de 1976 e pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Prevalece, portanto, o compromisso de prosseguir democratizando o pensamento de Tavares Bastos em nosso meio social.

Deputado Marcelo Victor

Presidente da Assembleia Legislativa de Alagoas

APRESENTAÇÃO

Aureliano Cândido Tavares Bastos

Em 1976 o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, através de convênio com o Conselho Federal de Cultura, publicou o livro de autoria do acadêmico e membro efetivo de nossa Instituição, o dr. Paulo de Castro Silveira, intitulado “Tavares Bastos Um Titã das Alagoas”, falecido em 1985.

Aureliano Cândido Tavares Bastos nasceu na antiga cidade das Alagoas, atual Marechal Deodoro, no dia 20 de abril de 1839. Seu pai, dr. José Tavares Bastos, foi juiz de Direito de várias comarcas e também trabalhou como juiz de Direito em São Paulo e Niterói (Rio de Janeiro), chegando a exercer as funções de desembargador e ministro do Superior Tribunal de Justiça, quando se aposentou.

Para o historiador Craveiro Costa “sua obra ainda hoje é considerada primorosa, pelo seu estilo, erudição e visão perfeita das necessidades brasileiras”, em todas as suas modalidades administração, economia, finanças, políticas, avaliam: Os males do presente e as esperanças do futuro (1861); Cartas do Solitário (1861-1862); O Vale do Amazonas (1866); A situação e o partido liberal (1872); A Província (1870); A reforma eleitoral e parlamentar e a constituição da Magistratura (1973) e A opinião e a Coroa (1873).

Foi casado com D. Maria Alice Alves Barbosa e de seu casamento teve uma filha, D. Eliza Tavares Bastos.

Tavares Bastos, na opinião do jornalista Rodrigo de Gouveia, reunia as qualidades do político por excelência. Mais que isso: foi um estadista.

Faleceu aos 36 anos, em Nice, na França, no dia 3 de dezembro de 1875, vítima de tuberculose pulmonar que lhe minava o organismo.

Em boa hora a Assembléia Legislativa Estadual, através de seu presidente, deputado Marcelo Victor, refaz a história desse grande alagoano. E o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas solidariza-se com essa iniciativa, cujo empenho foi do jornalista Joaldo Cavalcante, Diretor de Comunicação do Poder.

Jayme Lustosa de Altavila

Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas

Esta obra é relançada pela Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas. De autoria do escritor e jornalista Paulo de Castro Silveira, foi originalmente publicada em 1976, pelo Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, em convênio com o Conselho Federal de Cultura.

Maceió-AL
2019



ÍNDICE

I PARTE

O abolicionista	15
O publicista reformador	19
O jovem que não envelheceu	27

II PARTE

Nasce o estadista	33
O menino e a terra	37
As lutas políticas	43
O esquecido	59

III PARTE

Um menino no meio da borrasca	65
Em Olinda enfrentado o vestibular	67
Acadêmico de direito em São Paulo	71
Um retrato, simplesmente um retrato	77

IV PARTE

O que iria fazer o novo bacharel?	83
Eleito deputado	87
Um cordeiro entre feras	91
Idealismo e heroísmo	97

V PARTE

O amigo Saraiva	103
Pisando em terreno perigoso	105
Uma ilha cercada de livros	111
Guerra é guerra	115

VI PARTE

Saraiva, Sinimbu e o Brasil	121
114 anos depois	125
As ideias do estadista	135
A reforma administrativa	141

VII PARTE

O preço da verdade	151
O desbravador da Amazônia	155
A luta continuaria	161
Tavares Bastos e a segurança nacional	165

VIII PARTE

A Província	169
Perseguido pela doença	175
Fora do parlamento	179
MORIS VELOCIS SPATTI META NOVISSIMA EST	183

ÍNDICE DAS GRAVURAS

- 1 – Aureliano Cândido Tavares Bastos
- 2 – José Tavares Bastos, pai de Aureliano
- 3 – Tavares Bastos e a Amazônia (caricatura)

- 4 – Tavares Bastos e o conselheiro Saraiva (caricatura)
- 5 – Rosa Cândido Tavares Bastos, mãe de Aureliano
- 6 – José Lins Vieira Cansação de Sinimbu
- 7 – D. Pedro II, Imperador da República
- 8 – Alegoria das repúblicas ribeirinhas do Amazonas homenageando o pensador morto (Revista ilustrada, 14/01/1866)
- 9 – Cartaz anunciando um leilão de escravos
- 10 – Tavares Bastos e a Amazônia (caricatura)
- 11 – O trabalho forçado dos escravos na fazenda (tela de autor desconhecido)
- 12 – Alojamento de escravos em navio negreiro e peças de suplício (segundo uma publicação inglesa de 1823)
- 13 – Transporte de escravos africanos
- 14 – Embarque de escravos africanos, vendo-se soldados escoltando a mercadoria
- 15 – Última residência de Tavares Bastos
- 16 – Uma igreja da velha cidade das Alagoas, monumental obra barroca
- 17 – O velho convento da antiga capital alagoana
- 18 – Os índios do vale Amazonas
- 19 – Índio flechando por elevação
- 20 – Aureliano Cândido quando colou grau em direito
- 21 – Conselheiro José Antônio Saraiva, amigo de Aureliano



I PARTE

ESBOÇO DE UMA VIDA E UMA OBRA

- 1 — O abolicionista
- 2 — O publicista reformador
- 3 — O jovem que não envelheceu



O ABOLICIONISTA

O ILUSTRE e saudoso ensaísta Carlos Pontes, no seu livro Tavares Bastos, escreveu nos idos de 1938: “Sobre Tavares Bastos muito se escreverá ainda; muito e melhor, o que não é difícil. Este livro, sem maiores pretensões, representa a primeira pedra trazida para o monumento do grande brasileiro. E, como toda pedra fundamental, tem apenas um valor simbólico”.

Decorridos muitos anos muito se disse verbalmente e por escrito a respeito do excelso pensador nascido nas Alagoas. Contudo, muito ainda falta para se conhecer aquela figura de estadista, de filósofo, de jurista; o pensador que só viveu trinta e seis anos (1839 – 1875). E em trinta e seis anos deixou um volumoso cabedal de saber, que nada representou materialmente para o intelectual sofrido, mas que é hoje subsídio para a história administrativa do Brasil, e onde estão presentes o cultor da Ciência do Direito, o reformador, o abolicionista, o internacionalista da “Missão do Prata”, o descentralizador que foi, por excelência, o grande municipalista, o defensor do voto direto, o parlamentar brilhante que surge entre lutas e sofrimentos, escorado num ideal que não o estrangulou num emaranhado de uma política cruel do vale tudo, tecida nos bastidores dos palácios, e muitas vezes na ambição provinda dos interesses particulares

que pairavam acima da pátria querida.

Nascido na velha cidade das Alagoas, hoje Marechal Deodoro, naquele vinte de Abril de 1839, o menino Aureliano Cândido Tavares Bastos, em pouco tempo de vida se deparava com as lutas políticas da província, da qual seu pai, o Dr. José Tavares Bastos era o chefe civil de um movimento. O menino Aureliano via o sofrimento de sua mãe, dona Rosa Cândida de Araújo. As notícias das lutas, das emboscadas, dos encontros armados chegavam ao seu lar. E uma paisagem assim não provocaria mais tarde, na alma do jovem, o ódio. Ele não foi um recalcado no sentido “freudiano”, porque era um filósofo. Saberia sublimar, pondo sua inteligência em função das grandes causas, principalmente na defesa dos humildes.

Tavares Bastos, como observam os que estudaram sua vida e sua obra, foi, sobretudo, um abolicionista precoce. Em 1856, escreveria um ensaio intitulado OBSERVAÇÕES À NOSSA LEGISLAÇÃO CRIMINAL SOBRE ESCRAVOS. Então doutrinava, como bom planejador:

“... O remédio contra a escravidão não está em comprimi-la, o único, aquele que sinceramente reclamo em nome da justiça e em nome da utilidade, é a lenta emancipação.”

Aí surge o criminalista arguto que aos dezessete anos desafiava não só o poder governamental, mas os senhores feudais escravocratas; e, porque não dizer, todo um sistema sócio-econômico que repousava nos braços dos negros acorrentados por uma legislação cruel. Esse aspecto da vida do alagoano ilustre ainda não foi completamente dissecado, estudado, e muitos anos mais tarde, teses defendidas por Nina Rodrigues e

outros, nada mais foram do que proclamações racistas veladas, espécie de “Cabana do Pai Tomaz”, com “O Negro da Alma Branca”, mas negro, sofrido, humilhado.

Pelo visto, o menino de dezessete anos antecedeu-se às lutas pela libertação, arrimando-se ao Direito Penal, à Criminologia, à Sociologia, sem pieguismos sentimentais ou arroubos poéticos que morriam nas rodas boêmias de sua geração. Assim, Tavares Bastos estudou, em vários ensaios, o sistema de organização de trabalho. Buscava o auxílio da Antropologia e então bradava:

“Daqui a um século a fisionomia do Brasil será a mais interessante do mundo por causa dessa fusão. A raça brasileira (que então se formará) terá a imaginação do africano e a reflexão do branco.

O maior espanto virá disto: será a raça antiportuguesa principalmente” (in Cadernos de Tavares Bastos sobre a Escravidão — Biblioteca Nacional — Seção de manuscritos).

Parecia até que o autor de CARTAS DO SOLITÁRIO profetizava a futura mulata a brilhar nos palcos internacionais, com sua beleza, sua dança, sua música, sua voz, e para repetir o mestre das Alagoas, a raça “mais interessante do mundo”.

Claro, que tudo que Tavares Bastos fez teve ciência, honradez, cultura e coragem. Empolga-se, todavia, a sua luta contra a escravidão, em face da sistemática científica que adotou. Foi o abolicionista que criticou a “Fala do Trono de 1867”, lamentando as contradições dessa proclamação que pela primeira vez abordava o problema do negro escravo. (Anais da

câmara de 10-06-1867). Daí, então, surgiram várias leis, como a da proibição de vendas de escravos em pregão público (1869), e a Lei do Ventre Livre.

Em 27 de Junho de 1866, como deputado, apresenta ao parlamento projeto de Lei que proíbe às sociedades, companhias e corporações, civis ou religiosas, a constituírem daí por diante, a posse de escravos. Para tal, entendeu que o artigo 179, do Código Criminal, seria aplicado na espécie. Foi, portanto, uma batalha sobretudo jurídica, uma conquista difícil, degrau por degrau, até que os Códigos Brasileiros usaram uma expressão — “trabalho livre”.

Muito se teria a dizer dessa luta. Mas as novas gerações poderão bem estudar a figura desse alagoano que começou dando um bom exemplo. É que alforriou de uma só vez os escravos que recebera por herança em face de seu casamento.

Mas em outros setores ele mostraria o seu valor, a sua coragem, coragem tão bem alagoana que se reflete em homens como Deodoro e Floriano.

O PUBLICISTA REFORMADOR

QUEM leu CARTAS DO SOLITÁRIO, O VALE DO AMAZONAS e A PROVÍNCIA, estas três grandes obras de Aureliano Cândido Tavares Bastos, sente que em vida esse pensador foi um homem arrumado.

Em Cartas de um Solitário vê-se um escritor jurista abordar vários problemas de governo que desafiavam os administradores empíricos daqueles dias. A emperrada máquina burocrática é um monstro com que se depara o mestre. Aí ele é o precursor da descentralização sensível e da delegação de competência que só atingiria o Brasil com a Reforma Administrativa, baixada pelo Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Tavares Bastos sente os reflexos de um sistema que não pertence a todos, mas a um, ou grupos privilegiados. Por isso diria:

“Com efeito, enquanto se gasta o tempo inutilmente através das informações e das consultas, aumenta-se a necessidade do pessoal nas repartições a fim de satisfazer as exigências de um serviço de propósito complicado. Enquanto este sistema enfraquece ou anula a iniciativa dos funcionários e das estações subal-

ternas, fortalece o ministro de forma que exige uma atividade excedente da medida ordinária.” (CARTAS DO SOLITÁRIO pg. 37).

Era o praxista que com arrimo no Direito Constitucional, no Direito Administrativo, na Ciência da Administração, antevia a existência do IDORT, do DASP, da Fundação Getúlio Vargas e das Universidades Brasileiras, com suas escolas de economia, de ciências contábeis, de sociologia, de administração. E, por isso, o insigne alagoano proclamava:

“O vício orgânico dos homens neste país vós o sabeis, é a ausência de autonomia. O brasileiro não se sente independente e livre, não se dispõe a vagar nos mares da vida contando só com a sina de sua estrela e os ventos da sua fortuna, não resolve caminhar senão apoiado nalgum braço protetor”. (Ob. cit., pg. 36).

Tavares Bastos nas suas CARTAS DO SOLITÁRIO é o reformador pregando uma nova sistemática que desafiou governos e até sistemas advindos com a chamada revolução de 30.

É de se lamentar que tantos, tantos, não conhecem essa obra, não sendo objeto de análise na Alagoas, pelo menos. Então, os pesquisadores do Direito comparado iriam se defrontar com teses como a liberdade da navegação, os sistemas tributários e uma série de problemas de ordem administrativa abordados em 1863, que são atuais, alguns até ainda desafiando a inteligência, a argúcia dos nossos administradores, parlamentares e juristas, como, por exemplo, a reforma judiciária brasileira.

O VALE DO AMAZONAS é outro livro indispensável ao professor, ao cientista social, ao político dos dias que correm. Ocorreria com seu autor, o que anos depois aconteceria com o grande economista e historiador Craveiro Costa; ambos sempre apoiados em quadros estatísticos sobre tudo que diz respeito ao comércio no vale do Amazonas.

Causa admiração que, numa existência tão atribulada de político e pensador, possa esse filho das Alagoas levantar tantos elementos para convencer da realidade de suas teses, mostrando quadros de importação e exportação, especificadamente do Brasil para o mundo, referindo-se até à tonelagem e equipagem dos navios que entravam e saíam dos portos do grande vale. (Ob. cit., pags. 164 a 185).

Nos seus trinta e seis anos de vida, Tavares Bastos não seria um acomodado nas fofas cadeiras dos gabinetes. Ele navegou pelos grandes afluentes daquele mundo amazônico. Andou por cima do Tapajós, do Mamoré, do Guaporé, do Madeira, do Purus, do Madre de Deus, do Yuruá; examinou as potências das cachoeiras. Investigou o tráfego de índios, bradando contra a escravidão do vale, denunciando a astúcia e a maldade dos brancos que compravam jovens índios para o trabalho. Então o pensador exclama:

... “falo nos que são roubados ou comprados nas tribos para servirem nas plantações e nas feitorias.” (Ob. cit., pg. 366).

Pelo visto, continua a existir o problema acima exposto, que vinha do padre Anchieta e dos desmandos das bandeiras. Por isso, Tavares Bastos é um atual que poderá ser invocado em qualquer relatório de um indianista honesto, como foi o grande Marechal Rondon.

O autor do O VALE DO AMAZONAS revolta-se contra os crimes praticados contra os índios. E diz:

“ Como sucedia com os negros importados da África, ou seja por causas morais, ou seja por maus tratamentos em uma longa e penosa viagem, chegam os índios fracos e abatidos: uma profunda nostalgia, moléstias e sevícias arrebatam por centenas os miranhas empregados nos estabelecimentos do Tefé.” (Ob. cit. Pag. 367).

Num pálido trabalho, quando o conferencista escreve e fala angustiado pelo receio que tem de cansar os que o ouvem, seria impossível comentar esta obra — O VALE DO AMAZONAS — como a vida deste extraordinário homem público que foi Tavares Bastos. Sua luta no Parlamento, as ingratidões e incompreensões que sofreu, são as mesmas a que está sujeito qualquer político espreitado por julgadores despreparados, cruéis e recalçados.

Em 1870, Tavares Bastos publicou A PROVÍNCIA, com um subtítulo de “Estudo sobre a descentralização do Brasil”. Bem interpretado este livro, o leitor encontrará nele o jurista ameno que não usa uma linguagem vaidosa ou cabotina, calcada em princípios românticos, como era costume naquela época.

Tavares Bastos, espírito de evolução, entendia que as constituições não poderiam durar uma eternidade, porque suas formas teriam automaticamente de obedecer à segurança e ao progresso. Fala o político, o parlamentar, que é jurista e escritor, e sua voz parece que está ecoando no Brasil de 1975:

“A descentralização, que não é, pois, uma questão administrativa somente, parece o fundamento e a condição de êxito de quaisquer reformas políticas. É o sistema Federal a base sólida de instituições democráticas.” (A PROVÍNCIA, pg. 13).

Adepto da limitação do poder — e quando esse mestre fala em poder é no sentido Estado-União; Estado-Membro e Município — ele pensa como posteriormente pensaria um estadista da altura do Presidente Castelo Branco, que deu ao administrador instrumentos como o Decreto – Lei 200 ou o Código Tributário Nacional — para citar dois diplomas legais — que se inspiraram nos princípios que representam toda uma doutrina político-jurídico-administrativa de Tavares Bastos. É que o mestre alagoano entendia que a causa das reformas demandava o estudo dos problemas que envolvem a descentralização, exigem novas pretensões do Governo em defesa sobretudo do Estado-Membro e dos Municípios.

Tavares Bastos fala dentro de uma sistemática de governo que era a monarquia. Mas ele diria que com a centralização, jamais haveria desenvolvimento, e conseqüentemente liberdade de planejar e dirigir.

E diria mais que essa sistemática seria “fonte perene de corrupção que envenena as mais elevadas regiões do Estado” (Ob. cit. Pag. 37).

Mostrando o sistema eleitoral em face da administração, o grande estadista proclama a necessidade de uma Justiça Eleitoral independente dos governos, da polícia, para que a nação seja reanimada e não um cadáver vítima de centralização.

Quem fala assim não é um político profissional, um politiqueiro, um politicóide, mas um idealista. Político no sentido “aristotélico” — um mestre da ciência e da arte de governar. Político na expressão de KELSEN, homem de conhecimentos sistemáticos dos

fenômenos políticos, isto é, do Estado como fato político que engloba os demais fatos políticos. Não foi, portanto, Tavares Bastos um carreirista, e por isso era um alvo descoberto para os intrigantes e bajuladores de todos os governos.

Infelizmente, além de me faltar “engenho e arte” para interpretar essa obra de Tavares Bastos, o tempo também conspira contra mim. Detenho-me aqui — numa grande síntese — sobre a figura do imenso municipalista que não se atemorizou de atacar um conservadorismo retrógrado, reacionário, que atuava, sobretudo, no Nordeste. Ninguém melhor de que o jurista alagoano conceituou o sentido das posturas municipais libertadas da centralização onde o prefeito pudesse governar em função dos interesses da comunidade, e não se tornando simples recebedor de ordens de chefes políticos. Rebelou-se contra o Ato Adicional, no que tange a competência que foi dada às Assembleias das Províncias a determinar publicações de leis regimentais obrigatórias para os colegiados municipais. E defende as figuras dos Prefeitos e Vereadores, cada um com sua responsabilidade, determinando o progresso do município, como consequência dos progressos dos Estados-Membros e da União.

Essa obra, esse livro A PROVÍNCIA seria saudado no seu tempo por homens como Tobias Barreto e Minervino de Souza Leão, como um subsídio para o movimento republicano. Joaquim Nabuco sente que aos poucos Tavares Bastos se tornaria republicano, quando escreve:

“Tavares Bastos era, pelo influxo norte-americano predominante em seu espírito, um republicano natural. A consideração ou a conveniência, que

era o peso, o freio da sua imaginação republicana, impedirá entretanto sua filiação ao novo partido. Não se pode dizer que a morte o surpreendeu ainda monarquista. Se tivesse alguns anos mais ele teria, provavelmente, durante a situação liberal, representado, na câmara, um papel proeminente, se não o primeiro, ter-se-ia identificado, em sua madureza e completa formação política, com a monarquia, que era mais conforme ao seu temperamento liberal-aristocrático, ao seu amor da seleção e à sua índole reformadora e não revolucionária” (in UM ESTADISTA DO IMPÉRIO, Vol. II, pag. 68).

Como viu Carlos Pontes, a campanha em favor da descentralização vinha de longe. Foi trabalho planejado, a partir de 1859, com o ensaio OS MALES DO PRESENTE E AS ESPERANÇAS DO FUTURO, seguido de CARTAS DO SOLITÁRIO e finalmente A PROVÍNCIA “agora estuário daquelas ideias.” — TAVARES BASTOS. Pg. 307).

Vê-se, assim, que TAVARES BASTOS foi, além de parlamentar, um publicista reformador. Não um revolucionário no sentido a que se referiu Joaquim Nabuco — revolucionário chefe de quartelada — mas revolucionário no sentido sociológico de evolução, e é o que marca a sua obra tão atual que engrandece a Pátria Brasileira.



O JOVEM QUE NÃO ENVELHECEU

TAVARES BASTOS não teve tempo para envelhecer. Morreu jovem. Mas a sua obra, o seu trabalho, estava amadurecido.

Menino ainda, vai estudar Direito em Olinda. Muda-se em 1854 para São Paulo e vai cursar a faculdade do referido Estado. Aí conhece Ferreira Viana, Paulino de Souza Carlos, Silveira Martins, Andrade Figueira, Afonso Celso (o pai), Macedo Soares, Pedro Luiz, Couto de Magalhães, Bittencourt Sampaio, Francisco Belizário, Tomaz Coelho e outros, pleiade que iria figurar no mundo intelectual brasileiro. Aquele rapazola de Alagoas, dentro de pouco tempo chamava a atenção de seus condiscípulos pela sua inteligência.

José Carlos Rodrigues assim falou a respeito do autor de A PROVÍNCIA:

“Como estudante em São Paulo criara escola, fora um dos espíritos eminentes do seu tempo e ao doutorar-se em 1859, quando completava justamente vinte anos, já tinha escrito trabalhos muito importantes sobre a abolição da escravidão e outros assuntos práticos.” (O NOVO MUNDO, Pg. 28 — 1871).

Macedo Soares diria que ele era um “gênio minucioso, indagador cronista perscrutador”...

Almeida Nogueira disse do saudoso alagoano:

“Ainda no seu terceiro ano em 1856, escrevia na revista do ensino filosófico, bem lançados estudos sobre questões de Direito criminal”. (in A ACADEMIA DE SÃO PAULO, Pg. 141, vol. I).

Era mesmo o menino prodígio que aos dezenove anos bacharelava-se em Direito, no ano de 1858, para logo em seguida doutorar-se defendendo uma tese que demonstrava ser um grande tributarista. Costa Rego, pelas colunas do “Correio da Manhã”, de 20 de Abril de 1937, diria que ele não perdeu o tempo como os moços de sua época.

Logo após a sua formatura, iria ser modesto funcionário do Ministério da marinha, para depois ingressar na política pelas Alagoas. Essa fase da vida do grande estadista está sendo estudada pelo escritor Moacir Santana, e estou certo de que dentro em breve o Brasil contará com mais uma grande obra.

Eis uma vida que continua a desafiar os pesquisadores da história do Brasil. Não uma história só contada através dos registros do governo. Mas uma história sincera de um jovem que, vivendo somente trinta e seis anos legou à Pátria, não somente uma obra intelectual das mais respeitáveis, como através de atos de independência soube modificar o rumo de certos sistemas que prejudicavam a marcha do desenvolvimento do país.

Claro que em 1875, pobre, solitário, envolto numa vida simples, um corpo baixava à sepultura. Mas sua alma está viva quando o Brasil reage a uma crise econômica internacional.

Tavares Bastos está vivo, bem vivo, no sistema municipalista vigente; na descentralização sensível e na delegação de competência da Reforma Administrativa.

Vivo está Tavares Bastos nas páginas do Código Tributário Nacional; através da SUDENE, da SUDAN, dos Bancos de Desenvolvimento; dos contratos com cláusula de risco que não ferem a constituição, nem acabam com o monopólio estatal da Petrobrás; Vivo, bem vivo no coração de todos os alagoanos que sabem da responsabilidade, do significado de ser um conterrâneo de um estadista, de um sociólogo, de um jurista, que não pode e nem deve ficar esquecido.



II PARTE

O
NASCIMENTO
DO
MENINO
AURELIANO

- 4 — Nasce o estadista
- 5 — O menino e a terra
- 6 — As lutas políticas
- 7 — O esquecido



NASCE O ESTADISTA

ESTAMOS na velha cidade das Alagoas, Capital do Estado que tem o mesmo nome. A “folhinha” pregada na parede de taipa da casa assobradada do doutor José Tavares Bastos marca 20 de Abril de 1839.

Por toda parte um alvoroço enorme. As mucambas correm daqui para ali. A velha parteira chegou para pegar o menino.

No “quarto dos santos”, pequenina capela adornada de quadros com santos e anjos, as velas ardião numa súplica aos céus para que o menino de dona Rosa Cândida chegasse, bonito, gordinho, feliz, como aquele “menino Deus” que estava no oratório, ao lado da virgem santíssima e São José com seu cajado florido.

Na sala de visitas estão os amigos do doutor José Tavares. Amigos e correligionários. O padre, pároco da freguesia, estava ali também mergulhado na leitura de seu breviário. Apesar do nervosismo do chefe da casa, falava-se também em política partidária, nas duas bandas musicais, em pescarias e caçadas.

Agora chegava as amigas de dona Rosa Cândida. Era a solidariedade feminina. Repentinamente, surge um choro infantil no quarto de casal dos donos da casa. A parteira

segura a criança que se esperneia e grita no seu primeiro dia de vida. Na vasta cama de jacarandá a mãe do futuro estadista estava pálida. Um sorriso, porém, surgia em seus lábios. Um acontecimento como este seria repetido, pois o Dr. José Tavares Bastos e dona Cândida teriam mais cinco filhos: Américo (1840), Edméa (1842), Theonila (1843), Maria (1847), Cassiano (1844). Este último — Cassiano — foi um dos senadores alagoanos à primeira Constituinte Republicana. Findo o mandato, foi nomeado Desembargador da Corte de Apelação do então Distrito Federal, Rio de Janeiro, conforme informa o historiador alagoano Tomaz Espíndola na sua obra “Geografia Alagoana”, ou descrição física, política e histórica da província das Alagoas”, publicada no ano de 1871.

Logo mais, toda a cidade; todas as localidades da redondeza, os engenhos, os povoados, sabiam que o filho de José Tavares Bastos nascera.

Da velha capital das Alagoas ao Trapiche da Barra, a notícia do nascimento logo chegou. É que o menino Aureliano era filho de um líder, de um homem corajoso, ligado às camadas populares. Um condutor de homens através de seu partido político. Um bacharel em ciências jurídicas e sociais vindo da velha cidade de Olinda, berço jurídico do Brasil, culto e audaz, estudioso da Filosofia Racional e Moral como observa Carlos Pontes em seu livro TAVARES BASTOS, quando faz esse registro.

“Bacharel em Direito em 1836, vinha de uma geração acadêmica das mais notáveis, geração que daria ao país os mais reputados homens do Estado e os mais altos cultores das letras jurídicas, como Teixeira de Freitas, Nabuco de Araújo, João Lins Vieira

Cansação do Sinimbu, Saldanha
Marinho, Ângelo Ferraz, João
Maurício Wanderley, Souza Franco,
Zacarias de Góis e Vasconcelos, etc.”

Além dessas qualidades intelectuais, o Dr. José Tavares Bastos herdou do pai a vocação liberal e guerreira.

Eis o tronco da árvore que faria brotar, para honra e glória das Alagoas e do Brasil, um menino que mais tarde seria um estadista chamado de Aureliano Cândido Tavares Bastos.



O MENINO E A TERRA

ESTAMOS no ano de 1839. A cidade das Alagoas, Capital do Estado, é de uma placidez romântica. As enormes igrejas, com seus santos barrocos, exalam mistério. Um mistério divino. Nos púlpitos, os padres, os cônegos, os monsenhores, são os enviados de Deus. E falam no céu, no inferno e no purgatório.

As línguas de fogo esperavam aqueles que pecavam aqui na terra. As nuvens de incenso enchiam os altares e passavam para os adros. Era uma fumaça mística. O povo vivia uma era teocrática, e esperar que Deus mandasse chuva, sol, peixe e dinheiro. Que o preço do açúcar não caísse.

Aureliano Cândido ia crescendo assim. Sentindo de perto o povo. Povo dividido em dois escalões: libertos e escravos. Os libertos eram os ricos, os pobres e os miseráveis. Os escravos eram sub-gentes, que se misturavam nas senzalas com os animais, fazendo o que os animais faziam para o enriquecimento dos escravocratas latifundiários, herdeiros de pedaços de velhas sesmarias.

O menino Aureliano deve ter visto pretos chicoteados nas ruas e nas praças. Com sua sensibilidade de futuro escritor, ia guardando no subconsciente esses quadros que mais tarde inspirariam os “Projetos de Leis que apresentaria no Congresso contra um tipo de trabalho que atentava com aquelas

teses sustentadas teoricamente pelos padres, de que todos eram filhos de Deus, porém uns viviam felizes e outros não passavam de desgraçados sem direito à liberdade de ir e vir, de criar seus filhos, que nasciam escravos, podiam ver vendidos como os bois, as vacas, os carneiros, as casas e os engenhos.

As emoções que José Lins do Rego sentia como menino no engenho “corredor”, do município de Pilar, Estado da Paraíba, transformaram-no no grande romancista que escreveria, como salientou o grande crítico Álvaro Lins, “o romance da tristeza brasileira”; “um retrato do Brasil”, como salientou, a respeito, Paulo Prado. Diremos nós, um imenso mural “portinaresco”, mostrando o homem no Nordeste explorado, não muito distante dos seus irmãos escravos dos dias da meninice de Aureliano Cândido Tavares Bastos.

Com o insigne alagoano, dar-se-iam aquelas emoções que são recordadas por Joaquim Nabuco na sua obra MINHA FORMAÇÃO.

“... um desenho de criança esquecido pelo homem, mas o qual ele terá sempre que cingir sem saber”...
(MINHA FORMAÇÃO, pg. 227)

Tavares Bastos e Nabuco não foram romancistas telúricos para fazer jorrar em borbotões romances como o do “ciclo da cana-de-açúcar” — MENINO DE ENGENHO, DOIDINHO, BANGUÊ, MOLEQUE RICARDO E USINA, de Lins do Rego; ou um Jorge Amado cuja convivência com o povo nos deu MAR MORTO, SUOR, JUBIABÁ, CAPITÃES DE AREIA e tantos outros livros.

No entanto, Tavares Bastos lutaria para modificar sistemas que viam não só de uma época tipicamente patriarcal ou de grupos políticos oligarcas,

como também de uma era escravocrata que influenciaria numa mistura com as importadas “Ordenações”, numa legislação nada social, principalmente nos campos do Direito Penal, do Direito Tributário e nos Códigos das Obrigações.

É o que se sente na obra desse gênio das Alagoas que morreu com uma idade quando ainda os escritores, os pensadores, os filósofos começam a fazer cultura recolhendo os ensinamentos dos sábios.

O menino dentro da terra — da sua terra — as Alagoas, foi sentindo os reflexos de uma paisagem que o tornaria um futuro sociólogo. Foi, repetimos, o que ocorreu com Nabuco, dentro de Massangana, o bangüê de seus antepassados.

“Nada mostra melhor do que a própria escravidão o poder das primeiras vibrações do sentimento... ele é tal, que a vontade e a reflexão não poderiam mais tarde subtrair-se à ação e não encontram verdadeiro prazer se não em se conformar... assim eu combati a escravidão com todas as minhas forças, repeli-a com toda a minha consciência, com a deformação utilitária da criatura, e na hora em que a vi acabar, pensei poder pedir também a minha alforria.. (NABUCO, ob. cit. Pg. 231).

Foram — não há dúvida — aquelas “primeiras vibrações” — sentidas pelo menino pernambucano de “Massangana”, que também empolgariam o menino das Alagoas. Sem arroubos, ele foi constituindo sua obra através dos reflexos do que viu, do que ocorria no Brasil que necessitava de uma descentralização sensível. Mas, para tal, era necessário não se esquecer o

homem, e, conseqüentemente, o povo, mudando-se costumes, reformando-se leis, num processo tipicamente sociológico que os mestres denominam de revolução. Revolução no sentido de reestruturação social e mudanças de valores culturais básicos.

Luis Pinto, na sua obra *CONTRIBUIÇÃO À SOCIOLOGIA ADMINISTRATIVA DO BRASIL*, pg. 7, faz justiça a Tavares Bastos, entendendo que se o esquema do alagoano fosse aproveitado naqueles dias em que sua voz surgiu no Brasil como o hermeneuta da descentralização, hoje estaríamos em outra situação. Diz Luiz Pinto:

“E não se diga que não é tempo de executar essa imensa obra, de aproveitar esse rico material que se espraia por todos os quadrantes da história Pátria. Dois exemplos apenas de realizações nossas bastariam para autenticar essas afirmativas. O primeiro se expressa nos esquemas de Aureliano Cândido Tavares Bastos, que, embora acusado de, teoricamente americanista, nos deixou, mesmo assim, um travejamento administrativo, com bases na descentralização, que, se tivesse sido observado, teríamos tido outras normas quanto à administração pública ou política de administração. Dividir para melhor administrar. E administrar pondo em realce o slogan de que administrar é conciliar interesses, contraposto àquele outro de que administrar é contrariar interesses.

Outro exemplo, este mais objetivo,

mais definido, mais racional, menos teórico é o de João Pandiá Calógeras que, polígrafo no sentido uniforme da expressão, nos deu uma administração com origem nos fatos e acontecimentos brasileiros, através das pastas que dirigiu em vários períodos da vida nacional, avantajando-se até quanto aos processos de administração de pessoal, de cuja harmonia somente agora vem cuidando através do plano de Classificação de Cargos.”

Na verdade, o menino das Alagoas, logo cedo sentiu nas lutas que seu pai travou, nas desinteligências dos sobas, nas guerras partidárias, na existência da escravidão, do mando e desmando dos “coronéis”, senhores de terras, uma necessidade de reformas, muitas delas que só viriam a surgir, depois das revoluções de 1930 e 1964.



AS LUTAS POLÍTICAS

A HISTÓRIA das Alagoas, como a história dos outros Estados do Brasil, foi sempre cheia de lutas políticas, lutas que inspiraram, por exemplo, no Rio Grande do Sul, um romancista como Érico Veríssimo a escrever vários romances.

Alagoas não poderia ser uma exceção. Tanto no Império como na República, lutamos sempre. E essa observação é feita pelo professor Afrânio Lages no que tange à morosidade do processo desenvolvimentista do Estado. Cuidava-se mais da política cevada nos bastidores que redundava em explosões nas ruas, com tiros e mortes. Daí o brilhante estudo do Ex-Governador Afrânio Lages:

“Durou relativamente pouco a euforia trazida com a proclamação da República. As lutas políticas continuaram acesas, reclamando dos governantes e dos nossos homens públicos toda atenção. E, quando alguns deles, fugindo à rotina, se aventuraram a discutir matérias de interesse público, como, por exemplo, a colonização de nossas terras, aventada pelo governador Gabino Besouro, incorporando a técnica e o

conhecimento do elemento alienígena ficava apenas no papel. Somente, uma outra obra pública se erguia na capital, fixando a passagem de um determinado governante, enquanto continuava o interior entregue à própria sorte. O nosso progresso permaneceu, por isso, durante outro largo período sob a responsabilidade do setor privado, assinalando a vontade férrea deste de enfrentar com tenacidade os fatos adversos e a indiferença dos governantes.” (in VISÃO HISTÓRICA DO DESENVOLVIMENTO DE ALAGOAS, págs. 9 e 10).

Cuidava-se da política. Da politicalha. Da politiquice. Esquecia-se a administração no bom sentido do termo. Vocábulo genérico que se emprega tanto no âmbito privado quanto no âmbito público. A atividade do Estado durante longos anos ficou em atos de nomeações de delegados de polícia, de professores primários, de cobradores de impostos, todos indicados pelos “coronéis”, donos dos “currais eleitorais”. De quando em quando, tiroteios, emboscadas, sem falar nas pasquinadas insultuosas onde os lares não eram resguardados.

De norte a sul do Brasil este era o ambiente. E Alagoas não podia ser uma exceção.

Em 1839, ano do nascimento de Tavares Bastos, surge, na cidade das Alagoas uma luta política que empolgaria toda a Província. O sangue jorrou por causa das paixões desenfreadas. Ódios cevados pela intriga, pela calúnia, pela injúria, explodiram num mar de violência.

A transferência do Tesouro da Fazenda, da velha

Cidade das Alagoas para a Capital de Maceió, foi o estopim aceso para o começo da guerra. Guerra violenta, cruel. Vezes muitas traiçoeiras, pois as clavinhas disparavam nas moitas das porteiras nas emboscadas sinistras. Era comum nas rodas dos botequins ou nas farmácias, da hoje cidade de Marechal Deodoro, alguém dizer:

Não. Não pode. O cofre do Tesouro fica aqui. Não vai! Não vai!

Outros mais ponderados diziam:

— A transferência foi por ordem do governo.

Mas havia uma neurose coletiva.

— Não vai! Esta ordem não será cumprida!

O menino Aureliano, inocente, nos cueiros, não sentia o cheiro de pólvora. E essa pólvora seria queimada quando o Presidente da Província resolvesse acatar a ordem Imperial. Era uma determinação superior. E ordem superior não se discute.

Estava iniciada a guerra. Guerra antecedida com a oratória vibrante, demagógica, violenta do doutor José Tavares Bastos.

Aquele homem pequenino, atrevido, culto, apaixonado, ao subir nas tribunas improvisadas das praças públicas, nas escadarias das igrejas, se transformava num gigante. Era o líder da revolta conduzindo um abaixo assinado pelo povo da velha capital, declarando que a determinação imperial não poderia ser cumprida. Coincidia que havia uma revolta em Sergipe, quando o povo obrigara o Presidente daquela Província a não dar posse ao Juiz de Direito de Vila Nova.

Como escreve Carlos Pontes, o magistrado recusado em Sergipe era o doutor José Tavares Bastos. Era ele, agora, sem mágoa dos sergipanos, quem exclamava:

— “Assim deve proceder o administrador que tem afeição ao

povo, enquanto que o Presidente desta Província, de propósito, procura todos os meios para manifestar o seu ódio aos habitantes de Alagoas.”

Foram levantadas barricadas. Surgiram espingardas, armas brancas, pólvora, chumbo, no meio do entusiasmo. O Dr. José Tavares Bastos era proclamado chefe civil da revolta, enquanto o chefe militar seria o valoroso soldado major Manoel Mendes da Fonseca, pai de Deodoro da Fonseca, cujo filho foi mais tarde o “Proclamador da República”.

A tropa regular apoiou o movimento. O Palácio do Governo é cercado. Sem armas, sem a solidariedade do povo, o Dr. Agostinho da Silva Neves, a conselho da Câmara Municipal, renuncia. E o faz, porém, com dignidade.

Estava a província sem governo. A Câmara convida o Dr. José Tavares Bastos para assumir o cargo de chefe do executivo, na qualidade de quinto Vice-Presidente. É um mini-governo. A esse respeito, o professor Moreno Brandão, com sua autoridade de respeitado historiador, descreve:

“Tão rápido foi o período de governo exercido pelo Dr. José Tavares Bastos, no meio das anormalidades de que resultou a degradação de Alagoas à simples sede do município, enquanto Maceió via satisfeita a antiga aspiração de ser o assento do Governo Regional, que ninguém fala na presidência deste homem de prol. Essa presidência pode conseqüentemente ser contestada, porquanto apenas Sinimbu teve conhecimento das coisas havidas na antiga

Magdalena do Sabaúma, em antagonismo franco a Agostinho da Silva Neves, tomou conta do Governo e tratou com decisão a atividade, de restaurar a força moral do primeiro magistrado da Província, metido nas aperturas de um motim inesperado”.

A despeito disso o historiador latifundiário dirá que houve, na vida local, dualidade de governo exercido por figuras de real valor.

O Dr. José Tavares Bastos assumiu, na qualidade de 5º Vice-Presidente, a presidência a 29 de Outubro de 1839, na cidade das Alagoas, durando sua atuação nos negócios público até 5 de Novembro seguinte. Sinimbu governou de 30 de Outubro a 3 de Novembro.

São os seguintes os dados biográficos do Dr. José Tavares Bastos: O seu nascimento se deu a 5 de Maio de 1813, sendo seus pais o português Joaquim de Bastos e dona Ana Felícia de Jesus Moraes. Segundo alguns dos seus biógrafos, foi sua Pátria a cidade das Alagoas, e, segundo outros, cuja opinião parece mais aceitável, Tavares Bastos (sênior) era natural da cidade de Capela.

Ainda estudante do curso de Direito, prestou concurso para a cadeira de filosofia racional e moral, da Metrópole da Província, alcançando vitória admirável e a

almejada nomeação.

Formou-se a 18 de Novembro de 1836, tendo, anteriormente a obtenção da láurea de Bacharel, desposado, dona Cândida de Araújo Tavares Bastos.

Em 1837 foi nomeado Juiz de Direito de Atalaia, ocupando as funções de deputado provincial nas 2^a, 3^a, 4^a e 5^a legislaturas.

Nomeado Juiz de Direito de Vila Nova, Sergipe, o presidente dessa Província não levou a bem semelhante nomeação e se esforçou para que fosse declarada sem efeito, conseguindo seu propósito.

Culto e inteligente, José Tavares Bastos abriu, com real proveito, um escritório de advocacia, entregando-se também à atividade política, mediante a qual foi eleito, por duas vezes, nosso representante na Câmara temporária do País. De 29 de Agosto de 1846, data a sua nomeação para o cargo de juiz de Direito de Penedo; de 20 de Setembro de 1848 é a fecha de sua nomeação para o mesmo cargo em Maceió.

O decreto em 1854 o levou a função da judicatura na capital de São Paulo, onde revelou qualidades apreciáveis e nítida compreensão de seus deveres de julgador reto e imparcial.

Também ocupou por algumas vezes o cargo de polícia interino daquela então província.

A 1º de Maio de 1863, foi removido para Niterói.

Na antiga Província do Rio de Janeiro ele, na categoria de vice-presidente, o mando supremo.

O Decreto de 20 de Julho de 1864, o fez Desembargador da relação da Côrte.

Continuando a sua bela trajetória, foi Presidente de São Paulo.

A 14 de Fevereiro de 1885, ascendeu o Dr. José Tavares Bastos ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, cargo em que foi empossado no dia 6 de Abril de 1889.

Quando foi de sua retirada desse tribunal, as palavras do Desembargador Alencar Araripe e do Conselheiro Olegário Herculano de Aquino e Castro traçaram a apologia desvanecedora do juiz, cuja aposentadoria feita a contragosto seu, determinou a publicação do vibrante protesto.

O Dr. José Tavares Bastos finou-se no dia 8 de Agosto de 1893. (OS PRESIDENTES DAS ALAGOAS, págs 51 e 52).

Já que procuramos mostrar a figura de José Tavares Bastos no seu meteórico governo da Província das Alagoas, convém também não esquecer a figura do não menos insigne bacharel Agostinho da Silva Neves, doutor de borla e Capelo pela Faculdade de Direito de Olinda.

Damos ainda a palavra ao mestre Moreno Brandão:

“Agostinho da Silva Neves foi um político natural de Pernambuco e dado às lides jornalísticas, antes de receber, pela antiga Academia de Olinda, a láurea de bacharel em Direito. O que mais ou menos ocorreu em 1835. Com a obtenção do pergaminho e com o seu renome de jornalista, fez Silva Neves pleníssimo jus a bonita carreira política, prosseguindo nas Alagoas num cargo de relevo, como a presidência de nossa terra.

Para esse função foi ele escolhido pela regência a 26 de Fevereiro de 1838.

Perante o Vice-Presidente Manoel Gomes Ribeiro e Câmara Municipal da Metrópole foi investido de suas importantes funções a 18 de Abril do ano citado.

Era o jovem presidente desta região um homem talentoso, e, como Antônio Joaquim de Moura e Rodrigo Pontes, teve a concepção nítida das necessidades da Província e, “ad instar” do último, não hesitou em mostrar, a respeito de quem o antecedeu ao governo, acentuando espírito de continuidade.

Silva Neves tratou de construir a ponte do rio Mirim para a qual mandou levantar planta e fazer orçamento; deu início a do Jequiá; reparou totalmente a de São Miguel; concluiu a do rio Bebedouro, cuidando de outras necessidades às relações

intermunicipais. Tais relações foram imensamente favorecidas pela abertura ou conceito das seguintes estradas vicinais: do Roçadinho à Serra de São João; desta serra a Porto Calvo; de Alagoas a São Miguel dos Campos; de Fernão Velho. No governo deste presidente também foram melhoradas algumas ladeiras de Maceió.

Ao tempo do mesmo magistrado provincial, penetrou no São Francisco o primeiro barco a vapor que ali entrou (18 de Março de 1839). Achando-se Silva Neves na localidade denominada Piaçabuçu, obteve em tal embarcação passagem para Penedo, onde, em demonstrações de proverbial hospitalidade, a população evidenciou as opulências fidalgas de seus sentimentos.

Silva Neves fez o matadouro de Alagoas; tentou erigir cadeias nessa cidade e em Maceió, e foi Tolhido no propósito de levar a efeito outros melhoramentos por exiguidade de recursos.

A propagação do ideal católico em Jacuípe, também o preocupou e mesmo que os seus desígnios se não se verificaram plenamente, também de todos não se malograram.

Desejoso de iniciar os estudos concernentes às nossas imensas riquezas minerais, mandou examinar as minas existentes em Camaragibe, no pressuposto de ali encontrar carvão

e pedra.

O naturalista Alagoano Dr. Fernandes de Barros e o engenheiro alienígena Carlos de Morray chegaram, depois de sérias pesquisas, à evidências de que na terra camaragibana apenas havia legnites, cuja exploração se procurou promover, solicitando-se as indispensáveis medidas ao governo geral, que mandou o Dr. Júlio Parigot estudar as citadas minas. Uma das reclamações mais insistentes feita por Silva Neves ao governo regente foi a referente à pequena quantidade de soldados destacados na terra que lhe cumpria dirigir.

Parecia que as suas alegações se fundamentavam em procedimentos, ulteriormente transformados em sucessos reais, quando, após tristes prelúdios, a 27 e a 28 de Outubro de 1839, a metrópole desta circunscrição administrativa entrou, a 29, em amotinação franca, oriunda do receio da transferência da sede do governo para Maceió.

A ordem da mudança da tesouraria da fazenda para a última localidade conflagrou o ânimo do povo a cuja frente se puseram individualmente próceres, dominados, naquele momento de irredutível despeito contra Silva Neves.

Insulado na vastidão do palácio, onde apenas tinham ficado um fâmulos e um escravo, o presidente teve mais

tarde, a companhia leal de seu secretário, o coronel reformado de milícias Martins Ramos, e a certeza de que o governo estava sendo exercido pelo Dr. José Tavares Bastos, 5º Vice-Presidente, que ascendeu ao poder no dia do rompimento da sedição.

No dia seguinte, em Maceió, Sinimbu empolgava como 1º Vice-Presidente, o timão presidencial e dava providências enérgicas para restaurar a autoridade de Silva Neves.

Este, a 2 de Novembro, se trasladou para Maceió, depois de alvejado por sombrias ameaças, que chegariam a uma tentativa de assassinato. A 14 do mesmo, voltou ele à urbe amotinada; a 15 convocou a assembléia provincial para reunir-se a 1º de Dezembro vindouro. A 7 deste mês, o antigo núcleo demográfico ia, apesar de fabulosas possibilidades, entrar em lamentável declínio, enquanto Maceió ascendia a capital; Silva Neves, o Neves Preto das sátiras de Inácio Passos, governou ainda a província até 9 de Janeiro de 1840, saindo daqui para dirigir a Paraíba.

Ali deu mostras de boa formação moral, pleiteando, com isenção de ânimo, interesses provinciais, um litígio de limites com Pernambuco.

Na atual cidade de João Pessoa faleceu o nosso ex-presidente, a 4 de Abril de 1851, vitimado por uma febre de mau caráter e por uma congestão, como disse o coronel Pedro Paulino da

Fonseca. (OS PRESIDENTES DAS ALAGOAS, págs 47, 48 e 49)

Essa luta terminaria com uma atitude de João Lins Vieira Cansanção do Sinimbu, o futuro Visconde de Sinimbu. Na qualidade de 1º Vice-Presidente da Província, enviou a seguinte enérgica proclamação à Câmara Municipal das Alagoas:

“Tendo chegado ao meu conhecimento que o Exmo. Sr. Presidente, Dr. Agostinho da Silva Neves, se acha capturado, cercado de guardas, encerrado e sem comunicação dentro da Casa do Governo achando-se por consequência acéfala a Província; cabendo-me em circunstâncias tais assumir o Governo na qualidade de 1º Vice-Presidente escolhido por decreto imperial e já juramentado, assim o tenho feito, conservando-me nesta vila, que tenho designado sede interina do Governo, até que me conste haver deposto as armas a força que aí se acha reunida e posto em estado de liberdade o Presidente demitido, sem o que não julgo de minha dignidade recolher-me a esta capital: o que comunico para sua inteligência e devida publicidade. Deus guarde a Vosmecês — Palácio do Governo das Alagoas, na vila de Maceió, 30 de Outubro de 1839 — João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu — Senhores Presidentes e Vereadores da Câmara Municipal das Alagoas.”

A Proclamação enérgica de Sinimbu foi uma ducha fria na fogueira. Cessaram as arruaças, as desordens, os insultos. E foi o próprio José Tavares Bastos quem, pondo fim à guerra, pediu à Câmara que convidasse o 1º Vice-Presidente a assumir o Governo. Colega de Sinimbu em Olinda, quando ambos estudaram Direito, José Tavares Bastos escreveu uma cordial carta ao antigo discípulo:

“Amigo Doutor Cansação. Nesta ocasião vão algumas pessoas escolhidas relatar-lhe o verdadeiro estado de coisas nesta Capital, e as funestas que poderão resultar no caso de que a prudência e o patriotismo de todos não se interessem em arredar um futuro terrível, que parece ameaçar-nos. Permita-me que usando da franqueza e liberdade, a que me dão direito as relações da amizade e do condiscipulado lhe diga que muito mal e menos pensadamente obrou, quando assumiu as rédeas da administração provincial, sem que o fizesse pelo meio regular, estabelecido por Lei. Se, para tomar a si o Governo Provincial algum Vice-Presidente nomeado, em consequência de falta, ou impedimento, e não fosse necessário a chamada e participação da Câmara da Capital nos termos da Lei, teríamos então, que poderia dar-se o caso de exercerem ao mesmo tempo o Governo Provincial os seis Vice-Presidentes. Espero, portanto, de sua prudência, juízo esclarecido e amor ao nosso país, que evite as

consequências de obrarem ao mesmo tempo na Província dos Vice-Presidentes. Com os braços abertos e com aquela satisfação que deve ter um colega e amigo, eu o espero nesta cidade para lhe transpassar as rédeas da Administração, o que farei a todo tempo que aqui se apresentar. Quanto ao mais, se entenderá com as ilustres pessoas, que compõe a comissão de que trato, e creia que é e continua a ser — Seu colega afetuoso, amante e obrigadíssimo — Bastos.”

Sinimbu era um homem enérgico. Entendeu que estava diante de insurretos. De homens que passaram por cima da lei. Não deu importância à carta do colega. Não respondeu à missiva. Prefere escrever à Câmara. Diz que está “profundamente magoado pelo estado de acerbação, em que se acham os espíritos”. Defende a pessoa do Dr. Agostinho da Silva Neves. Está disposto a tudo. Dias depois, num golpe de inteligência, Sinimbu desembarca no porto de Jaraguá, em Maceió, o Dr. Agostinho da Silva Neves. Escreve então à Câmara Municipal, em resposta a um último ofício desta:

“Em resposta ao ofício de VV.SS. em data de ontem que exigem de mim debaixo da responsabilidade, que não entregue as rédeas ao Governo desta província ao Exmo. Senhor Dr. Agostinho da Silva Neves, tenho a responder-lhe que desembarcando esse mesmo Exmo. Senhor antes de ontem à noite neste porto de Jaraguá reconhecendo eu nele Presidente desta Província, persuadido como

estou de que não pode ser desonerado dessas funções senão pelo governo de S. M. o imperador que o nomeou, tenho entregado ao mesmo Exmo. Senhor., como era do meu dever, as rédeas do Governo, achando-me desde então desonerado do exercício dessas funções. Não é certamente sobre mim que deve recair a responsabilidade das conseqüências dos fatos criminosos praticados nesta Capital, que não tenha feito senão o que nas conjunturas atuais me caberia por lei, o sangue que se vai derramar, os horrores da guerra civil, que parece iminente sobre esta pacífica província transformada de repente em teatro de guerra, tudo isso achará responsabilidades mais justas nas pessoas daqueles que, aproveitando da ignorância do povo e boa fé dos homens do campo, tem alvorado o estandarte da revolta na Capital da Província insultando o Governo Supremo na pessoa de um seu delegado...”

Continua ainda a carta de Sinimbu. Ela é uma crítica severa contra os revoltosos.

Psicologicamente, os sediciosos caem em desânimo, principalmente quando forças regulares provincianas vizinhas vêm em socorro do representante do Imperador. A Capital cai em poder dos legalistas sem qualquer resistência. Os chefes militar e civil, José Tavares bastos e o Major Mendes da Fonseca fogem. Ocorrem muitas prisões.

O menino Aureliano foi crescendo ouvindo essas

histórias de lutas políticas. De erros e acertos das administrações públicas. Da guerra fria, depois, entre seu pai e Sinimbu, que tanto prejudicou as Alagoas.

Absolvidos os sediciosos pelo Tribunal, ficaram suas trincheiras nas lutas políticas partidárias. O Dr. José Tavares Bastos voltava agora mais violento. Só o Major Mendes da Fonseca pagou caro seu ato de rebeldia, sendo encerrado na Fortaleza de Santa Cruz.

O que pensaria o futuro estadista Aureliano Cândido Tavares Bastos? Aqueles erros, aquelas violências, aquelas lutas de grupo teriam influenciado na sua personalidade e determinado o grande reformador que ele foi, dotado de brasilidade, vendo a sua Pátria por um prisma diferente?

Não foi Aureliano um memorialista, como tantos políticos como, por exemplo, Joaquim Nabuco. O psicólogo encontra dificuldades em fazer um melhor estudo na personalidade deste preclaro filho das Alagoas. Tudo faz crer que ele viu daquela paisagem sangrenta com ar de superioridade. Não se emocionou com as desordens. Por isso, foi um revolucionário no bom sentido. Sua revolução era para reformar costumes no sentido de elevação. Foi isso que o jurista, o pensador de CARTAS DO SOLITÁRIO pregou.

Pena é que, tendo falecido tão jovem, não tenha completado sua obra.

O ESQUECIDO

Não se justifica o esquecimento em que durante vários anos ficou a figura do estadista Aureliano Cândido Tavares Bastos. Ele que tanto lutou pela geografia da Amazonas, estudando todos os problemas da região: os rios, os seringas, o homem, os aspectos econômicos, sociais e estatísticos não é lembrado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. As enciclopédias Brasileiras fazem ligeiras referências ao nome do grande batalhador, que, no dizer de Agripino Grieco, soltou nas CARTAS DO SOLITÁRIO um grito de protesto contra os erros da nacionalidade, querendo que o Brasil deixasse de ser o país do Acaso e do Absurdo.

Alagoas, todavia, através de uma plêiade de filhos ilustres, sempre lutou reivindicando um lugar certo para Tavares Bastos na história do Brasil.

Da Assembléia Legislativa do Estado das Alagoas têm partido os mais belos movimentos para colocar Tavares Bastos no seu verdadeiro pedestal.

Em 1929, o deputado estadual Carlos Pontes, mais tarde biógrafo do estadista, apresentou à Casa a que pertencia um projeto de lei no sentido de que o Estado das Alagoas reeditasse as obras de Tavares Bastos. Esse projeto foi transformado em Lei, tanto que o governador Álvaro Corrêa Paes determinou a abertura do competente crédito para as referidas

reedições.

É possível que a burocracia tenha retardado um pouco a iniciativa de Carlos Pontes. O certo é que sendo vitorioso o movimento revolucionário de 1930, nada mais da reedição das obras do pensador alagoano.

Mas Alagoas continuou vigilante. Lutando contra esse injustificável esquecimento. O Instituto histórico e Geográfico de Alagoas sempre esteve atento na luta contra essa ingratidão da Pátria para com um filho tão ilustre. Em todas as datas ligadas ao nascimento ou à morte de Tavares Bastos, o I. H. G. A. não ficou em silêncio. É que essas datas pertencem à efeméride alagoana.

Tavares bastos é o patrono da Assembléia Legislativa das Alagoas. O prédio do referido Poder tem o seu nome. Existe um grupo na Capital com o nome do grande brasileiro.

Pena é que a juventude universitária desconheça Tavares Bastos quando ele pode ser invocado em várias lições. Nas aulas de estatística mostrando o que o autor pesquisou e está em O VALE DO AMAZONAS. É ele um precursor dos atuais estudos do I. B. G. E. Numa aula de economia também o mestre não pode ficar esquecido. Não se compreende que um professor de Ciências da Administração desconheça Aureliano Cândido Tavares Bastos, principalmente quando se trata de Administração Pública, sobre tudo na parte a que se refere o processo da descentralização, que foi a sua grande temática, a sua pregação. Em suma, quando se ensinar algo que se refira à brasilidade, lá está aquele gigante alagoano como um hermeneuta atualizado, como se soubesse da vida da Reforma Administrativa Brasileira, como bem disse Gilberto Amado:

“Quase isolado entre tantos, raríssimos entre raros, Tavares Bastos preocupava-se com a realidade, via o Brasil embrutecido, estéril,

impotente, mal saído da colônia, ensaiando os passos incertos de grande criança triste mãos da escravidão. E nos intensos, palpítantes anos que viveu depois, lendo tudo, vendo tanta coisa, pensando tantos pensamentos, o que escreveu, e que deixou, foi realidade, foi Brasil. E parece-nos inexplicáveis tudo que era útil dizer, foi por ele dito. A glória singular de Aureliano Tavares Bastos é de poder ser evocado, não como representante da antiguidade, mas como símbolo do presente, como expressão dessa eternidade, dessa juventude do gênio que é de todas as épocas e de todos os dias.”
(GRÃOS DE AREIA).

Não há dúvida quanto às palavras de Gilberto Amado: o gênio das Alagoas é bem um símbolo do presente. A sua filosofia administrativa empregada em recuados dias é hoje tema, subsídio, elemento para as grandes reformas que se processam nesta Pátria da América do Sul.

Bem fizeram seus conterrâneos quando lutaram na pequenina Alagoas pelo não esquecimento do moço Aureliano Cândido, do idealista que acreditava na Amazônia. Idealista, sobretudo, realista, pra invocar o julgamento de dois insignes escritores: Gilberto Amado e Arnoldo Jambo.

Alagoas sempre fez justiça ao seu dileto filho. Recentemente (1975), a Assembléia legislativa alagoana deu importância ao escritor professor Moacir Medeiros de Sant'Ana para organizar um trabalho que focalizasse essa luta cheia de alagoanidade para que Aureliano Cândido Tavares Bastos não fosse olvidado.

O resultado desse precioso trabalho foi um livro sério intitulado TAVARES BASTOS — visto por alagoanos.

Nas páginas dessa obra tão cheia de beleza, de alagoanidade, de patriotismo, vamos encontrar primorosos ensaios escritos por Abelardo Duarte, Arnaldo Jambo, Carlos Pontes, Cassiano Tavares Bastos, Costa Rego, Craveiro Costa, Guedes de Miranda, Manoel Diegues Júnior, Paulo de Albuquerque, Pedro Barreto Falcão, Povina Cavalcante, Raul Lima, Tibúrcio Valeriano da Rocha e Ulisses Braga.

Não resta dúvida de que a terra foi fiel ao seu filho. E, se tantos, tantos, no decorrer dos anos, tentaram colocar um ponto final a respeito de uma vida e de uma obra com Alagoas ocorreu o contrário. Mas, quando o Brasil, nestes dias luta para entrar no bloco dos países desenvolvidos, tornando-se potência industrial, descomplexando-se da frase de Pero Vaz de Caminha — “especialmente agrícola” — a figura do mestre das Alagoas, Aureliano Cândido Tavares Bastos, cresce como uma imensa efígie que brota do solo da Pátria para, através de um passado filosófico, doutrinário, mostrar os caminhos da paz e do desenvolvimento que os jovens terão de percorrer livremente, sem receio dos atos dos apátridas, porque a voz de UM TITÃ DAS ALAGOAS estará sendo ouvida como um canto de fé.

III PARTE

DA
PROVÍNCIA
PARA OS
BANCOS
ACADÊMICOS

- 8 — Um Menino no meio da borrasca
- 9 — Em Olinda enfrentado o vestibular
- 10 — Acadêmico de direito em São Paulo
- 11 — Um retrato. Simplesmente um retrato



UM MENINO NO MEIO DA BORRASCA

As lutas políticas não pararam. De um lado o doutor José Tavares Bastos. Do outro, João Cansanção do Sinimbu. Os pleitos se sucediam cada vez mais intrincados. Derrotado, José Tavares Bastos funda o jornal O ALAGOANO, cujo primeiro número sai em 15 de novembro de 1843. Era um órgão feito para demolir Sinimbu, tachado pejorativamente como “oligarca” e outros adjetivos. As expressões “Lisos e Cabeludos” eram repetidas. Era o ódio, o rancor, a luta partidária prejudicando a Província, como observa Afrânio Lages, que anos depois, foi governador progressista, um pacifista por excelência.

O ódio era de lado a lado. No meio dessa intrigalhada, o menino Aureliano Cândido. O deputado José Tavares Basto não silencia. Sua voz de grande orador inflama as massas. Mas o poder continuava com Sinimbu. É quando o moço Aureliano segue para a Faculdade, levando a lembrança dessas lutas.

Vivendo dentro de uma borrasca, um temporal político onde ao faltavam tiros e agressões de todos os gêneros, saídos dos bacamartes dos sobas, Aureliano Cândido não se entusiasmou com aquele sistema que nada fazia pela terra, sem uma planificação administrativa. Tudo não passava de gestos, de atos desordenadores. De intrigas, calúnias soltadas nas

madrugadas, através dos pasquins anônimos, que agrediam amigos, parentes e compadres de ontem. Razão teve Rui Barbosa quando, falando a respeito de José Bonifácio, o moço, nos idos de 1866, invocou o nome do pensador das Alagoas; e então exclamou "... Tavares Bastos, cabeça que comensura todas as questões do nosso futuro. Alma gigante em corpo de criança".

Despiu-se, pois o alagoano daquela paisagem da infância. Não herdou — como é comum — os atos do pai. Ele mesmo diria, repudiando um passado: "desprezo esta infernal intriga de aldeia elevada à dignidade de política". O mestre de CARTAS DO SOLITÁRIO foi em vista um aristotélico que acredita que a Administração é a política de bem governar.

Mas, apesar de tudo, das lutas diárias que José Tavares Bastos tinha que manter nos seus dias de política, nunca esqueceu o filho querido, o primeiro rebento. Foi José Tavares Bastos quem lhe deu uma educação primorosa. Humanista, foi o professor de latim e filosofia do seu menino. Era com entusiasmo que via o futuro estadista progredir. Ambos discutiam teorias filosóficas, princípios e processos.

Em pouco tempo, ainda sem a idade regimentar, o jovem Aureliano Cândido Tavares Bastos estava pronto para atingir o ápice da pirâmide universitária, tão difícil de galgar naqueles dias — o vestibular da vetusta Faculdade de Direito de Olinda.

EM OLINDA, ENFRENTADO O VESTIBULAR.

O jovem Aureliano Cândido Tavares Bastos está agora longe das Alagoas. Longe de “politicalha” que tanto lhe causava asco, embora que esse sistema de lutas para galgar o poder empolgasse a Nação Brasileira.

As histórias dos “Lisos e Cabeludos” eram contadas e cantadas nas feiras através dos martelos. Era, como escreve Carlos Pontes,...“toda uma sociedade possuída da embriaguez sagrada da luta e da vingança”.

E arremata o ilustre biógrafo de Tavares Bastos:

“As famílias odiavam-se, sem saber porque mas odiavam-se tremendamente, de modo que entre elas se abria um desvão terrível. Os piores ódios são sempre aqueles que não se explicam”.

Agora em Olinda, sem presenciar aqueles barulhos, Tavares Bastos estava como que tomando um banho de civilização. Estudando para enfrentar o vestibular. Estudava muito.

Às vezes ia à praia. Sentava-se na areia. Recordava seus pagos. A velha cidade das Alagoas com seu convento, parecido com os conventos olindenses.

Lembrava-se das igrejas, de seus santos barrocos nos altares doirados. Recordava-se das canoas deslizando tranqüilamente na Lagoa Manguaba em demanda a Maceió, a Pilar, abarrotada de tijolos, frutas ou açúcar bruto dos engenhos. Elas iam como garças brancas, com suas velas enfunadas por um vento brando. Os canoeiros, muitos escravos, de dorsos nus, com pele negra, ainda mais queimada pelo sol, davam adeus, pois eram conhecidos por todos os locais poéticos: Ilha Grande, Assobio, Bica da Pedra, Santa Rita, Broma, Buraco, Pontal da Barra, Trapiche da Barra.

Havia também praias bonitas, como a do Francês, a da Jibóia, tão bonitas como Olinda, porém, despovoadas.

Tudo isso o jovem alagoano recordava. Mas eram essas recordações momentos raros. Ele precisava estudar. Ainda era um menino. Iria competir com rapazes que tinham atingido a casa dos vinte e poucos anos. Indagava: serei um vitorioso?

Estava com quinze anos incompletos. Corre o ano de 1854. O menino enfrenta o vestibular no ano em que a velha e tradicional Faculdade de Direito é transferida para Recife. É aprovado.

O menino acadêmico demora pouco na cidade que um dia o príncipe Maurício de Nassau governou. Em 1855 o doutor José Tavares Bastos encerra sua carreira política nas Alagoas. Na qualidade de juiz de Direito, é removido para São Paulo. Aureliano Cândido junta-se a família. Segue para São Paulo.

Um fato interessante mostra o caráter do pai de Aureliano Cândido Tavares Bastos. Quando o irrequieto político foi matricular o filho em Olinda, surgiu o problema de sua idade. Informa Orlando Araújo em conferência pronunciada na Academia Alagoana de Letras, em 3 de dezembro de 1925, no 50º aniversário do falecimento de Tavares Bastos, que José Tavares Bastos, tem como o filho, não quiseram fazer

um “arranjo” para aumentar a idade do jovem, a fim de que Aureliano fizesse o vestibular. Salienta Orlando Araújo:

“Aos oito anos - 1847 – cursava as aulas de instrumentação secundária, revelando sua assombrosa inteligência. Findo este curso, só depois de mais de um ano com o complemento da idade exigida para ser admitido à matrícula, iniciou os seus estudos jurídicos. O alvitre de aumentar a idade fora repellido por ele e seu pai com a superioridade moral que mantinha em todos os seus atos. Era o culto às grandes verdade, que ele memora num dos seus livros como ensinamento de seu progênilo”... (O LIVRO DA ACADEMIA ALAGOANA DE LETRAS – 1931 – pgs. 105 à 134).

Como se vê, apesar de seu gênio irascível, agarrado aos seus princípios políticos provincianos, que iam até a violência, o pai de Tavares Bastos era, sobretudo, um honrado. E aquela honradez influiria no caráter do autor de A PROVÍNCIA. É como escreve Carlos Pontes em conferência pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas:

“O Conceito de Milton, em que afirma que a infância revela o homem, como o amanhã mostra o dia, ajusta-se-lhe harmoniosamente. Estudante modelar, a reflexão e a meditação conduziam-lhe já o espírito para o estudo dos graves problemas da nacionalidade.”

Aureliano Cândido Tavares Bastos se como político não adotou a sistemática meio caudilhesca de seu pai, não esqueceu, todavia, o magistrado honrado que foi Juiz das Comarcas de Penedo, Maceió, de São Paulo, Desembargador da Corte de Apelação e Ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

Foi reconhecendo o valor moral do pai, no julgar com sabedoria e honradez, que o gênio das Alagoas jamais esqueceu a figura do doutor José Tavares Bastos.

ACADÊMICO DE DIREITO EM SÃO PAULO

AURELIANO Cândido Tavares Bastos está em São Paulo. Frequenta a Faculdade de Direito.

Pequeno de estatura, ele aos poucos vai crescendo, crescendo, pela inteligência, pela cultura. Todos – alunos e mestres - estão admirados com a precocidade do alagoano ainda imberbe.

Aureliano Cândido está com dezessete anos incompletos. É o acadêmico enfatiotado de preto circunspecto. Sobreçando seus livros e cadernos, ele caminha pelas arcadias. Parece carregar um destino que não é seu, mas da Pátria Brasileira.

Ali, naquele templo do Direito, o moço das Alagoas iria formar a cultura que determinaria suas convicções filosóficas e jurídicas de grande reformista. Os poetas e oradores falam contra a escravidão. Surgem as passeatas. Os comícios. As desordens. Muitos se excediam em agredir o governo, os latifundiários escravagistas. Fazia-se até poesia improvisada.

Além de tudo isso, Tavares de Bastos não ficou indiferente. Mas ele desejava mais ação e menos poesia, porque não era com poemas metrificados ou sem métricas que se iria resolver os problemas dos negros, dos escravos atrelados a um processo legal com cobertura nas leis do País, oriundas de uma Câmara e de um Senado compostos de senhores feudais, donos

de engenhos, de salinas, de cafezais, de minas que exploravam empiricamente a riqueza do subsolo. Enfim, metidos nos negócios de importação. E no meio dessa engrenagem sócio-econômica, de um lado, o braço escravo, e de outro, o Governo, mero cobrador de impostos, sem um planejamento racional.

Claro que os trabalhos dos poetas conscientizavam o povo. Despertando-no à luta. Castro Alves era uma voz que representava todo o lamento de um povo. De uma raça. Era uma voz de pedaços humanos vindos da Costa da África. Eram os gemidos saídos dos porões dos navios negreiros. A dor. A dor imposta sadicamente pelo branco civilizado.

A voz do baiano se erguia como um macaréu. Mas as leis dos potentados era forma maior, muito maior, que silenciava as reivindicações do povo.

Diante de um caos assim, a Nação surgia para o acadêmico de dezessete anos como uma nau sem rumo. O poder nas mãos de poucos, herança das capitânicas hereditárias, onde cada governante, cada donatário se regia pelas Ordenações, mas simbolicamente, porque o mando, a ordem, a lei era do chefe, do chefe que seria o caudilho, o “coronel”, o mandão, o déspota. Daí mais tarde Tavares Bastos dizer ao prefaciar seu livro A PROVÍNCIA:

“A descentralização, que não é, pois, uma questão administrativa somente, parece o fundamento e a condição de êxito de quaisquer reformas políticas. É o sistema federal a base sólida de instituições democráticas”.

Em São Paulo, o jovem, alagoano toma parte nas tertúlias. Mas procura sempre defender suas teses dando-lhes um caráter jurídico-científico como

solução para os problemas que seus discípulos suscitavam. Era aquele realismo que brotava no peito do jovem, realismo a que se refere o escritor Arnaldo Jambo, quando comenta o trabalho do deputado Tavares Bastos no Parlamento, em defesa do negro.

“Aquele projeto de lei sobre cartas de alforria, aditivo ao orçamento, apresentado por Tavares Bastos à Assembléia Geral da Câmara, em 1866, reveste-se de um caráter altamente denunciador de grande visão com que notável publicista do tempo do Império encarava a dramática situação do escravo de uma hora para outra liberto. Pelo seu conteúdo pressente-se que seu autor avançava com extraordinário senso de realidade por sobre todos os idealistas. A liberdade do escravo não consistia somente em se lhe dar por lei o direito de autodeterminação, de não ser puramente uma mercadoria à venda. Devia consistir, antes de tudo, em assegurar-se ao ex-cativo possibilidades para edificar-se economicamente, recomeçar a vida por si mesmo, antigo proprietário de escravos. Devia pensar mais ou menos assim Tavares Bastos. É o que se depreende do seu projeto de lei”.

A lei de libertação dos escravos não antecede um planejamento. Sonhou-se, lutou-se contra a escravidão. Mas não se pensou para onde iriam os negros após a libertação. O resultado foi que muitos voltaram pra as fazendas dos escravocratas. Eram

então miseravelmente explorados por ínfimos salários. Agora tinham que pagar a comida, viver “a fome crônica” que chega aos nossos dias, e que Josué de Castro brilhantemente estudou na sua GEOGRAFIA DA FOME, quando mostrou, sobretudo, a paisagem nordestina da zona da mata, dos canaviais, ou do sertão.

Se uns ficaram novamente escravos, escravos aos vis salários, outros foram tangidos dos morros, pra os córregos. Formaram então as favelas, os mocambos, as choças, as choupanas, os infectos ranchos, quando mais adiante as terras se valorizaram – foram expulsos a chicotada, a facção da polícia ou modernamente pelo trator, esse fabricante de terremotos contra os desprotegidos, porque, infelizmente, o usucapião é um instrumento burguês que só ampara uma classe.

Se a voz sábia de profeta, do gênio Tavares Bastos tivesse sido ouvida, a situação do negro, após a libertação teria sido outra.

Em São Paulo, o jovem alagoano está concluindo o curso. Estamos em 1856. Lutas são travadas e defesa de ideais. Tavares Bastos brada com aquela altivez que tanto o caracterizava.

... “remédio contra escravidão não está em comprimi-la. O único é aquele que sinceramente reclamo em nome da justiça, em nome da utilidade, é o da lenta emancipação”.

E assim, estudando, mostrando o hermeneuta em que se transformaria mais adiante, chega ao ano de 1859. É um moço de vinte anos. E com essa idade, é o bacharel em ciências jurídicas e sociais que se inscreve para, perante a Congregação da Faculdade de Direito de São Paulo, defender tese para doutoramento. Surge aí o tributarista, assunto pouco estudado e discutido na

época.

Sua tese tem um título quilométrico – SOBRE QUEM RECAEM OS IMPOSTOS LANÇADOS? SOBRE OS GÊNEROS PRODUZIDOS NO PAÍS? SOBRE O PRODUTOR OU SOBRE O CONSUMIDOR? O QUE SUCEDE QUANTO AOS GÊNEROS IMPORTADOS E EXPORTADOS?

Essas interrogações pertencentes ao mundo, pequeno mundo ainda, do Direito Tributário em terras do Brasil, levam o emérito alagoano à tribuna, diante de proectos catedráticos envoltos em suas becas excelsas. E Tavares Bastos oferece a São Paulo o mais belo espetáculo de saber, de conhecimentos.

Agora é Doutor em Direito. O doutor Aureliano Cândido Tavares Bastos.



UM RETRATO, SIMPLEMENTE UM RETRATO

NÃO pretendemos, neste ensaio biográfico, escrever a biografia de Aureliano Cândido Tavares Bastos. Embora os estudos a respeito do autor de O VALE DO AMAZONAS sejam inúmeros, todos eles, porém, se cingem ao que o mestre escreveu.

Sua vida conjugal, a descendência de sua esposa, e outros elementos, não encontramos. Ademais, Tavares Bastos não se preocupou, como tantos escritores e pensadores, em registrar suas memórias.

As emoções do jurista, do sociólogo, do filosófico, do antropologista, se cingem às teses que defendeu e, brilhantemente, deixou escritas nos seus trinta e seis anos de vida. Não foi ele um Stefan Zweig, que escreveu suas memórias – O MUNDO QUE EU VI - ou os brasileiros Joaquim Nabuco ou Gilberto Amado. O referido Stefan Zweig, apesar de nas suas memórias dizer que jamais deu importância a sua pessoa, não deixa de falar em si, ao falar no mundo conturbado em que viveu. Lendo-se o seu livro, conhece-se o homem intimamente, sua família, seus hábitos.

Não se encontra um livro, um artigo, em que pudéssemos fazer uma maior penetração na intimidade de Tavares Bastos.

O artigo que Cassiano Tavares Bastos escreveu a respeito do gênio das Alagoas não chega a trazer um copioso subsídio para se desvendar certos fatos da vida

de Aureliano depois de ter contraído matrimônio, tão úteis a um biógrafo.

Cinge-se o ilustre parente a dizer o que muitos disseram - “do injusto esquecimento”. Em seguida, transcreve apontamentos escritos por dona Theonila Tavares Bastos, irmã de Aureliano, publicados em O PAÍS, em dezembro de 1904.

Desses apontamentos, sabe-se que o jovem alagoano quando acadêmico de Direito em São Paulo, ensinou francês no Colégio Doutor Júlio Mariano Galvão Moura Lacerda. No mais, o que está escrito foi objeto de estudo de vários escritores. Todos, todavia, como foi dito, estão agarrados mais à obra do que ao homem. E que ambos, o homem e a obra, se fundem num sólido obelisco que deve ser contemplado pela juventude do Brasil.

O leitor destas linhas não vai se deparar com uma biografia. Não. Tampouco encontrará em suas páginas uma sistematização cronológica, técnica que pertence aos historiadores. Não vamos dizer que, o que está escrito até agora, e o que se vê mais adiante, é uma análise interpretativa do que ocorre na vida do homem Tavares Bastos. Estudaremos, sim, com humildade, a obra respeitável que ele deixou, e daí tiraremos conclusões para mostrar ao povo, sobretudo, ao povo das Alagoas, que os caminhos abertos por Tavares Bastos são esses que o desenvolvimento do Brasil está a exigir, e que já estão sendo seguidos através das grandes reformas.

Interpretar mesmo, estudar o assunto dentro de uma técnica científica, é tarefa exclusiva de historiadores ou historiográficos como um Abelardo Duarte.

Assim, vamos imprimindo letras de acordo com as emoções que sentimos da obra do mestre de A PROVÍNCIA. Faz de conta que estamos com uma das máquinas baratas de tirar retrato, tipo “caixão”.

Batemos o retrato de Tavares Bastos. Mas, não sabemos revelar. Retocar. Então, para melhorar o trabalho, emolduramos o que a chama imprimiu com a beleza dos ensinamentos do grande político que foi uma exceção no seu tempo.

E, se conseguirmos uma moldura mais ou menos vistosa para este retrato, batido com tanto amos, estaremos satisfeitos.

Nosso receita é de que, depois de tudo, só reste um retrato. Somente um retrato feito por quem não sabe fotografar.



IV PARTE

RUMO Á CORTE

- 12 — O que iria fazer o novo bacharel?
- 13 — Eleito deputado
- 14 — Um cordeiro entre feras
- 15 — Idealismo e heroísmo XII



O QUE IRIA FAZER O NOVO BACHAREL?

ESTA interrogação deve ter angustiado o novo bacharel, doutor de borla e capelo, Aureliano Cândido Tavares Bastos. Que fazer agora? Ficar em São Paulo? Abrir uma banca de advocacia? Defender tese para se tornar um catedrático da Velha Faculdade de Direito?

Naqueles dias era comum o jovem que desejava fazer carreira nas letras ir para a capital do Reino, depois, da Republica.

Os alagoanos, tantos os da velha como os da nova geração, partiram sempre em busca da glória. Foram eles: Costa Rego, Álvaro Paes, Aurélio Buarque de Holanda, Pontes de Miranda, Serpa Lopes, Povina Cavalcante, Manuel Diegues Júnior, Jorge de Lima, Arthur Ramos, Ledo Ivo, De Plácido e Silva, Waldemar Cavalcanti e tantos outros. Seus nomes se transformaram em letras luminosas com as obras literárias, científicas e jurídicas que escreveram. Até mestre Graciliano, que partiu forçado por uma viagem injusta e violenta que redundou num processo judiciário ajuizado num tribunal de exceção, ao se libertar dos grilhões de seus algozes ficou; ficou para ser mundialmente conhecido.

Assim ocorreu com Tavares Bastos. Foi para a Corte, para o Rio de Janeiro.

Não desejava o novo bacharel ser um magistrado como seu pai. Não tinha vocação andar de província em

província, sujeito, muitas vezes, aos caprichos, às violências dos chefes políticos. Nem se prender às rabularias dos escrivões e oficiais de justiça.

Pobre, aceitou um emprego público que absolutamente não correspondia aos seus dotes intelectuais, a sua vasta cultura, ao seu currículo. Tornou-se, assim, oficial de Secretaria do Ministério da Marinha.

Como deve ter sofrido o jovem, sentado numa carteira, sujeito a um Diretor, Sub-Diretor, Chefe de Seção, preso a informações corriqueiras? Deve ter se sentido como num “suplício chinês”.

É Carlos Pontes, sem nenhum favor, o maior estudioso do insigne alagoano, quem escreve:

“Tavares Bastos, como se sabe, ocupava o cargo de oficial de Secretaria da Marinha. O seu espírito político, no sentido aristotélico do vocábulo, com a paixão orgânica da coisa pública, está claro que não se iria perder na esterilidade do automatismo burocrático. O posto valia-lhe como um campo de observação. Nele encontrava, à luz crua dos fatos, os melhores elementos para o estudo; à avidez da sua análise nada escaparia.

Tavares Bastos era dessas inteligências não comuns na órbita da mentalidade brasileira, que vão aos assuntos, neles se embebendo com uma esponja. Jamais se deu ao exame de uma causa, sem aprofundá-la, repugnava as improvisações fáceis e as vistas superficiais.

Não se limitou a ser o bom

funcionário; os seus horizontes rasgavam-se mais largos. Naquele departamento de Estado procurou logo conhecer as necessidades e os defeitos de administração. Não se ateve somente à aparelhagem da burocracia, cada vez mais entravada pela ferrugem da uma centralização administrativa de extremo rigor, foi a investigação maiores. Tratou de examinar a situação verdadeira das forças do mar como instrumento eficiente de defesa, e num inquérito cauteloso informou-se seguramente da vida do Ministério, sob o tríplice aspecto – militar, econômico e administrativo”. (TAVARES BASTOS, págs. 123 e 124).

Mas a vida do bacharel iria tomar novo rumo. Embora, como acentua Guedes de Miranda, fosse um espírito solitário que se consumia na combustão do pensamento. Iria enfrentar a agitação, a luta; luta pela igualdade dos direitos humanos, para que não houvesse diferença entre o rico e pobre, o branco, o preto e o índio; entre soldado e o clérigo. Tavares Bastos iria lutar para que todos fossem iguais perante a lei.



ELEITO DEPUTADO

APROXIMA-SE as eleições. O oficial maior de Secretaria Aureliano Cândido Tavares Bastos está torturado com aquela vida metrificada de processos, informações e portarias. De números de protocolos. De toques da campanha chamando os contínuos. Do ar preguiçoso dos colegas. Do estilo da redação burocrática. Do sistema de bajulação para se adquirir uma promoção. É quando resolve candidatar-se por Alagoas a um cargo eletivo de deputado.

O seu pequenino Estado toma conhecimento da passagem do filho do doutor José Tavares Bastos por Recife e São Paulo. Sabe da sua cultura. Dos seus trabalhos literários. Tinha somente contra si a juventude. Mas essa desvantagem diante dos demais políticos era surpresa pela cultura, pelos estudos, pela inteligência, pela ginástica mental. Seus vinte e um anos de meditação, sempre ao contato com os livros, valiam pelos sessenta anos de muitos.

Alguns de seus amigos lembram que ele estava longe das Alagoas há muitos anos. Recordaram as lutas de seu pai – em “Liso” – quando a gloriosa Província estava dominada pelos “Cabeludos”. Sinimbu surgiu como o dono de uma vasta propriedade de porteira fechada.

Tavares Bastos não desanimou. Em data de 18 de outubro de 1860 envia aos seus conterrâneos a

seguinte mensagem:

“Meus caros comprovincianos. É com extrema satisfação que venho dirigir-vos estas poucas palavras. Apoiado pelo concurso valioso de amigos, cuja magnanimidade parece tanto maior quanto é mais elevada acima de mim a sua posição e a influência, eu venho hoje solicitar perante vós a hora de representar no Parlamento a nossa heróica província das Alagoas, pelo seu primeiro distrito eleitoral. O nome que ante vós comparece, o meu nome de família, vós o conheceis bastante. Desvaneceme saber que todos ledes escrito nele, em caracteres significativos, porém modestos, tão inteira proibidade e amor às sagradas instituições do Brasil, quanta resistência legitima e sincera às desordens, ou poder, ou do povo. Se eu ponho por diante o nome que trago é que não saberei nunca, nem poderei, renegá-lo. Senhores, ser-me-á conferida a honra que procuro? Não há de o meu reconhecimento ser menor que a minha glória. Se me não for lícito, porém, tanta fortuna, ficarei contente vendo que a outros mais dignos confiastes o solene mandato. Vosso amigo devoto, Dr. Aureliano Cândido Tavares Bastos”. (TAVARES BASTOS, págs. 96 a 97)

O manifesto causa a melhor impressão no seio do

eleitorado. Era a fama do gênio que se misturava com a tradição de luta de magistrado José Tavares Bastos.

Advertido pelo seu amigo e orientador Conselheiro Saraiva, Tavares Bastos segue para sua província. Vai assistir às eleições. Sente então que é um candidato acima dos partidos. É o povo que deseja vê-lo deputado. Se o partido de seu pai – os Lisos – Apoiava o jovem candidato, ocorria então um gesto democrático que ficaria registrado na história política do pequeno torrão nordestino: os partidários de Sinimbu corriam para as urnas votando também no jovem.

É preciso que se diga – num ato de justiça – que foi Cansação de Sinimbu quem, reconhecendo os méritos do filho do seu rancoroso adversário, deu todo apoio a Aureliano Cândido Tavares Bastos; foi o seu grande cabo eleitoral, e isto o fez com a dignidade que caracterizava seus atos de democrata austero que não abdicava de seus direitos.

Estava eleito o autor de A PROVÍNCIA. Emocionado, telegrafa ao seu protetor com aquele entusiasmo tão natural da juventude. E, ao tomar conhecimento da vitória de seu pupilo, Saraiva vibra na Corte.

Essa é a breve história de uma candidatura. Do início da vida política de um dos maiores parlamentares do Brasil. De um jovem deputado que levaria para o Parlamento novas idéias que fariam corar a legisladores retrógrados, com cadeiras cativas, e que viviam a balançar a cabeça como vacas de presépio.

O Parlamento iria conhecer um revolucionário no bom sentido.



UM CORDEIRO ENTRE FERAS

AURELIANO Cândido Tavares Bastos está na Corte. No Rio de Janeiro. Não é mais aquele humilhado oficial maior de secretaria do Ministério da Marinha. É um deputado acima dos partidos. É o Governo de Sua Majestade no Congresso, quando o Governo acerta. Mas é também a oposição de Sua Majestade, quando o Governo erra.

Naqueles dias, como salienta Caio Prado Júnior na sua obra *EVOLUÇÃO POLÍTICA DO BRASIL*, a questão da abolição do tráfico escravo, que até fins do século XVIII fora universalmente admitida, figurava na ordem do dia de todos os países ocidentais.

A influência do vitorioso liberalismo burguês no continente Europeu, em face a Revolução Francesa, forçava o exame da substituição do escravo.

Tavares Bastos, estudiosos, sábio, compreendeu o problema, situando-o dentro da Abolição – que o trabalho escravo seria substituído por outro muito pior, aquele que alguns sociólogos denominaram de “escravo assalariado”.

Para evitar uma futura paisagem assim, o deputado alagoano luta bravamente. Encontra as maiores barreiras. Não faz concessões. Tampouco se agarra a demagogia de uns, ou ao lirismo de outros.

O excelso mestre Abelardo Duarte, em brilhante ensaio publicado no *JORNAL DE ALAGOAS*, de 31 de

Maio de 1951, situa esse aspecto da luta travada pelo insigne alagoano.

Depois de estudar Tavares Bastos como jurista, sociólogo, economista e filósofo, mostrando que o seu trabalho não era o de um improvisador, Abelardo Duarte escreve:

“A ação parlamentar de Tavares Bastos começaria a manifestar-se a respeito da questão do elemento servil no momento preciso em que a nação se voltava para o problema vendo na escravidão uma verdadeira chaga social e um entrave ao seu progresso. Sobretudo, uma nódoa que era forçoso apagar. Tavares Bastos considerava-a, em 1864, “A mais grave questão social do país, senão a única verdadeiramente grave”. Isto afirmava no Parlamento brasileiro. Defendia então, naquela alta tribuna, a ideia, que corporificara num projeto de lei, de proibir-se a venda de escravos sob pregão e em exposição pública.

Substituindo a seu ver, ainda, aqueles imperativos de ordem prática que não aconselhavam a libertação imediata, voltava-se sempre para a minoração dos estigmas sociais que oprimiam o negro, sem contudo procurar apressar-lhe a solução total. Foram sempre soluções progressivas as que alvitrou e defendeu com o poder de sua clara inteligência, visando à extinção do cativo de modo gradual, lento.

Perguntar-se-á então se o seu apregoado liberalismo não sofria as limitações naturais de sua imensa cultura política e econômica. Não podia deixar de sofrer. Pensador, economista e filósofo também, com uma visão integral do presente e uma ante visão genial do futuro do seu país, condicionadas a uma expansão vigorosa da sua economia, Tavares Bastos não formulava os problemas nacionais em função do imediato e do superficial que neles pudessem existir. Equacionava-os antes em função do essencial. Do futuro. Aquelas enormemente na sustentação a fórmula lenta que propunha para a extinção do elemento servil.

Pressentia a necessidade de introdução de métodos racionais que fossem orientando a economia nacional para receber o futuro estado de coisas que fatalmente surgiria com a abolição. Essa adaptação à nova estrutura social parecia-lhe imprescindível à segurança nacional e ao equilíbrio econômico-social.”

Surgia no Parlamento o jovem. No princípio, foi olhado com desconfiança. Juntou-se então aos novos que chegavam também com debutantes: José de Alencar, José Bonifácio, o moço; Amaro da Silveira, Félix da Cunha e Ângelo Thomaz do Amaral. Havia outros novos. Estes, porém, ficam mais distantes, como teleguiados de correntes políticas. Não se comprometeriam.

Logo mais o novo deputado por Alagoas debater-

se-ia com velhas raposas, medíocres ou inteligentes, porém tarimbadas nos cenários parlamentares. Entre eles, podemos citar Paes Barreto, Rego Barros, Fernandes da Cunha, Pinto de Campos, Dantas Mauá, Saraiva, Porto Alegre, Sérgio de Macedo, Leitão da Cunha, Otaviano, Zacarias, Saldanha Marinho, Paulino de Souza, Marinho Campos, Silveira Lobo e tantos outros, uns que se tornariam amigos e administradores de Aureliano, outros que seriam seus adversários, pois se sentiam contrariados em seus interesses ou interesses dos grupos econômicos que defendiam.

A própria bancada alagoana, composta de Jacinto Paes Mendonça, Esperidião Elói de Barros Pimentel, Benjamim Franklin da Rocha Viera, Manoel Joaquim de Mendonça Castelo Branco, o futuro Barão de Anadia e Aureliano Cândido Tavares Bastos não estava coesa. Os pensamentos a respeito das teses defendidas no Parlamento, dessa bancada do Norte, eram fortemente divergidos. Surgiram discussões. Agressões ásperas eram comuns.

Perdia-se tempo discutindo transferências de professoras, delegados de polícia, exatores.

O novo deputado pairava acima das questiúnculas. E surgia na tribuna defendendo teses. E porque se colocava no ápice da montanha, foi arranjado inimigos cevados pela inveja, pela ignorância.

Conforme registram os anais da Câmara, do mês de Julho de 1861, num dia em que houve uma agressiva discussão entre deputados alagoanos, o pequeno Tavares pede a palavra. Emocionado, envergonhado com aquele espetáculo, exclama em plenário.

— “...Entrando, na presente discussão, Senhor Presidente, sinto um acanhamento indizível, porque, seguindo as tendências do meu espírito, não sei jamais colocar-me em extremos.

Tratando-se, Senhores, de uma questão através da qual transparecem personalidades, há vantagens sempre que pode, em coloca-la num terreno alheio às paixões. É o que vou fazer.”

Desliga-se, assim, o jovem deputado das questiúnculas provincianas, do “disse não disse” dos chefes políticos e cabos eleitorais, para defender os supremos interesses do País, e , conseqüentemente, do povo.

Quem falava assim era o mais jovem deputado brasileiro daqueles dias. Um cordeiro entre feras. Pequeno na estatura. Grande no saber.

Um cordeiro que teria que lutar contra as garras de feras visíveis e invisíveis. Um cordeiro com força de um leão que tinha a audácia de denunciar à Nação as misérias que aconteciam nos seringais do Amazonas; receio do capitalismo monopolista, um leão solitário numa ilha de idéias, onde pontificou com seu espírito de nacionalista a pensar no progresso da Pátria que tanto amava.



IDEALISMO E HEROISMO

NÃO há dúvida de que Aureliano Cândido Tavares Bastos foi um herói cheio de ideal. Herói sem lances sanguinários ou frases bombásticas. Mas herói no bom sentido, corajoso. Tinha aquela coragem de que nos fala SÊNECA, que desconhece o medo do covarde.

Escreve Afonso Arinos de Melo Franco no seu livro HISTÓRIA DO POVO BRASILEIRO que:

“Se a evolução do problema escravagista pode ser considerada, no essencial, como fenômeno interno do processo, nem por isso deixou ela de depender das pressões exercidas de fora – pressões econômicas, sociais, políticas e morais – ora tendentes a precipitar sua final solução, ora tendentes a frear-lhe o movimento e a posterga-la para melhor oportunidade. Vimos, aliás, linhas acima que, interpelado por intelectuais franceses, prestigiosos elementos de pressão intelectual e mora, o próprio imperador obteve que seu ministério respondesse, à gestão a ele pessoalmente dirigida no sentido da

abolição, que esta era uma mera questão de tempo e que seria recomendada tão pronto terminasse a guerra do Paraguai. Tal resposta, quase uma tomada oficial de posição, era suasória e procrastinadora a um tempo, pois revelava que a guerra em causa era, de fato, um problema nacional e que, mais, esse problema se sobrepunha a quaisquer outros”.

Do exposto, pode ser avaliada a situação do deputado alagoano diante do problema escravagista. Além dos interesses internos de uns e o comodismo de outros, surgia o que modernamente um Presidente renunciante chamou “forças ocultas”.

Na verdade, essas “forças ocultas” representavam barreiras intransponíveis. Seria uma escalada cruel onde todas as formas de obstáculos apareciam de formas mais diversas o suborno, a calúnia, a injúria, a intriga e outras maneiras de coações, psicológicas ou materiais.

A escravidão era o rico negócio de muitos. O mal de um passa, todavia tecnicamente ampliando num negócio rendoso. Ademais, para Aureliano Cândido Tavares Bastos, além da escravidão, problemas outros existiam a determinar os governantes às reformas de base. E para tal, necessário se tornava tudo. Noites mal dormidas. Madrugadas nas quais o pequeno grande alagoano ficava acordado a pensar no Brasil. Essa forma de luta, de heroísmo sem trincheiras cavadas na terra, sem barricadas que apoiavam os fuzis, era também uma luta heróica de um idealista prático que não ingressara no grande exército de Cervante, porém num exército que se exercitava diante do Poder, o Poder Legislativo, para melhor orientar o Poder Executivo, que, por outro lado, através de seus

gabinetes e de sua própria figura bondosa do Imperador, sofria também as mesmas pressões internas e externas.

O tráfico escravo, legal ou ilegal, foi negócio de máfias, como é o contrabando do uísque, da maconha, da cocaína, da morfina. Eram os traficantes pessoal altamente conceituado como registra Ernest O. Olbert, no seu livro ESCRAVATUIRA, ALICERCE DE UM IMPERIO.

...”Os comandantes de navios e os aventureiros ingleses que roubavam bens alheios e distribuíam o trabalho do próximo, não se retiravam a uma discreta vida particular para usufruir a fortuna açambarcada, mas entravam a figurar como heróis na vida pública. Assim p. e. JOHN HAWAKINS, indicado na “Enciclopédia Britânica” como primeiro traficante de escravos ingleses, foi armado cavaleiro em 1603, e, enviado para a câmara dos Comuns como representante da idade de Plymouth”.

Mostramos esse exemplo, para registrar o significado da luta do deputado Tavares Bastos frente à conscientização de que se escravocrata era ser eminente homem público em países mais adiantados.

Um autor alemão, transcrito por ERNEST A. OLBERT, chega a afirmar, revoltado:

“Nenhum povo do mundo deslocou jamais sobre mares e continentes massas humanas tão inteligentes como o fizeram os ingleses e anglo-americanos na sua prepotência imperialista, arbitrária e

egoísta. E esta transmigração negra operou-se com a mais bárbara das violências, com a mais brutal das coações sem se incomodar com as vítimas perecidas nelas”.

Daí se sentir a grandeza do trabalho do emérito alagoano. Ele foi mesmo um predestinado. Um escolhido. Um assinalado para, teórica e cientificamente, diante de um poder legislativo, mostrar a maneira de se conduzir uma luta que chegaria à Lei Áurea, sem contudo deixar, como deixou, feridas abertas que ainda hoje estão doloridas. Feridas que se magoam com os atos dos racistas que lincham pretos nos Estados Unidos da América do Norte ou dos preconceitos que o Brasil precisam da Lei Afonso Arinos.

Tavares Bastos foi mesmo um Titã, pequeno na estatura, porém imenso na grandeza de seu caráter, de sua sabedoria e de sua coragem, com um heroísmo bem alagoano, daquele que fazia um Floriano Peixoto usar, em momento histórico, apalavra:

— À bala...

V PARTE

EM PLENA LUTA PARLAMENTAR

- 16 — O amigo Saraiva
- 17 — Pisando em terreno perigoso
- 18 — Uma ilha cercada de livros
- 19 — Guerra é guerra



O AMIGO SARAIVA

QUEM estuda, mesmo rapidamente, a vida de Aureliano Cândido Tavares Bastos, tem que se deparar com esta figura do velho Saraiva, amigo e protetor do deputado alagoano.

E, então, é de se indagar: quem foi Saraiva?

José Antônio Saraiva nasceu no Estado da Bahia. Político “matreiro”, para usar uma expressão dos cronistas parlamentares da época, ficou conhecido esse senador baiano, com cadeira cativa no Senado, como o Messias da Pojuca.

Pelos seus trabalhos, pelas suas lutas, pela sua sagacidade, alcançara a posição de chefe incontestado do Partido Liberal. Contudo, o senador José Antônio Saraiva possuía inúmeras virtudes. E, entre elas, estava a de reconhecer na pessoa de Tavares Bastos o jovem promissor, culto, honrado e idealista, bem como a lealdade e a coragem que chegavam quase a bravura.

Interessante é que, apesar dessas virtudes, não era Saraiva dotado de grande brilho. Nem sequer possuía uma inteligência respeitável.

Mas o senador baiano, como homem, chamava a atenção dos que o cercavam. Era possuidor de um imponente físico, dono de uma honesta fortuna, austero de costumes e até no vestir, sem filhos e com a felicidade — o que não ocorria com outros políticos — de não possuir pesada clientela que explora os chefes

políticos com promessas devotos ou para arrancar mais uma cédula da bolsa de um amigo.

No senado, Saraiva falava pouco. E, quando falava, não era o parlamentar erudito, capaz de empolgar as platéias ou a seus pares. Ele sentia que não passava, como era tachado por uns, de provector experiente; e, por outros, de excelso homem público.

Quando criticado por adversários, procurava, com superioridade, não tomar conhecimento das críticas, da sua penúria literária, da sua pouca leitura. Rindo, exclamava:

— Sou leitor assíduo da “Revista dos Dois Mundos”.

Em 28 de março de 1880, atendendo ao Imperador ei-lo presidindo ao Ministério. Seria que Tavares Bastos era uma espécie de escola intelectual de Saraiva? Não apuramos, sim, que o senador baiano foi o amigo, o incentivador do grande filho das Alagoas. Uma amizade sincera que serviu até de elemento para traços caricaturais de artistas daqueles dias.

A conclusão que tiramos — repetimos, esta é a nossa impressão — é que o senador José Antônio Saraiva, não tendo filhos, dedicou ao brilhante jovem das Alagoas todo um amor filial. Sublimou na pessoa de Aureliano Cândido Tavares Bastos toda uma estima que o proibiu de procriar.

Serviu o autor de A PROVÍNCIA como processo de sublimação — o amor do pai transferido para o filho do magistrado José Tavares Bastos.

Não temos dúvida. Isso foi o que ocorreu.

PISANDO EM TERRENO PERIGOSO

O DEPUTADO Tavares Bastos começa a estudar no Parlamento. Faz uma revisão completa das leis existentes no País, sobretudo no que tange à Legislação atinente ao trabalho escravo. Verifica que muitas leis, decretos e portarias em execução não estão sendo cumpridos.

Sabia o alagoano emérito que Saraiva, apesar de pertencer ao Partido Liberal, era acusado até por seus correligionários, de sua tendência para o conservadorismo. O conselheiro Pereira da Silva, no seu livro MEMÓRIA DO MEU TEMPO, (vol. II, pág. 207) afirma que a simpatia dos conservadores para com Saraiva era meridiana.

Tavares Bastos sabe que começa a pisar em terreno perigoso. Tinha em mente redigir projetos de leis progressistas. De lutar objetivamente ao lado dos negros. Mas era preciso também não ferir o amigo Senador Saraiva. Contudo, compreendeu também as tendências do protetor e chefe; tendências essas mais tarde proclamadas por Joaquim Nabuco em UM ESTADISTA DO IMPÉRIO, (vol. II, pág. 60): “Na questão da escravidão ele deixou bem patente a solidez de sua estrutura conservadora”.

Esse conservadorismo em potencial se fixa bem quando Saraiva recebe o encargo, do Imperador, de organizar o Ministério. Escolhe os seguintes nomes:

Para a pasta da justiça — deputado Afonso Pena; para a de estrangeiros, o senador Visconde do Paraná; para a da Marinha, o senador Luiz Felipe de Souza Leão; para a Guerra, o deputado Antônio Eleutério de Camargo; para a da Agricultura, o deputado João Ferreira de Moura, ficando para si a pasta da Fazenda.

Expõe então o Ministério no seu programa para a Câmara:

“O intuito do Ministério, quanto à questão do elemento servil, é apressar o mais possível a libertação de todos os escravos, dando, porém, tempo à nossa indústria agrícola para reorganizar o trabalho e até auxiliando essa organização com uma parte do valor do escravo”.

Não causou boa impressão por parte dos que lutavam contra a escravidão o programa ministerial. Entre os que se insurgiram contra, José Bonifácio era o mais revoltado. Então bradava:

— “O atual Presidente do Conselho não é o mais apropriado para realizar a reforma”.

E não parou, o grande mineiro, a sua luta. Inteligente, culto, excelente orador, aí com sua palavra arregimentando adeptos, convencendo. Era incisivo, gritando, bradando:

— “As idéias do senhor Presidente do Conselho sobre a questão servil não trazem a paz e a conciliação, aumentando a luta dos interesses rivais, e em breve hão de ressuscitar a agitação adormecida”.

Os caminhos que Aureliano Cândido Tavares Bastos tinha que percorrer no Parlamento não eram planos, porém ladeirosos, cheios de pedras e de pedregulhos.

De outro lado estavam suas convicções. Do outro, estava a amizade, a gratidão ao amigo, ao pai espiritual.

Por outro lado, o rapaz das Alagoas sabia, tinha convicção de que lutar contra os interesses dos donos das terras e dos escravos, era se tornar um terrorista, um

fora da lei, sujeito às mais baixas campanhas, pedradas por todos os lados. Foi sempre assim. Desde longo tempo vinha o grande Joaquim Nabuco levando essas pedradas, suportando os conseqüências de sua atitude decisiva, corajosa em favor dos escravos. O caso de sua reeleição, como se observa no seu livro – ABOLICIONISMO – era uma prova insopitável de quanto valia o poder dos reacionários, pois em 1881 pondo-se em execução a reforma eleitoral, num golpe baixo, massacrava-se o abolicionista pernambucano, que altivamente retira-se das lides parlamentares, para ir residir em Londres, como correspondente do “Jornal do Comércio”.

O autor de UM ESTADISTA DO IMPÉRIO não aceita voluntariamente o ostracismo. Inquieto, ágil, na Europa, eleva o nome do Brasil. Naquele mesmo ano toma parte em Milão num Congresso Jurídico Internacional, em cujo seio defendeu brilhantemente suas teses, para voltar ao ano seguinte, com a experiência adquirida no “Velho Mundo”, com a subida de Dantas.

Tavares Bastos nada disso ignorava. Esse e outros exemplos de coação moral e até de coação material não tornaram o alagoano emérito num amedrontando. Entraria, como entrou, na luta. “Pisando em ovos”, como se diz na gíria, até quando pôde.

E depois? E depois, de corpo aberto, dentro do seu estilo nada demagógico. Estilo de um planejador, de um pesquisador, de um homem que sentira que se muitos desejavam a abolição, não o faziam abertamente, receando o surgimento de um problema sócio-econômico.

Tavares Bastos meditava diante da “Fala do Trono”. Procurava saber o pensamento emancipador de Pedro II. Sentia angústia diante do problema. Em suma era a luta do governante preso também a compromisso. Tavares Bastos lia e relia este trecho que

muitos entendiam como a “fase do recuo”:

“A extinção gradual da escravidão, assunto especial da sessão extraordinária, deve continuar a merecer-nos a maior solícitude. Essa questão, que se prende aos mais altos interesses do Brasil, exige uma solução que tranqüilize a nossa lavoura. Confio-a, pois, à vossa sabedoria e patriotismo”.

Aureliano Cândido Tavares Bastos deve ter lido e relido o documento acima. Analisado a expressão do Governo “A extinção gradual da escravidão”. Seria mesmo a “fase do recuo”, quando anteriormente outros pronunciamentos semelhantes foram tachados de “fase do avanço”. Diante dessa intenção, Nabuco já havia exclamado, como se observa na plaquete A LEI DO VENTRE LIVRE, pág. 28:

“Em política, na experiência de D. Pedro II, a linha reta não é o caminho mais curto de um ponto a outro”.

Dentro de uma paisagem assim, o político alagoano era um angustiado homem cheio de responsabilidades. Dormia pouco. Alimentava-se mal. Sua saúde não era excelente. Aquele homem franzindo, mergulhado noite a dentro nos estudos, nas observações, comparando leis do seu país com a de outras Nações mais adiantadas, mal sabia que a morte estava tão perto e que uma vida cheia de luta, de beleza, teria a duração de trinta e seis anos.

Porém, Tavares Bastos vestira sua armadura do saber, e iria para o campo da luta. Iria lutar em terreno perigoso. Mas procuraria exhibir argumentos para

justificar que do sei lado estava o direito, a Justiça e a Moral.



UMA ILHA CERCADA DE LIVROS

TAVARES Bastos está trabalhando. É um solitário. Uma ilha rodeada de livros. De pensamentos. Sente que a sua Pátria necessita de reformular principais e processos adotados, numa adaptação grosseira. Recorda com saudade o seu tempo de menino na velha cidade das Alagoas. Vê-se diante das igrejas. Os santos, esculpido na madeira ou na pedra sabão, voltam a olhar para o menino, menino agora deputado por sua Província, como se estivessem indicando os caminhos de sua luta em defesa do povo, do povo oprimido pelos sobas políticos e politiqueros, numa eterna luta fratricida, de norte a sul, de leste a oeste.

Ele recorda seus passos pelo corredor do convento colonial. Data daqueles dias o seu amor pela solidão das clausuras, dos recintos fechados, como se um ambiente assim fosse um reino destinado aos pensadores.

Lá fora, nas ruas da sua cidade, os carros de bois cantavam a musica saída do atrito da madeira de seus eixos. Era um canto triste, embora, às vezes, as mesas dos carros não levassem somente cana de açúcar, batata doce, frutas, verduras, que vinham dos engenhos vizinhos, engenhos com nomes poéticos, como o “Hortelã”, de onde vinha um mel gostoso, vendido nos potes por escravos. Esse tipo de condução

trazia as moças filhas de coronéis, senhores de terras, acompanhadas de suas tias e mucambas para as missas, para as novenas ou para as procissões dos santos padroeiros: São Pedro, Protetor dos Pescadores, Santo Antônio, Protetor dos Namorados, São Benedito Protetor dos Pretos.

Agora, Aureliano Cândido era um homem da Metrópole, da Corte. Mas nunca esquecia de sua terra natal. A figura de sua mãe, apavorada, quando o marido na cabeceira da mesa de jantar, improvisava em escritório, escrevia artigos violentos contra Cansação do Sinimbu, contra os “Cabeludos”.

José Tavares Bastos, envolto numa vibração, lia os artigos em alta voz, xingava seus inimigos políticos.

Ruim era quando o político, botando o punhal na cava do colete e a pistola na cintura, ia para os comícios, onde sua voz era um arpejar de ódio contra os adversários, uma cachoeira de improperios, como era do estilo da sua época.

O menino Aureliano via a sua genitora amedrontada no quarto dos santos, rezando para que nada acontecesse com o seu esposo.

Ali estava ele naquelas madrugadas de insônia, na Corte, nos primeiros passos como político. Político que não podia esquecer o que viu na meninice: delegados de polícia violentando nas cadeias infectadas os adversários políticos dos governos, a mando dos chefetes; as torturas dos pretos nos troncos; os dorsos nus chicoteados. Muitos morriam de sofrimento. E se o proprietário, o “coronel” era do lado do governo, os cadáveres ficavam enterrados na mata. Fazia-se silêncio perpétuo. Tudo isso fez com que o mesmo Tavares Bastos tomasse uma decisão. E nasceu o jurista, o sociólogo, o reformador, o adepto da descentralização sensível, O grande municipalista. Por isso, foi feliz Pedro Barreto Falcão, quando escreveu na GAZETA DE ALAGOAS, de 3 de dezembro de 1936, o

brilhante ensaio o SENTIDO NACIONALISTA DA OBRA DE TAVARES BASTOS:

“Tavares Bastos foi, sem exagero, um dos maiores nomes do pensamento nacional, em todos os tempos, e a sua obra, que se projetou em vários setores do saber humano, se caracteriza por inexcedível coragem moral, por impetuosa força construtiva e sobretudo por um profundo sentido nacionalista. Numa época em que os grandes homens de ordinário, agachados à sombra das conveniências partidárias, eram antes grandes políticos que grandes brasileiros, Tavares Bastos, do jornal ou da Tribuna parlamentar, com as fulgurações de seu talento privilegiado a serviço de sólida cultura, agitava com o maior desassombro e altivez os problemas que mais de perto tocavam os destinos nacionais”.

Foram aquelas noites de insônia, de estudos, na Corte; foram aquelas lembranças da terra que encorajaram o grande brasileiro a despertar os governos para os grandes problema nacionais, problemas esses dos nosso dias, alguns já resolvidos, e tantos ainda para serem resolvidos.



GUERRA É GUERRA

LUTAR teria que ser a bandeira de Tavares Bastos. Lutar com denodo. Sem traições. Sem capoeirismo político. A luta seria a musa deste alagoano indômito. Era uma guerra de espírito. De cultura. De erudição para mostrar erros. Mas guerra é guerra. E os incomodados, os prejudicados, os ambiciosos, sobretudo, os que montavam seus negócios nos alicerces da escravidão, não perdoariam jamais aquele jovem que não tinha atingido a casa dos trinta anos de idade. Um menino atrevido...

E pior de tudo que é Tavares Bastos não era um político com clientela eleitoral. Não possuía, como seus colegas coestaduanos, currais eleitorais montados nas cancelas dos latifúndios, das intendências municipais, nas coletorias e até nas sacristias das paróquias.

Junte-se tudo isto a um corpo sempre espreitado pela doença. Só tinha ao seu favor a mente perfeita. Aquelas ginásticas mentais que o leitor sente lendo as CARTAS DO SOLITÁRIO, A PROVÍNCIA e O VALE DO AMAZONAS.

De fato, qual o leitor que não se emociona ao percorrer as páginas desses livros ou os anais da Câmara dos Deputados, daquele período em que o grande brasileiro das Alagoas pontificou com sabedoria?

Tavares Bastos diria que o País possuía grandes

leis. Elas porém estavam sendo burladas, desobedecidas, desrespeitadas. Em algumas províncias, tudo era resolvido ao sabor dos dirigentes políticos. Muitos, muitos, milhares, continuaram não tomando conhecimento da “Lei do Ventre Livre”. E este estado de coisas perduraria mesmo depois de 1875, quando Tavares Bastos tinha iniciado sua guerra por um mundo melhor.

Inspirado no trabalho do emérito alagoano e tantos lutadores pela Abolição, Leopoldo Bulhões, numa homenagem aos que partiram para um outro mundo, exclamava:

“A bandeira do Partido Liberal deve ser hoje a bandeira da abolição”.

Cinco dias depois do célebre projeto que data de 12 de maio de 1885, o próprio Leopoldo Bulhões, mais Joaquim Nabuco e José Mariano apresentam novo projeto que traz no seu bojo a seguinte fórmula:

“Ficam livres desde já os escravos pertencentes:

- 1º — Aos clérigos ou ministros de qualquer religião;
- 2º — Aos professores públicos, lentes de cursos superiores, diretores de colégios e estabelecimentos de educação;
- 3º — Aos estrangeiros;
- 4º — Aos Magistrados.”

Era uma fórmula de aos poucos se evitar um conflito no campo e nas indústrias.

O trabalho de Tavares Bastos estava feito. Era aquela guerra pacífica de generais como Mariano e Nabuco.

Como salienta o grande cientista social Abelardo Duarte, um dos estudiosos sérios do negro escravo no Brasil, em 1866 Aureliano Cândido Tavares Bastos apresenta no Parlamento importante projeto de lei, aditivo ao orçamento. Trava-se de matéria que disciplinava o instituto da alforria. Por esse projeto, o Império libertaria todos os escravos e escravas do Brasil. Não se tratava de uma resolução a expedir que afetasse violentamente e de surpresa a economia nacional. Todavia, tratava-se de um projeto que, se transformado em lei, poria fim à escravidão sem provocar um enfraquecimento no sistema agrícola e industrial então vigente. Era uma libertação por etapas, de forma que o País em pouco tempo estaria livre desta nódua que tanto o envergonhava.

Com essa providencia, não ocorreriam casos como o que é citado no livro CARTAS DO SOLITÁRIO (págs. 123 e 124), de cativo ilegal, do homem preto vítima do contrabando, homem que era livre, todavia, estava, preso aos grilhões dos que desrespeitavam a lei, e isto acontecia até com instituições do próprio Governo ou do clero:

“Meu amigo. – Há poucos dias os jornais denunciaram que se tem negado a carta de emancipação a um africano livre empregado em trabalhos públicos e em serviço particular desde 1831. Há trinta anos, pois, um homem cuja liberdade, por leis em tratados, solenemente prometemos garantir, serve sem haver obtido a remuneração a que tem direito. Ele há enviado todos os

esforços, todos os empenhos, todas as súplicas para que lhe permitam gozar no fim dos seus dias, aquele bem precioso que se lhe fazia esperar. Tudo é inútil; o cativoiro continua. Este não é um caso isolado: poderia apontarvos uma série; poderia percorrer os estabelecimentos públicos desde a Casa de Misericórdia até a Correção e descobrir fatos ainda piores. Que a sorte dos africanos ilicitamente importados, e como tais reputados livres, é péssima, é sem garantias reais, ninguém contesta. E, entretanto, os poderes públicos estabeleceram regras que de alguma forma podiam amortecer os golpes de sua desventura. Já que não existe oração neste país; já que o instituto da benevolência está embotado; já que se despreza assim o direito do miserável, vós consentireis, meu amigo, que eu advogue a sua causa perante o governo de Sua Majestade, com a letra das leis, o espírito e as cláusulas de tratado solenes. Ativando a lembrança das providências escritas e das garantias prometidas, talvez eu possa conseguir que as garantias se cumpram e que a lei se execute. Qual o direito regulador da sorte do africano importado, pelo tráfico ilícito, no império do Brasil? Para compreender-se bem o assunto, é mister que estudemos em seu desenvolvimento histórico.”

Esta foi a guerra que Tavares Bastos travou. Uma guerra séria. Que não fez órfãos ou viúvas. Que não bombardeou cidades abertas. Que não rasgou tratados internacionais. Uma guerra conduzida por um soldado pacifista. Um soldado cristão.

VI PARTE

A AMIZADE PARA COM OS AMIGOS E O DEVER PARA COM A PATRIA

- 20 — Saraiva, Sinimbu e o Brasil
- 21 — 114 anos depois
- 22 — As idéias do estadista
- 23 — A Reforma administrativa



SARAIVA, SINIMBU E O BRASIL

QUEM estuda a obra de Tavares Bastos sente que esse mestre aproximou-se bastante da chamada “Escola Realista Americana”, escola que encontraria adeptos no Brasil. Daí porque o bravo alagoano via o Direito não só como um sistema de normas ou regras jurídicas, porém um conjunto de decisões judiciais preocupado com aspectos da vida jurídica no que tange aos tribunais togados ou aos órgãos administrativos. Denominou-se essa sistemática de “Escola Realista Americana”, denominação dada por um grupo de filósofos, sociólogos e juristas.

Nortearam-se esses mestres pela doutrina de Oliver Wendell Holmes. Por isso, os realistas partem de um princípio de que, sendo o Direito um meio de atingir determinados fins sociais, deveria acompanhar as transformações da sociedade.

Observa-se que o realismo do autor de A PROVÍNCIA segue aqueles caminhos apontados por Oliver Wendell Holmes. Em consequência, ele não tinha a preocupação demagógica, tão comum aos políticos, de forçar determinações drásticas, mesmo sendo, como o foi, um grande reformista.

Sentiu o excelso alagoano que as reformas teriam que ter uma revolução lenta; revolução no bom sentido

sociológico, porque a pressa poderia provocar alterações que redundariam em desobediências, e, quem sabe, chegar até a guerra civil.

É que o reformador — e no caso de Tavares Bastos, ele era um parlamentar — teria de verificar, como um realista, o comportamento dos magistrados, dos agentes do executivo, das Forças Armadas, do povo enfim. E só podia fazê-lo provocando lentamente as mudanças sociais. Foi esse realismo do parlamentar por Alagoas que foi acostumando aos poucos os reacionários a obedecer às regras jurídicas e à lei. Assim, quando a Libertação dos Escravos e outras reformas chegaram, o campo estava preparado para que todos aceitassem o “novo dia” sem forçar que o “ontem” voltasse com as suas regras atrasadas.

Ademais, Aureliano cândido era amigo de Saraiva e Sinimbu. Em torno em torno dessa amizade que se unia à gratidão, ninguém melhor estudou o assunto do que Carlos Pontes:

“Saraiva tinha pelo jovem deputado das Alagoas um carinho especial, no que era correspondido por uma afeição vigilante. O estadista baiano foi o chefe que inspirara mais confiança a Tavares Bastos, nos começos da carreira. Com ele se aconselhava; a ele sempre lhe escrevia, pedindo sugestões e informando dos passos a seguir. José Antônio Saraiva possuiu desde cedo o dom magnético de autoridade. Essa a sua força, reconhecida e proclamada, pelos próprios críticos, que lhe negam talento e cultura. Sem a sofreguidão dos postos de governo, tendo mesmo um certo fastio das oposições, e, além

do mais, distante daquele espírito de clan que Oliveira Viana lobrigou tão acentuadamente em Zacarias. Saraiva impunha-se, sobretudo, aos moços, a quem dava, pelo tom de discreta e estimulante cordialidade, a impressão agradável de simples companheiro, apenas mais velho e experiente. Em política pertencia a categoria dos práticos como os há em várias ciências, com a compreensão instintiva das coisas. Preferindo os expedientes às idéias, jamais o inflamaram as grandes paixões, mas nos altos cargos a que chegava, embora sem entusiasmo, mantinha-se sempre com rara dignidade”. (in TAVARES BASTOS, págs.179 a 180).

Se isso ocorria em fase ao senador baiano, o mesmo acontecia quanto a Cansação do Sinimbu, conforme se sente da carta que Aureliano Cândido escreve a Cassiano Tavares Bastos:

“A constância com que Sinimbu me apoia, não é só honrosa para mim, o é ainda para ele próprio, porque tem feito desinteressada e nobremente, sem nunca exigir de mim um sacrificio qualquer de devoção pessoal a ele ou aos seus, sem nunca tentar arrastar-me, nem influir em meu proceder, sem mesmo aflingir-se com as evoluções que eu fazia com a maior liberdade de espírito e de ação”.

Entendemos que nem Saraiva e nem Sinimbu eram os políticos ideais para Tavares Bastos. Ambos faziam concessões. Guiavam seus liderados de acordo com a situação da época e dos casos que surgiam. O realista alagoano colocava o ideal acima dos interesses partidários, dos seus interesses, porque o Brasil, sim,

era que deveria ser colocado no seu devido pedestal, como nação que despontava e que necessitava dos trabalhos dos patriotas, dos idealistas.

Vivesse hoje o reformador Tavares Bastos, muito fácil seria para ele servir a Nação na área do Poder Executivo, como um honrado e culto tecnocrata. Então apresentaria soluções rápidas para o desenvolvimento, sem ferir os princípios democráticos, sem ultrapassar as atribuições do Poder Legislativo.

O que o grande alagoano não conseguiu ser, jamais, foi um politiqueiro, a fazer arranjos partidários em seu proveito ou de grupos econômicos.

Foi, portanto, o realista patriota que não devia agradar aos políticos. E o que se sente da ação, de seu trabalho, ora concordando, ora discordando de seus pares, era que a Pátria estava acima de tudo. E a Pátria é o povo, povo que, no dizer do sociólogo, é a sociedade de grupos de homens e mulheres; gente, gente à espera de que o Estado, com seu poder de polícia, com sua organização, venha em seu amparo.

Tavares Bastos, como político, deve ter sido um torturado, um angustiado. Sente-se mesmo, como registra Carlos Pontes, (ob. cit. pág. 181) que Saraiva lhe fazia restrições. Todavia, admirava o jovem. Por isso tolerava o seu idealismo. O seu patriotismo. A sua ânsia de ver o seu País crescer como nação respeitada e civilizada.

114 ANOS DEPOIS

AQUELE dever para com a Pátria, aquele amor pelo povo, aquele respeito pela justiça, pela liberdade, continuam vivos na obra do deputado alagoano Aureliano Cândido Tavares Bastos.

Em 1862, dezessete antes da queda do Império; tão próximo da derrubada do sistema escravocrata que envergonhava o País; depois da Revolução de 1930, que trouxe no seu bojo o voto secreto, a legislação trabalhista e o da emancipação da mulher; A Revolução Constitucionalista de 1932 deflagrada em São Paulo, depois do Estado Novo, do suicídio de um Presidente da República em 1945; depois de uma II Guerra Mundial; depois da Revolução de 1964; a voz de Tavares Bastos continua viva, porque, infelizmente, muitas coisas não mudaram.

Assim, devemos ler os trechos que abaixo transcrevemos, de sua autoria.

É uma advertência. Uma súplica de um pensador. É uma lição de ética de um jovem, experiente homem público, para os chefes dos executivos que viriam depois. É o homem de pensamentos envolto no receio de que o vento da adversidade sopra agourentamente para prejudicar a paz. É o estadista advertindo contra o sistema bancário, isto é, o monopólio do crédito

absurdo ao comércio.

O que Tavares Bastos escreveu como sociólogo, como economista, como doutrinador, e, sobretudo, como futurólogo calcado nas curvas estatísticas e nas lições de economia política, deve ser meditado, estudado. Mais ainda. Deve ser adaptado à hora presente.

São passados 114 anos da palavra que vão abaixo transcritas. Mas elas não significam águas que moveram as rodas dos moinhos para morrer no mar. Não. São águas que parecem brotar nesta hora presente de uma fonte da Pátria Brasileira, uma fonte racional; fonte da lógica e da verdade que é eterna como o nascer e o morrer do sol.

“— Pede-se que o Governo seja só Governo, que distribua a justiça, mantenha a ordem, puna o crime, arrecade o imposto, represente o país; mas que não transponha a meta natural, mas que não se substitua à sociedade.

— É impossível, respondem. O Governo deve presidir o povo, dirigir o povo, educar o povo, ensinar tudo ao povo, seu pupilo; isto é, percorrer a escala de todas as expressões sociais. E, com efeito, o Governo paternal coloniza o país, lavra a terra, exerce o comércio, ampara a moral, sustenta a religião, regula tudo, submete tudo.

XXX

— Assim, dizei ao povo que a lei só deve reprimir e não prevenir, ou que a

liberdade ampla de comércio é a mais poderosa alavanca do mundo social.

— Ao contrário, respondem. A prudência exige que certas profissões dependam da autoridade e o patriotismo consiste em proteger o trabalho nacional contra a concorrência estrangeira.

XXX

— Daí, deste acordo invisível, mas inegável, entre o Governo e o povo, outra série de fenômenos. Os nervos do corpo social afrouxam; a autonomia é a moléstia endêmica do país; o indivíduo torna-se impotente; a fraqueza de baixo anima a opressão do alto; as correntes sociais descem de uma fonte única, da cabeça, do Poder; o Governo não é o centro, é a circunferência; não representa, administra o país. O funcionalismo, a exageração dos impostos, a improficuidade das despesas, a imoralidade política, o desânimo, os estremecimentos vagos, as aspirações impacientes, as reformas sucessivas, eis a descendência legítima dos abusos hereditários.

XXX

— Confiai agora nos destinos de uma sociedade constituída sobre tais bases.

— Um dia, num terrível e obscuro,

o vento da adversidade soprará. O prejuízo, dizem, fez a ventura da paz. Invoquemos, pois, os seus preceitos para conjurar as inquietações do presente. E, portanto, em vez da liberdade solicitada, aí está a lei bancária, isto é, o monopólio do crédito, absurdo comercial. A tutela organizada de todas as indústrias, absurdo social. Leis de repressão para movimentos de liberdade, isto é, um duplo crime contra o código fundamental e contra o futuro deste país”.

Os que conviveram com o estadista alagoano tinham a certeza de que sua obra seria estudada, meditada, dissecada, como está ocorrendo neste centenário de sua morte nos diversos Estados do sul do País, quando mestres e alunos das universidades se debruçam diante de AS CARTAS DO SOLITÁRIO, do VALE DO AMAZONAS e de A PROVÍNCIA, e procuram cotejar o Brasil de ontem e de hoje, frente à obra do mestre.

Razão teve Ferreira de Menezes quando, ao chegar da França o corpo inerte do pensador de trinta e seis anos de idade que havia fechado os olhos para sempre longe da Pátria, ter escrito com aquela emoção que todo o Rio de Janeiro conhecia, através de sua coluna no “Jornal do Comércio”.

“Aí está a chegar o cadáver de Tavares Bastos, o porta-estandarte das idéias democráticas de seu tempo! Vem esfriada a cabeça que nunca descansou de pensar e de calcular o futuro do seu país! Vem parado aquele

coração que a cada bater marcava um pensamento de amor por sua terra!

“Vamos contemplá-lo morto, fechados para sempre os olhos, inerte e indiferente aos raios deste sol americano que lhe acendera idéias e calcionou-o, pulverizando-lhe a existência. Quem há de agora reconhecer naquele cadáver o batalhador que subia, com o denodo dos tempos revolucionários, as escadas da tribuna e de lá afrontava os adversários e corria com a mão febril as cortinas do presente e indicava ao longe, num cenário cheio de luz, os destinos e o futuro desta pátria!

Quem há de reconhecer-te, ó Murat das batalhas campais do parlamento, as tuas cargas de cavalaria contra o quadrado dos adversários!

Que écos podem restituir-nos a tua palavra de comando, fina, vibrante, que tantas vezes acordou do seu ócio os cérebros brasileiros e que emudeceu aí e para sempre, sem dar-nos o último verbo?

Por que foi que a morte, implacável e perversa, escolheu um orador como tu e um pensador de tua grandeza, quando tão poucos possuímos?

Por que te selou o lábio inspirado e tímido de verdades?

Porque logo te escolheu ó ceifador, ó cedro soberbo, altaneiro e incomensurável?

Os pensadores desaparecem, mas não morrem; a tribuna fica muita vez vazia, mas os grandes oradores que a ocuparam deixam-na assombrada com os seus vultos. O eco leva e devora o som, mas a palavra, embora morta, permanece e perpetua-se, e ainda agita quanta inteligência a for encontrar sepultada na folhas dos livros, ou nas catacumbas dos anais parlamentares.

Tal acontecerá com Aureliano Cândido Tavares Bastos. Não há nos fatos políticos desta nacionalidade mais brilhante biografia. Em ter produzido rápido e muito, como que adivinhava que curta marcara-lhe Deus a vida.

Desde que penetrou no parlamento foi um dominador, e era então quase uma criança e para bem dizer ainda imberbe; na frente só esperanças, o que quase um descrédito para quem pisa o pórtico dessas casas da ambição e do cálculo.

A sua pequena estatura, que constituía para bem dizer um defeito para a tribuna, serviu-lhe desde logo para provocar as atenções.

Esta atenção veio primeiro molhada num sorriso, mas logo, se fixou silenciosa. Estava ganha a sua primeira batalha, a que muitos jamais logram: a de ser ouvido.

Trazia da Academia de São Paulo estudos fortes e como espada invencível uma dialética cerrada e de

um gume implacável. Tudo conspirava para fazer dele um homem à parte dentre os seus colegas: da mocidade não conhecera as lutas, as incoerências e as fantasias e pois tudo o havia dentro em si de possante concentrou-se nos estudos. Todos, quase todos principiam gaguejando nas assembléias: ele falou claro e corrente, desde a primeira vez.

Querendo logo ser original, atirou-se de preferência aos estudos secos, como os chamam, à economia política, às cifras, às coisas práticas, o que foi romper com os instintos e com as predileções da natureza brasileira.

Era moço, porém, demais, e as vistas eram tão elevadas que o deram logo como um poeta de coisas praticas, como um sonhador positivo, escondendo em fantasiosos programas a ambição de uma pasta de secretário de Estado!

Mais de uma vez, quando o não podiam vencer, e eram os mais fortes, atiravam-lhe o dardo de que era o despeito de ainda não ter sido ministro o que lhe abria os lábios em invectivas com o que ele chamava a polícia pequenina! E no entanto é essa hoje a sua grande glória, a de não ter sido ministro, quando nenhum o tem sido com mais direito, do que ele para essa elevação.

Não importa! Há ministro sem pasta e que nunca descem do poder, pois que sempre estão senão a dirigir a

opinião, a influir ao menos nas ideias do seu tempo. Tal foi Tavares Bastos: ao futuro está reservado formar o seu gabinete ministerial, e se a vida na Câmara foi quase sempre a de um chefe sem soldados, nem por isso deixavam de estes estar à sombra, à espera do clarim que os há de chamar ao combate, o que é o mesmo que dizer à vitória, pois que serão invencíveis.

Não é simples retórica esta minha frase, mal cabida que seria ante um cadáver e tão augusto como este; é sim um pobre medo de dizer que só o futuro saberá corresponder à grandeza de Tavares Bastos, que com certeza se adiantou sobre o seu tempo e viu o mais longe e seguro do que todos os seus contemporâneos.

Dialético e lógico sempre eloqüente sem esforço, porque era simples; sem digressões porque queria concluir; natural nos exórdios e da mais acabada arte nas perorações; aliando um discorrer fácil à metrópole veemente, irresponsável quando perguntava a crivava de mil setas e interrogações os bancos dos ministros; elevando sempre a discussão, e dando-lhe solenidade, intransigente nos princípios e permitindo-se só uma poesia, a do patriotismo, tal é o orador que vivendo num tempo de eloqüentes e discutidores, como Nabuco, Zacarias, Otaviano, Torres Homem, Paranhos e José Bonifácio ombreou com todos e

mais de uma vez e a todos venceu. Como escritor, foi maior ainda, e são os seus escritos mais que os seus discursos que hão de apresentá-lo às gerações futuras.

Nenhum dos contemporâneos lavrou mais fundo a terra, nem mais sementeira lançou sobre ela do que esse homem que se fez respeitar como um estadista numa idade em que os mais felizes e os mais aquinhoados logram, quando muito, o título de esperanças.

Quando as gerações por virem folhearem os livros de Tavares Bastos hão de entre louros esculpir no panteon das nossas grandezas este dístico, abaixo do seu monumento: eis um dos fundadores da nossa nacionalidade americana”.



AS IDEIAS DO ESTADISTA

Será que as ideias de Tavares Bastos morreram? Entendemos que não. O seu pensamento está vivo. Bem vivo. Se hoje não temos a escravidão, temos um miserável preconceito que mais tarde forçaria a existência da Lei AFONSO ARINOS (Lei n. 1390, de 3 de julho de 1951) que inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceito de raça e cor, diploma promulgado na segunda “era getuliana”.

Com a promulgação dessa lei, trabalho de um jurista, sociólogo e historiador como Afonso Arinos, ficou demonstrado que apesar da luta de Tavares Bastos, de Mariano, de Nabuco, de Castro Alves, de Patrocínio, o negro ainda sofre em terras livres da América. E o que tem ocorrido recentemente nos Estados Unidos da América do Norte, linchamentos de negros, é uma dolorosa interrogação do que ainda ocorrerá em face de conflitos raciais.

Recentemente, o professor Thales de Azevedo, mestre baiano de fama internacional no campo de antropologia social, escreveu um livro — DEMOCRACIA RACIAL — onde estuda o problema do negro em terras brasileiras e que nos faz recordar certas passagens da obra do pensador alagoano, daquele futuro que o estadista desenhava, ao afirmar —

“Como se poderá chegar à abolição sem revolução”? — A abolição veio por meio de artifícios, provocada por lutadores como Tavares Bastos. Mas perdura ainda hoje, como diz Thales de Azevedo — indicando tantos exemplos em seu livro — “...as concessões apontadas, mostrando onde a mestiçagem ocorre no casamento ou deste e em que estratos sociais é mais intensa e livre em virtude das condições estruturais e dos valores desenvolvidos nesses contextos”.

A descentralização foi o grande, o imenso tema do insigne alagoano! Em CARTAS DO SOLITÁRIO, ele se refere às reformas empreendidas por Napoleão III. E transcreve carta que Napoleão envia ao presidente do Conselho do Estado, Mr. Rahuer, na qual o grande administrador condena a centralização.

Só mais tarde, muito mais tarde, no Brasil, um estadista como o presidente Castelo Branco, que, ao nosso entender, deveria conhecer a obra de Tavares Bastos, iria empregar a sistemática que é tema da pregação do grande alagoano.

Como Napoleão, Tavares Bastos lutou contra o excesso de regulamentação, de leis e decretos; da procrastinação dos processos em tramitação nos órgãos públicos. Entendia que as instruções ministeriais poderiam evitar decretos executivos, pois eram calcadas em princípios constitucionais ou leis.

Ainda na Faculdade de Direito de São Paulo, o tributarista reformador surgia entendendo que a unificação tributária deveria ser posta em execução, para evitar os excessos de leis as mais diversas, onde os governadores provincianos e intendentess legislavam ao sabor de seus interesses políticos. Isso Aureliano Cândido sentia, sobretudo no Amazonas, onde uma população estava sujeita a impostos e taxas mais diversas, bem como o comércio, a navegação, o sistema predial e as indústrias, por parte do Estado, do Município e da União.

Tavares Bastos ficou horrorizado quando viu a deficiência das estações fiscais arrecadadores, sem planos, sem conforto, com servidores mal alfabetizados. No livro O VALE DO AMAZONAS, ele escreveria:

“O decreto de 31 de dezembro de 1863, criou duas mesas de rendas no Amazonas, cujas sedes são Manaus e Tabatinga”.

A de Manaus ocupa uma casa próxima do porto, edifício antigo, alugado a um particular, onde funciona também a tesouraria da fazenda, acanhado, impróprio, e com o infalível caráter de provisório que soe distinguir a quase totalidade dos nossos edifícios públicos. Em poucos anos, o aluguel que ali se paga pelas casas que servem de palácio, pelas da tesouraria, da mesa de rendas e de outras repartições, representará o capital suficiente para se construírem à custa do Estado edifícios decentes e apropriados.

Falta à mesa de rendas, além de espaço, o material indispensável e a barca que possa servir de armazém flutuante, segundo prescreve o dito decreto.

Sobra-lhe o pessoal, o que não é raro acontecer no Brasil. Tem ela um administrador, um escrivão, um escriturário, um porteiro, três guardas e oito marinheiros. Acha-se o trabalho da escrituração regular e em dia; entretanto, não estava em exercício o

respectivo escrivão. O expediente é pequeno, e o serviço dispensa, com efeito, o lugar de escrituário; o de porteiro pode ser exercido por um dos guardas.

O pessoal da mesa é tão sobejo, que ao ex-administrador parecia ele bastante para desempenhar o serviço de alfândega, se fosse a mesma repartição elevada a esta categoria, podendo neste caso um dos guardas, como cabo comandante, exerce as funções de guarda mór. Com o pessoal da mesa de rendas, sem acréscimo de despesa, ter-se-á, pois, a alfândega de Manaus, se não cometerem o erro de exagerarem o quadro da futura estação.

Devo confessar aqui a minha opinião sobre a conveniência de estações semelhante às mesas de rendas criadas pelo decreto de 31 de dezembro, antes de franqueada a navegação do Amazonas.

Elas me parecem prejudiciais ao tesouro, onerosas para o comércio e inúteis para a fiscalização.

Antes de demonstrá-lo, careço advertir que, a meu ver, não era preciso criar nenhuma estação fiscal no Amazonas antes de aberta a navegação a todas as bandeiras; e que, se isto não se houvesse de fazer, era melhor extinguir as ditas estações, repondo as cousas no antigo estado. Realizada a livre navegação, sim, é que será preciso criar em Manaus uma

alfândega, estações fiscais da natureza das mesas rendas em outros pontos”.

Parece até que esses estudos seriam elementos para a grande reforma tributária que o Brasil instituiria depois do movimento revolucionário de 1964. É que Tavares Bastos fez estudos para a posteridade, percorrendo não só todo o Amazonas, através do grande rio, como seus afluentes, bem como outras regiões, sobretudo as fronteiriças. Ele viu as riquezas do Pará mal aproveitadas as diversidades entre as províncias não só do Pará, como do alto do Amazonas; e não foi só o tributarista quem falou nas páginas do VALE DO AMAZONAS. Foi o jurista, o sociólogo, o antropologista, estudando a questão do início, com o amor de um Rondon e a sabedoria de um Alberto Torres.

Tavares Bastos foi um defensor da autonomia do Direito Financeiro com aquela compreensão de que o legislador teria que codificar mais tarde o Direito Penal Fiscal e o Direito Processual Penal Fiscal, porque o pessoal do fisco teria que ser uma elite como a magistratura, interpretando e decidindo, tendo em vista os supremos interesses do País.

E daqueles dias de estudo, chegamos ao Código Tributário Nacional, cuja interpretação benigna é um hino de harmonia entre o fisco e o contribuinte, em função da paz, do progresso deste País.



A REFORMA ADMINISTRATIVA

Desde os tempos de Tavares Bastos até os nossos dias, quantas vezes não se tentaram fazer reformas administrativas? Getúlio chegou a implantar serviço público sério até 1945. Depois, com o advento da Constituição de 1946, foi aquela ballbúrdia no referido serviço.

Na verdade, a centralização, além de enfeixar responsabilidades nas mãos de um ou de uns, não servia ao desenvolvimento. Só servia, aos interesses locais.

Em CARTAS DO SOLITÁRIO, este assunto é estudado carinhosamente. Seu autor mostra o processo administrativo em face da centralização, a qual estava contaminada de vícios, a partir do centro, com resultados desesperadores nas províncias. Parecia até que o Brasil era só Rio de Janeiro. Os casos mais absurdos de proteccionismo o alagoano mostrou, como o de professores de latim e grego subvencionados pelo Estado em comunas sem escolas, e que jamais proferiram uma aula. Havia até mestre de retórica e poética “cuja utilidade prática ainda não pude descobrir, e cujo resultado palpável é a perda para os moços dos quadro ou cinco anos mais preciosos da idade” (pág. 65).

Na obra referida é examinado todo o processo

administrativo brasileiro. E Tavares Bastos brada:

“Quando um governo ignorante de seus próprios vícios, arrasta o país ao abismo dos desenganos, donde rompe inesperada a lava das revoluções, é preciso que os homens de bem, ainda que sem influência alguma nos conselhos do Estado, tomem a seu cargo estudar os males do presente indicar os meios, abrir os caminhos e preparar no espírito do Povo o leito para as futuras reformas.

É a missão que nos propomos, e que desejaríamos poder desempenhar com todo o esmero.

Dentre os vícios que afligem o povo e embaraçam o progresso, são os administrativos aqueles que avultam e se tornam carecedores de um estudo aprofundado. Eles constituem, porém, uma tão longa série de fatos, que não poderíamos jamais contê-los todos no quadro estreito de um artigo. Separá-los-emos, pois, em categorias, e nestas seguiremos com ordem os períodos distintos.

Qual é a grande lei do trabalho? É o progresso, isto é, o aperfeiçoamento. Ora, o aperfeiçoamento do trabalho, seja público, seja privado, se mede pela sua economia de serviço pessoal que corresponde à economia de dinheiro.

Pois bem: nossa administração parece mover-se por uma lei inversa. Nela, o tempo não é dinheiro; o tempo é remédio. Para ela, o serviço pessoal

não é uma condição penosa, é um instrumento indispensável que se procura estender cada vez mais.

Outra lei do trabalho é a da iniciativa e conseqüente responsabilidade própria e direta de cada trabalhador. Se cada operário não tivesse presente ao espírito o lisonjeiro espetáculo do bem e o triste aspecto do mal, resultados do seu esforço livre, o operário seria um instrumento cego e inerte, inferior à própria máquina a que imprime movimento.

Pois bem: lei diversa em muitos casos dirige o serviço do Estado. Poucos funcionários gozam uma iniciativa própria; e sobre a maior parte não pesa a responsabilidade inerente". (CARTAS DO SOLITÁRIO, págs. 31 e 32).

Muitas daquelas idéias estão atualmente em vigor.

Sabiamente, o saudoso estadista Presidente Castelo Branco, pelo Decreto-Lei n°200, de 27 de fevereiro de 1967, estabeleceu normas para a Reforma Administrativa Brasileira. Lendo esse diploma, o estudioso da Administração Pública e da Administração Privada sente a sombra benéfica das lições de Tavares Bastos, sobretudo quanto ficou estabelecido como princípios fundamentais do citado Decreto-Lei, o planejamento, a coordenação, a descentralização, a delegação de competência e o controle.

Se bem que o Brasil seja uma República Federativa, os Estados-Membros e os Municípios não

devem nem podem fugir desse figurino, pois assim o exige o processo de coordenação claramente definido nos artigos 8° e 9°, e seus parágrafos:

“Art. 8° — As atividades da Administração Federal e, especialmente, a execução dos planos e programas de governo, serão objeto de permanente coordenação.

§ 1° — A coordenação será exercida em todos os níveis da administração, mediante a atuação das chefias individuais, a realização sistemática de reuniões com a participação das chefias subordinadas e a instituição e funcionamento de comissões de coordenação em cada nível administrativo.

§ 2° — No nível superior da Administração Federal, a coordenação será assegurada através de reuniões do Ministério, reuniões de Ministros de Estado responsáveis por áreas afins, atribuição de incumbência coordenadora a um dos Ministros de Estado (art.36), funcionamento das Secretarias Gerais (art. 23, § 1°) e coordenação central dos sistemas de atividades auxiliares (art. 31).

§ 3° — Quando submetidos ao Presidente da República, os assuntos deverão ter sido previamente coordenados com todos os setores nele interessados, inclusive no que

respeita aos aspectos administrativos pertinentes, através de consultas e entendimentos, de modo a sempre compreenderem soluções integradas e que se harmonizem com a política geral e setorial do Governo. Idêntico procedimento será adotado nos demais níveis da Administração Federal, antes da submissão dos assuntos à decisão da autoridade competente.

Art.9° — Os órgãos que operam na mesma área geográfica serão submetidos à coordenação, com o objetivo de assegurar a programação e execução integrada dos serviços federais.

Parágrafo único — Quando ficar demonstrada a inviabilidade de celebração de convênio (alínea b do § 1° do art. 10) com os órgãos estaduais e municipais que exerçam atividades idênticas, os órgãos federais buscarão com eles coordenar-se, para evitar dispersão de esforços e de investimentos na mesma área geográfica”.

Repetimos: a filosofia de Tavares Bastos, no que tange à descentralização, está viva, porque o mestre das Alagoas doutrinava:

“Estudemos sucessivamente o jogo do serviço público no centro, na província, e nas relações da província com o centro. Em toda parte

assinalavam-se os mesmos efeitos; em toda parte dá-se a conhecer a mesma causa. (ob. cit. pág. 32).

Todos os setores para uma reforma geral pelo autor de CARTAS DO SOLITÁRIO foram examinados, estudados, dissecados: a tributária, educação, saúde, os casos de ocorrências públicas entre o Estado e particulares, a honradez e a desonestidade dos servidores públicos, e, sobretudo, contra a maldita burocracia, com excessos de informações, pareceres, sem esquecer o protecionismo político.

Tavares Bastos foi mesmo um gênio. Um espírito inspirador da mais alta potência intelectual que pode atingir o espírito humano cujos caracteres são a imaginação, o talento que o coloca como um futurologista.

Lendo-se hoje o “Manual de Administração Pública”, de HERBERT ENMERICH, escrito como contribuição às reformas que seriam realizadas especialmente pelos países em desenvolvimento, sente-se a presença do futurologista Aureliano Cândido Tavares Bastos ao se estudar o programa de assistência técnica das Nações Unidas, no setor de administração. Aquela pregação “Tavariana” repete-se hoje em forma moderna, aplicando-se cientificamente à Administração Pública dentro do princípio de igualdade perante a lei, pois essa é a missão do Estado-Serviço, como doutrina Enmerich:

“Não mais usam os governos limitar a uma pequena classe privilegiada o gozo do provento da terra e do trabalho do homem. Por outro lado, espera-se que o Estado realize todos esses alvos através de uma estrutura geral baseada no

consentimento do povo e com o devido respeito à soberania da lei e aos direitos individuais. É difícil encontrar, hoje em dia, um governo, qualquer que seja sua estrutura de poder, que não se intitule uma democracia — um governo do povo” (MANUAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, págs. 13 e 14).

Para o administrativista alagoano a administração pública era, como pensam hoje os modernos mestres, um instrumento usado pela “Estado-Serviço” para elaborar planos e programas econômicos, sociais e de segurança, e não um aglomerado de repartições a serviço de políticos profissionais.

Aquele tom de ironia, mas também de vingança, que as CARTAS DO SOLITÁRIO registram, mostra um homem sofrido, mas que tinha fé nos destinos da Pátria.

— “O País sente a necessidade, mas que tinha fé nos destinos da Pátria.

E os que chegaram depois, sentiram o futurologista, o imenso homem público que foi Aureliano Cândido Tavares Bastos.



VII PARTE

O VALE DO AMAZONAS E A PROVÍNCIA

- 24 — O preço da verdade
- 25 — O desbravador da Amazônia
- 26 — A luta continuaria
- 27 — Tavares Bastos e a segurança nacional



O PREÇO DA VERDADE

A VERDADE, mesmo cientificamente justificada, não convence aos desajustados. Por mais que Tavares Bastos expusesse, com o auxílio da ciência econômica, da estatística, da matemática, do direito, foi um incompreendido por muitos.

Mas o tempo se encarrega de mostrar que ela nunca parece, como afirmou SÊNECA, porque mesmo rude, a verdade deve ser dita, exposta, principalmente quando se trata de expor a situação de um país – *veritas temporis filia*.

Aquelas verdades registradas em CARTAS DO SOLITÁRIO incomodaram.

Escreve Carlos Pontes:

“A sessão legislativa desse ano de 1861 encerrou-se a 15 de setembro, e no dia imediato era Tavares Bastos acintosamente exonerado de oficial da Secretaria da Marinha ... (TAVARES BASTOS, pág. 130).

Esta foi a vingança mesquinha nunca reparada.

Anos depois, o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado mandava levantar a vida de vários intelectuais que foram

servidores públicos. Nesses estudos, que aliás são grandes contribuições para as letras brasileiras, lê-se o seguinte, quando se refere a Tavares Bastos:

“Oficial maior da Secretaria do Estado dos Negócios da Marinha, 1859.

Deputado à Assembléia Geral, representando a Província de Alagoas eleito em 1861 e reeleito em 1863 e 1866.

Demitido, a 16 de dezembro de 1861, do cargo de Oficial da Secretaria da Marinha, sob alegação de incompetente para o serviço público” (O SERVIDOR PÚBLICO HOMEM DE LETRAS, pág. 48)

A vingança tinha produzido efeito, inspirando-se na crítica construtiva do pensador alagoano, cevando-se na incompetência, no carreirismo político e nos interesses contrariados. Mas, como dizia CÍCERO, “fica infamado o que faz a injúria e não o que recebe”. (*Is in culpa sit, qui faciat, non is qui patiatur injuriam*).

Aquela mão que assassinou um ato público demitindo um gênio de ínfimo cargo está infamada perante a história.

Quem é injustiçado assim, teria que responder à injustiça num ato de legítima defesa da honra. E essa defesa surge com as CARTAS DO SOLITÁRIO, escritas nas madrugadas do Rio de Janeiro. Cartas que o “Correio da Manhã” ia publicando e inquietando os covarde e burros. Cartas, como salienta Carlos Pontes que:

... “Só pode ser, dizia-se um homem amadurecido no convívio da pública e nas práticas de governo,

dato a seriedade e altura das questões levantadas; mas o tom ousado do estilo como que desorientava as melhores conjecturas” (ob. Cit., pág 131).

A repercussão é grande. Transformadas – as cartas – em livro, são comentadas em Londres pelo “Times” em 16 de julho de 1862. Em Hamburgo o jornal “Hamburguer-Nachrichten” abre comentários através de um editorial. Os comentários vão adiante. Aos corredores dos ministérios de relações exteriores de vários países. Estava consagrado o rapaz das Alagoas.

Mobiliza-se à custa do vil metal, do empreguismo, como ocorre hoje em tantos Estados do Brasil, uma malta de jornalistas pagos pelos cofres públicos. Os escribas governamentais atacam o deputado alagoano. Mas Tavares Bastos é um corajoso. Não se atemoriza. Da tribuna da Câmara, com sua voz de grande orador, ou da tribuna da imprensa, líquida os adversários, o que significa liquidar a inércia, a incompetência. Isto o faz com sua costureira calma, transcrevendo os impropérios contra ele assacados; e usando de uma fria ironia.

Só uma vez se vê na contingência de dizer ao Ministro da Marinha:

“Não se assuste S. Exa. a respeito da sua própria vida privada. Morreria de pejo se imaginasse imitá-lo. Trata-se de fatos da vida pública do oficial da Marinha. E eu reproduzo dois ou três desses fatos para animar S. Exa., como já disse, a fazer-me igual favor, permitindo-lhe, além disso, o direito, que entretanto, S Exa. já exerceu sem

licença, de descer também à minha vida particular. Lembro-lhe, por exemplo, que na adolescência do nobre ministro, na época do entusiasmo e das paixões nobres, em um tempo glorioso, voltou S. Exa. do Rio de Prata para a Corte, embrulhado em uma folha de papel, na qual estava escrita, a modo de rotulo, a palavra – cobarde. E a mão fatal que esculpiu semelhante legenda era a do próprio chefe das forças navais”.

Do exposto, poderá ser avaliada a polêmica travada entre um homem contra um grupo. Mas as CARTAS DO SOLITÁRIO está aí. São ainda subsídios para a história da Pátria. Uma demonstração de que uma andorinha só pode fazer verão, como fez o grande alagoano.

O DESBRAVADOR DA AMAZÔNIA

Até então a região amazônica só tinha sido explorada sentimentalmente, através da literatura, das lendas, das estórias. Os poetas e os romancistas encontraram no Amazonas um grande material. Os índios não eram personagens desgraçados, explorados, fuzilados nos seringais. Eram, sim, verdadeiros artistas de cinema.

Quem no terreno sócio-econômico fez mesmo um grande trabalho foi Aureliano Cândido Tavares Bastos. Trabalho de político consciente. Trabalho de idealista. De sociólogo antropólogo. A paisagem cultural do sentido científico foi sempre esquecida. Da marginalização do homem nem se falava. Não havia uma legislação de terras. O primeiro aventureiro se dizia como da região.

Só muitos anos depois surgiria um outro livro sério de autoria de um escritor alagoano – A CONQUISTA DO DESERTO OCIDENTAL, de Craveiro Costa.

No mais, foi muita literatura e alguns ensaios medrosos. Claro que não colocamos nesse rol o trabalho admirável do insigne Marechal Rondon, e, posteriormente, a luta corajosa de um Arthur César Ferreira Reis, que, ao lado do general Rodrigo Otávio, muito fez pela região esquecida.

Convém notar que inúmero escritores da área econômica ou sociológica desta década de setenta não têm sido justos com Tavares Bastos. Ou melhor, têm ignorado sua presença na paisagem Amazônica.

Embora esquecido, o pesquisador sente que o pensador alagoano está presente em todas as manifestações de brasilidade quando se trata de defesa do Amazonas, inclusive contra os “avanços” do capital estrangeiro, principalmente desse futurólogo HERMAN KAHN, e seu “Instituto Hudson”.

Certo estava o bravo general Rodrigo Otávio ao pronunciar estas palavras quando da instalação do 2º Grupamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro no Amazonas. Então o insigne militar afirmou, interpretando os sentimentos da nacionalidade:

“A Amazônia não é um inferno verde nem um paraíso perdido! Mas, sim, uma vasta área onde toda uma geração espera ansiosa e confiante o esplendor alvorecer de um amanhã fecundo, diferente e promissor. É tempo, na verdade, de o homem comandar a vida na Amazônia, deixando de escravizar-se ao rio, como secularmente vem acontecendo. É tempo de findar aquela extrema anomalia, tão decantada no passado, de que o homem, na selva, vivendo da exploração florestal pelo isolamento insuperado, trabalha para escravizar-se. É tempo de mudarmos essa imagem. O que queremos é uma Amazônia integrada, mas para sempre brasileira”.

A tese desse grande general é idêntica à do pensador Tavares Bastos. É uma tese de brasilidade de quem viu e sentiu a grandeza e desgraça da selva. A monstruosidade da floresta. A imensidão dos rios. A beleza das vitórias régias. O ribombar das pororocas. E no meio dessa aquarela, dessa sinfonia de brasilidade, o homem, o homem encolhido pelas injustiças sociais. O homem índio. O homem caboclo. O brasileiro da Amazônia carente de solidariedade, sempre espreitado e mascarado pelos aventureiros dos seringais.

Tudo isto Aureliano Cândido Tavares Bastos sentiu no século passado. E registra no seu O VALE DO AMAZONAS.

Dirigindo-se à imprensa brasileira, esse excelso homem público escreve em sua obra:

“Há quatro anos que estudo com empenho certas questões relativas ao vale do Amazonas. Datam do começo de 1862 meus primeiros artigos sobre os interesses econômicos dessa parte do Império. Cuido que o público há de acolher com benevolência ao menos em a tenção à perseverança do escritor, as reflexões que venho agora oferecer-lhe.

Para julgar conscienciosamente de um país é mister percorrê-lo e viver com o povo que habita.

Devia eu, portanto, visitar o Amazonas para esclarecer-me, para ratificar minhas idéias e pedir às impressões oculares a precisão que não transmite a leitura.

Resolvi partir, viajando como simples cidadão, sem caráter algum oficial, como *touriste*, como

entusiasta sincero da natureza americana, em cujos desertos e à sombra de cujas florestas o espírito agitado repousa das fadigas e liberta-se das tristezas, onde o espetáculo da criação apura os sentimentos varonis do homem, onde a alma enrugada pelos ventos frios da sociedade se expande e reverdece, onde a robustez, do pensamento, que se eleva contemplando, o modera, acalma e fortifica” (in O VALE DO AMAZONAS, págs. 28 a 29).

Dessa apresentação, surge em seguida a obra. A obra com “O” grande.

Todos os problemas do vale foram estudados, examinados, dissecados. Tavares Bastos fala a respeito da livre navegação. Indica como Governo deve proceder para a abertura do Amazonas. Aponta a situação do fisco estadual, municipal e federal, dando, nesta oportunidade, uma bela lição de Direito Tributário. E faz aí. Aquele turista anônimo aponta soluções urgentes, muitas das quais foram examinadas pelo Ministério da Fazenda do Império, principalmente no que tange às mesas de rendas e alfândegas.

Estuda também o processo comercial existente, e pede melhor amparo para as embarcações ribeirinhas de navegação a vela, a vapor, para os portos solicitando subvenções para aqueles que vivem se arrastando vítimas da concorrência dos poderosos, isto é, das companhias proprietárias de grandes paquetes.

Não fica aí o trabalho desse imenso brasileiro das Alagoas. Estuda a província do Pará. A do Alto-Amazonas. Com auxílio dos registros estatísticos de que pôde dispor, estudou as populações das duas

províncias, seus artigos de importação, detendo-se minuciosamente nos países ribeirinhos — Peru, Bolívia e Venezuela.

Tavares viu a beleza das cordilheiras com os olhos contagiados de poesia. Mas viu também o processo econômico, um povo miseravelmente maltratado, explorado.

Nada lhe ficou examinar. Andou pelos afluentes do Amazonas, estudando com profundidade o Tapajós, o Mármore, Guaporé, o madeira, o Purus, o Madre de Dios, o Yurua, o Huallanga e o Ucayali, dedicando a cada um desses rios um sério capítulo.

Quem assim procedeu, estava profetizando a Comissão Nacional de defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (C.N.D.D.A.) quem assim agiu tão brasileiromente estava cavando os alicerces de um Brasil da década de setenta; estava por intuição pensando na Transamazônica, na rodovia Belém-Brasília; por isso, já com a voz rouca de gritar contra esperteza, contra tantos avanços, contra tanto desrespeito à nossa soberania, o Titã das Alagoas escreveria estas palavras que mostram o cansaço, mas nunca, jamais o pensador vencido:

“O espírito público, que já condenou outros erros, decidiu soberanamente da questão do Amazonas. Os interesses econômicos de uma vasta região do Império a fisionomia da nossa política exterior encontrarão no livre comércio do grande rio, os primeiros um auxiliar poderoso, e a segunda um característico saliente que deve acentuá-lo. Tais são em resumo os motivos que atuam sobre a consciência pública. Mas se todos

aceitam e muitos proclamam o princípio, não faltam astuciosos rotineiros, que na discussão dos meios práticos esmaguem a ideia capital sob o peso de reticências ardilosas, ou entre as paredes de uma regulamentação casuística. Porquanto, tanto vale conservar o Amazonas fechado, como tornar esta medida dependente de mil providências cautelosas, convenções, fortes, artilharias, frotas, desse arsenal de chaves e ferrolhos velhos, com que trancamos a porta à civilização do século. Presumo haver assinalado o erro fundamental dessa doutrina funesta, que é a história do cão na manjedoura. Não voltarei a essa discussão geral, porque não há quem se proponha domar a rotina ou convencer a má fé; a primeira esmagasse, e a segunda pune-se arrancando-lhe a máscara. Para assinalar, porém, o outro lado da questão, pretendo agora indicar a importância atual das nossas províncias ribeirinhas; ver-se-á do quadro ligeiro da sua situação que o que mais reclama a medida do livre comércio do Amazonas, é o próprio interesse do Brasil, e que pois essa medida deve ser decretada como coisa sua, como ato da sua soberania, necessário ao bem estar dos povos e ao desenvolvimento da riqueza pública”. (O VALE DO AMAZONAS, págs. 196 a 197).

A LUTA CONTINUARIA

A LUTA de Aureliano Cândido Tavares Bastos seria continuada por muitos no que tange à defesa da Amazônia. Os que viriam fundar depois a Escola Superior de Guerra defenderiam a grande região, sobretudo no que diz respeito à segurança nacional. O glorioso Exército Brasileiro, através de seus componentes, cerraria a sua tradicional e patriótica fileira em defesa da soberania da terra brasileira.

Surgiram depois do pensador das Alagoas, inúmeros escritores, economistas, sociólogos e historiadores. Um patriota como o marechal Cândido Rondon se tornaria um mito.

Esquecê-los? Nunca. Embora tantos tenham esquecido o precursor de uma luta heróica, tão cheia de brasilidade.

Neste ensaio biográfico sobre a personalidade de Tavares Bastos lembramos João Craveiro Costa, GASTÃO CRULS, João Daniel, Gaston Donnet, Alexandre Rodrigues Ferreira, João Severiano da Fonseca, Raja Gabaglia Rodolfo Garcia, Raimundo Moraes, Alberto Rangel, Alípio de Miranda Ribeiro, João Rodrigues Barbosa, João Sales, Henrique A. Santa Rosa, frei João de São José Antônio Pirineus de Souza, Afonso de E. Taunay, Samuel Uchoa, José Veríssimo e tantos, tantos defensores do Amazonas, muitos, esquecidos, injustiçados como o autor de **CARTAS DO SOLITÁRIO**.

Seria uma injustiça não invocarmos o nome do general Rodrigo Otávio, de Evaldo Diniz, de Artur César Ferreira reis, de João Botelho, de Rubens Descartes, de Garcia Paula, do general Antônio de Brito Júnior, de Genival Rabelo e por último do Marechal Lima Brayner, todos eles vigilantes contra os que sempre cobiçaram a Amazonas, Amazônia misteriosa, brasileira, verde e amarela que foi a musa do pensador das Alagoas.

Nesta hora de brasilidade em que as Forças Armadas estão vigilantes contra as artimanhas dos apátridas, não podendo as novas e velhas gerações esquecer a figura patriótica, nacionalista de Tavares Bastos.

Lendo-se a sua obra com o devido cuidado, tira-se a conclusão de que ele pensava como o Exército Brasileiro: “integrar para não entregar”. Daí ter doutrinado para as gerações futuras:

“É agradável, senhores, variar sobre esse tema encantador agora, nas vésperas da reunião de uma câmara abençoada pelo olhar esperançoso da população. A atitude do parlamento é essa. A do governo não pode ser outra, Sob pena de uma ruína infalível, sob pena de engrossar a nuvem sinistra das decepções antigas, sob pena de estragar o presente e de comprometer gravemente o futuro das próprias instituições representativas, o programa do governo é esse, e somente esse. A política abstrata, as promessas vagas, as hipocrisias já demasiadamente conhecidas e desprestigiadas não podem mais fazer fortuna. Não hão de fazê-la”. (VALE DO AMAZONAS, Págs. 402 a 403).

TAVARES BASTOS E A SEGURANÇA NACIONAL

Nos dias de hoje, Aureliano Cândido Tavares Bastos seria um atualizado. Estaria o rol dos que entendem que a Pátria deve viver a todo custo dentro dos princípios constitucionais, tendo em vista o fundamento jurídico das garantias individuais. A sua doutrina não se conflitua, absolutamente, com o que dispõe o artigo 85, alínea V, da Constituição Federal de 1967, com a redação que lhe foi dada pela Emenda nº 1.

Aquela pregação de que se devia integrar o homem, fixá-lo ao meio ambiente, dando-lhe condições de coexistir pacificamente, com dignidade, está dentro da sistemática não só da Escola Superior de Guerra, como de diversos diplomas legais que forçaram a criação, Por exemplo, da SUDENE, da SUDAN, do Banco do Nordeste, do Banco de Habitação e tantos outros órgãos governamentais.

A doutrina do pensador alagoano visava direta ou indiretamente à coletividade humana. E é o que se sente lendo O VALE DO AMAZONAS ou A PROVÍNCIA.

Soube o ilustre escritor dividir perfeitamente e segurança externa, embora mostraria, como mais tarde o jurista José Cavalcante Neves, que:

“Não há legitimidade no desenvolvimento econômico que não

esteja condicionado pelas linhas de um Estado Constitucional de Direito, este condicionado, por sua vez, pelo resguardo permanente dos direitos e garantias individuais”. (in DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ESTADO DO DIREITO, pág. 10).

Apresentado um verdadeiro programa revolucionário que tanto se identifica com as revoluções de 1930 e 1964, em A PROVÍNCIA Tavares Bastos chega a sugerir leis que hoje estão em execução, como a criação da Justiça Federal e das Polícias Federais funcionando os Estados-Membros sem ferir a autonomia desses mesmos estados. E no que tange à região Amazônia, esse pensador foi incisivo quanto à necessidade de uma estratégia para que mais tarde o Brasil fosse vítima de aventureiros.

Na revista A DEFESA NACIONAL, especializada em assuntos militares e estudos brasileiros, de janeiro e fevereiro de 1968, vamos encontrar um vibrante ensaio do general Frederico Rondon intitulado AMAZONIA BRASILEIRA — Ministério e Incompreensão versus Economia e Segurança. Depois de estudar minuciosamente os aspectos econômicos, geográficos e de segurança da grande região, o ensaísta mostra a necessidade da assistência às populações municipais, vítimas muitas vezes por causa das desproporcionalidades, pelo excesso de territórios. Num trecho de seu trabalho, parece que fala com voz daquele patriota das Alagoas, quando exclama:

“Na Amazônia, a integração nacional deve ser o objetivo a atingir, objetivo nacional permanente que se há de alcançar pela valorização da terra e do homem, pelo povoamento que a

colonização planificada propiciar, com as correntes internas a suscitar no grande viveiro nordestino; pelo desenvolvimento da agricultura e das indústrias rurais, com elementos humanos, capitais e técnicas ao nosso alcance imediato; procurando preservar, nas populações regionais, as características de nossa cultura; considerando como fator imigração selecionada, subordinando, enfim, os interesses das nações amigas às nossas conveniências”.

Sem segurança não haverá desenvolvimento. Portanto, o mestre de O VALE DO AMAZONAS foi um precursor de tantas doutrinas, inclusive a da chamada segurança interna com reflexos na segurança externa.

Neste modesto ensaio biográfico queremos mostrar a atualização de Aureliano Cândido Tavares Bastos no que tange à segurança nacional na região amazônica para tal, buscando o auxílio de escritores militares que estão preocupados com aquele mundo verde tão cobiçado; mundo de cinco milhões de quilômetros quadrados integrado pelo Pará, Amazonas, Roraima, Acre, Amapá Rondônia. E se dizer que, não dispendo de aviões, de possantes embarcações, com uma saúde frágil, o jovem alagoano percorreu aquele mundo que hoje está protegido por Ministérios civis e militares, mas que naqueles dias era selva onde nem a religião havia penetrado.

Por tudo isto, queremos o que Tavares Bastos fez pelo Brasil, deixando tudo escrito no VALE DO AMAZONAS. Ele merece muito, muito de gratidão dos brasileiros, e, particularmente, dos que nasceram nas Alagoas.



VIII PARTE

O FIM DE UMA PEQUENA VIAGEM

28 — A Província

29 — Perseguido pela doença

30 — Fora do Parlamento

31 — *“Moris velocis spatti meta novissima est”*



A PROVÍNCIA

No ano de 1870 surgia a primeira edição de A PROVÍNCIA. Estava bem perto de 1875, quando morria o grande brasileiro Aureliano Cândido Tavares Bastos.

Esse livro é uma mensagem revolucionária contra as eternidades das Cartas Magnas. Logo no prefácio, o seu autor escreveria:

“Os que desejam a eternidade para as constituições e o progresso lento para os povos, os que são indulgentes, moderados, conciliadores, escusam folhear este livro. Não foi escrito na intenção conservadora; inspirou mui oposto sentimento.

Pedindo inspirações à história do seu país, o autor não presume inventar: expõe, comenta, recorda.

O Verdadeiro liberalismo não é, para ele, um recém-nascido. Não é um acidente dos sucessos contemporâneos, mas gloriosa tradição das nossas lutas políticas.”

Por mais que o jovem alagoano de trinta e cinco anos queira convencer que não é um revolucionário fazendo uma pregação pacífica, não convence. A PROVÍNCIA vale por um programa. Um excelente programa, mesmo quando o seu autor se prende a expor teses sem querer forçar soluções.

A sua luta nessa obra é a respeito da descentralização no Brasil. E para chegar a convencer dos males da centralização, o insigne mestre expõe doutrinariamente, dando caráter universal, o significado de uma centralização governamental.

Depois, estuda os Estados Unidos em face de seus três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Entra pela autonomia das Colônias Inglesas.

Quando Tavares Bastos disserta sobre as instituições provinciais, o faz como um crítico elevado. E afirma, quando se refere ao Ato Adicional, que:

“Em 1831 uma revolução nacional tentará quebrar o molde antigo que comprimia o Brasil a imitar francamente os modelos americanos. O grande prestígio desse movimento memorável é a ideia que o iluminou e dirigiu” (A PROVÍNCIA, Pág. 86).

É examinado o aspecto jurídico constitucional quanto à vitaliciedade de D. Pedro II diante do poder central que, absolutamente, não poderia ser comparada, com o poder temporário de um presidente de província confederada, como era o caso do Brasil.

É evidente que esse aspecto da obra de Tavares Bastos merece um acurado estudo – e que ainda não abordado nas universidades. É trabalho seríssimo, sobretudo levando-os em consideração a idade do autor e a época em que escreveu.

Mostram as páginas de A PROVÍNCIA que houve

uma tentativa de descentralização, trabalho de uma geração que afetou a independência e influiu nos conselhos e assembléias do primeiro reinado. Mas havia uma força maior que desmantelava o trabalho e as idéias dos reformistas. A razão dos grupos provincianos.

Tavares Bastos vai por aí, e tão séria é essa obra, que estamos certos de que um dia alguém escreverá uma coisa assim: “Como se deve compreender Tavares Bastos...” Aí A PROVÍNCIA terá o seu grande capítulo, onde constará o leitor o papel dos senados provinciais, e das comissões permanentes que praticamente não existiram na fase Imperial.

O Municipalismo foi sempre um assunto da predileção do mestre das Alagoas. Daí porque ele brada contra as ilegalidades existentes em tantas províncias, quando se faziam leis a sabor dos interesses regionais, onde a justiça e a polícia ficavam dependentes dessa legislação absurda, quando o papel do intendente, do prefeito era outro.

“A administração dos interesses coletivos que constituem o município, o serviço das vias de comunicação, as ruas, os jardins, os lugares de logradouro público, a iluminação, as águas, a irrigação, os esgotos, os incêndios, a escola, o hospital, o cemitério, e tantos outros, não oferecem em parte alguma tipos uniformes em importância e grandeza.

A extensão e riqueza dos municípios urbanos ou rurais, o grau de adiantamento dos povos, as circunstancias físicas e a densidade da população variam profundamente em

cada uma das partes do Império, no norte, no centro, no sul, no oeste; fariam mesmo, com feições pronunciadíssimas, nas diferentes comarcas de uma mesma província.” (Ob.cit., pág. 141).

Pode alguém dizer que é exagero se afirmar que A PROVÍNCIA vale por um programa de Governo. Poderíamos ir mais adiante. Vale por vários programas, pois o seu ilustre autor não esqueceu de tratar da instrução pública, no que tange ao ensino particular. Mostrou doutrinariamente o significado do ensino público. Em suma, indicou uma situação tremenda que anos depois o romancista Graciliano Ramos em monumental relatório, datado de 10 de Janeiro de 1929, dirigido ao governador Álvaro Paes, denunciava situação que era geral no País.

Dizia o autor de ANGÚSTIA:

“LEIS MUNICIPAIS – Em Janeiro do ano passado não achei no Município nada que se parecesse com lei, fora as que havia na tradição oral, anacrônicas, do tempo das candeias de azeite.

Constava a existência de um código municipal, coisa inatingível e obscura. Procurei, rebusquei, esquadrinhei, estive quase a recorrer ao espiritismo, convenci-me de que o código era uma espécie de Lobisomem.

Afinal, em Fevereiro, o secretário descobriu-o entre papéis do Império. Era um delgado volume impresso em

1865, encardido e dilacerado, de folhas soltas, com aparência de primeiro livro de leitura de Abílio Borges. Um furo. Encontrei no folheto algumas leis, aliás bem redigidas, e muito sebo.

Com elas e com outras que nos dá a Divina Providência consegui agüentar-me, até que o Conselho, em Agosto, votou o código atual”. (ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS).

E assim A PROVÍNCIA chegou ao público. Reeditada pela Companhia Editora Nacional através da “Biblioteca Pedagógica Brasileira, COLEÇÃO BRASILEIRA, vol. 105, logo se esgotaria.

É preciso que o Governo do Estado em que nasceu Tavares Bastos compreendia o que vale para a juventude universitária a reedição dessas obras. As reedições dos livros de um estadista da altura daquele jovem nascido na velha capital alagoana.



PERSEGUIDO PELA DOENÇA

TAVARES Bastos foi sempre uma pessoa perseguida pela doença. Naqueles dias o Rio de Janeiro era constantemente assaltado pelas epidemias. Os processos modernos de profilaxia, de higiene, de medicina sanitária engatinhavam. As gripes causavam morticínios. A varíola, chamada de “bexiga”, era comum até nos lares ricos.

Muitas vezes essas gripes epidêmicas quase que tragavam o autor de *O VALE DO AMAZONAS*, o interessante, como dissemos em capítulo anterior, para escrever essa obra, Tavares Bastos esteve nos locais que forneceram subsídios para suas teses e discursos no Parlamento. Andou de canoa, subindo e descendo rios. Viu malocas de índios. Esteve nos seringais. Subiu por montanhas. Tomou banhos e bebeu águas em rios contaminados. Foi contaminado de malária. Arruinou mais ainda a sua frágil saúde.

Regressando do Amazonas, procurou escrever a grande obra sobre o vale que viu. Regressou mais brasileiro. Porém, mais cansado, mais abatido.

Junte-se tudo isto àquele eterno estado emocional que o acompanhava. Aquela necessidade de descarregar a cultura que vinha armazenando desde seus tempos de preparatório, quando na velha cidade das Alagoas iam-se ensinando latim, filosofia, regras

de direito, porque logo mais, para o magistrado Tavares Bastos, o seu menino seria um acadêmico da Escola de Direito da cidade de Olinda.

Em 27 de janeiro de 1866, Tavares Bastos contrai núpcias com a senhorita Maria Teodoro Alves Barbosa, filha do abastado casal capitão da Guarda Nacional Antônio Alves Barbosa.

Segue então pela primeira vez para a Europa. Embora tenha travado contato com centros universitários, estudado, pesquisado, observando, perdendo-se nos corredores das bibliotecas, dos museus, dos parlamentos, nem tudo foi um mar de rosas, uma lua de mel sem incidente. É que Aureliano Cândido e sua esposa dona Maria foram acometidos de febre tifóide.

Naqueles dias o tratamento de uma moléstia assim era demorado. Não havia o antibiótico nem recursos outros que modernamente a medicina emprega. Tavares Bastos não custou a sarar, o que não ocorreu com sua jovem esposa. Esteve entre a vida e a morte.

Finalmente, regressou. Viagem longa por mar. Chegara abatido. Mas, logo estava na luta.

A Guerra do Paraguai preocupava o jovem político. As conseqüências que adviriam desse conflito entre duas nações.

Muitos, tantos, exploraram a guerra, cevando-se num falso patriotismo, numa demagogia barata. Tavares Bastos, não. Foi o político austero, que pensou na paz.

Por outro lado, nessa fase, os republicanos trabalhavam, conspirando. Havia inquietação. Era preciso que alguém mostrasse a situação do País perante o povo. Um país sacrificado que não podia fazer milagres. E esse alguém foi o alagoano Tavares Bastos. A ele, por determinação de seu partido, caberia esclarecer o povo, destruindo os ataques da imprensa,

dos boletins anônimos, dos discursos nos comícios, nas prosas venenosas das mesas dos botequins, onde os estrategistas da guerra e da polícia agrediam a honra alheia. Era preciso esclarecer o expectador. Aureliano Cândido pensava como GOETHE, “ninguém tem consciência, afora o expectador.”.

Parar? Era impossível. Lá estava o Brasil esperando por aquele pequenino homem estudioso, nascido num pequeno Estado.

É possível que dona Maria, esposa de Aureliano Cândido, tenha pedido, solicitado, rogado, implorado contra aquela febre de estudo, de vibração, de entusiasmo. Procurando fazê-lo retornar, nas madrugadas friorentas da Corte, ao leito. Ela, a esposa, sabia que o marido era um perseguido pela doença.

Tavares Bastos preferiu, todavia, se sacrificar pelo Brasil, pelo seu partido, embora legasse um nome e uma obra. Somente. Pois logo mais iria morrer pobre. Entendemos, pois, que na sua sepultura ficava muito bem esta inscrição: MORTO EM COMBATE. Pois, combater foi o que fez gênio, esse titã.



FORA DO PARLAMENTO

Na verdade estava Tavares Bastos desiludido. Recebia pedradas por todos os lados. Até do seu próprio partido. Aquela discussão, aquela interpretação dos problemas brasileiros acima das paixões, dos interesses partidários, colocava-o mal perante os seus correligionários, isto é, perante aqueles que viviam cevados dos cofres públicos.

Invocamos Carlos Pontes ainda no seu livro TAVARES BASTOS, pág. 272:

“A verdade é que Tavares Bastos já se ia desiludindo na prática do regime, e a comédia parlamentar já começava a enfará-lo. Viu como lhe custara caro a vitória.

Fora preciso desdobrar-se-lhe exaustivamente a atividade, na tribuna, no livro e na imprensa, para conseguir alguma coisa, vencendo não só a conjuração dos medíocres como as próprias hesitações dos amigos.

Na familiaridade niveladora das assembléias políticas, é comum confundirem-se as grandes idéias com os pequenos interesses, os nobres

intuitos com as mesquinhas ambições. Daí a tragédia dos homens superiores em tais meios, condenados a confrontos absurdos e a prêmios brilhantes”.

Teria então de escolher outra carreira? O comércio? A advocacia? O jornalismo que ainda não era naquele século uma profissão propriamente dita?

É verdade que o senhor Costa Rego fala no jornalista em alguns ensaios que escreveu a respeito do autor de A PROVÍNCIA. Chega a dizer que ele foi o primeiro jornalista brasileiro na ordem cronológica. “É uma opinião e não é rigorosamente a história”, acentua o ex-governador das Alagoas. E invoca a passagem do pensador nos jornais da Côrte, para arrematar que ele foi um dos maiores homens do antigo reinado:

“Tavares Bastos era, porém, de tal maneira grandioso que não cabia no próprio Amazonas. Dos vinte e dois aos trinta e seis anos agitou todo o complexo dos problemas verdadeiramente nacionais, mas a sua ação não durara tanto. Ele a desenvolveu, em uma espécie de milagroso advento da madureza, dos vinte e dois aos vinte e oito anos.

Em todo o Brasil de uma vida tão intensa em sua brevidade. Desse curtíssimo período as Cartas do Solitário e O Vale do Amazonas. Só A Província é o trabalho de um homem maior de trinta anos — e já em desgraça, pois não volverá ao Parlamento” (ÁGUAS PASSADAS, págs. 22 a 24).

É que Costa Rego entendia que o pensador Alagoano foi o primeiro jornalista que fugiu à regra — que era um lugar comum — de ataques pessoais, fazendo jornalismo puro.

Ao nosso entender, a tribuna da imprensa, como a tribuna da praça pública, foram para Tavares Bastos um prolongamento do Parlamento. Uma maneira de convencer o povo, o povo que ele amava, respeitava, não como um demagogo, todavia como um pensador.

A sua decepção não vinha do povo, porém de grupos.

“A minha ambição corre neste estágio; tenho disto orgulho; porquanto, desde quando é um crime de ambição de ser útil à pátria? E se não é este o meio legítimo de adquirir influência, então, é melhor que os homens de certa organização abandonem a cena política aos demagogos”.

É o que registram os Anais da Câmara dos Deputados em 29 de Agosto de 1866. O pensador não volta ao Parlamento. É um homem cansado. Doente. Desgastado. A República raiava como uma esperançosa aurora. E Tavares Bastos, durante tantos anos injustiçados pelos republicanos, sentiu a presença dessa aurora que vinha vindo.

Só muito mais tarde, na fase republicana, o pensador seria recordado, como escreveu Costa Rego, com aquelas qualidades de agitador e profeta; agitador que sacudiu “não raro um deserto”. Um deserto que seria este Brasil de hoje dos programas de desenvolvimento que aproveitariam os vales, as serras úmidas, os tabuleiros costeiros, e da pré-Amazonia.

Brasil dos programas de desenvolvimento dos cerrados (policentro), que envolve o triângulo mineiro, o alto e médio São Francisco, o vale do paracati, as Três lagoas em Campo Grande, Bodoquena, Xavantina, Parecis, Gurupi, Paranã, Pirineus e Rio Verde. Brasil dos programas de pólos agropecuários e agrominerais da Amazônia, estendendo-se pelo Xingu-Araguaia, Carajás, Araguaia-Tocantis, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia maranhense, Rondônia, Acre, Juruá-Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Jurema, Aripana, Marajó.

Parece até que os governantes estão agindo guiados pelos traçados do autor do VALE DO AMAZONAS.

É o Brasil grande, progressista. Brasil sonhado, profetizado pelo imenso Aureliano Cândido Tavares Bastos.

MORIS VELOCIS SPATTI META NOVISSIMA EST

PLATÃO agarrou-se à teoria da imortalidade. E não se amedrontou jamais com a morte. Para o filósofo a alma era simples. Daí ele não ter medo da sua transposição para um outro mundo, como se estivesse certo de que o platonismo seria solução para tantos problemas que viriam depois. Era a sublimação contra um materialismo cruel, que se choca diante da beleza, do ideal de um Aureliano Cândido Tavares Bastos.

O pensador alagoano nem se quer teve tempo de concluir sua formação, sua cultura. Viveu somente três anos mais do que Aquele revolucionário da Galiléia. Daquele homem, que se dizendo filho de Deus, diante do imperialismo romano abordou as questões sociais e econômicas; e, por isso, foi condenado como agitador social, como está escrito na sua sentença de morte. É que Jesus, como todo homem de pensamento, olhou a pessoa humana, a família e a sociedade como prolongamento do homem, do homem livre, o que não ocorria com o homem escravo que foi o grande cliente gratuito desse advogado nascido nas Alagoas.

Tavares Bastos não temeu jamais a morte. Fraco de corpo, com a saúde sempre abalada, mas forte de espírito, deve ter pensado muito como *Lucas* (XII, 4). Assim não tinha receio dos que matam o corpo. Partindo desse princípio bíblico que pode ter sido posto em execução por mera coincidência, o autor do

VALE DO AMAZONAS enfrentou tiranos, ambiciosos, covardes, carreiristas políticos, negociastas e hipócritas que fingiam ser amigos, porque tinham medo; medo sim, mas da sua cultura, do seu saber, da sua coragem, do seu patriotismo.

Pranteamos sua morte prematura, quando muito poderia ainda fazer pelo Brasil. É lamentável que não tenha sido uma existência longa. Como ocorreu com Juarez Távora, revolucionário que percorria todo o Brasil numa luta por um ideal, e, em seguida, ocupava vários postos de relevo desta Nação. Como Café Filho, Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, Humberto Castelo Branco, Cândido Rondon, o próprio Visconde de Sinimbu, um homem de sua época; e porque não se invocar um Napoleão Bonaparte, um Charles Gualle, um Winston Churchill?

Tavares Bastos morreu com a idade que muitos vão começar. Legou, todavia, uma obra que mostra ser possuidor de tantas facetas culturais: o sociólogo, o político, o antropologista, o jurista que dominava os campos do Direito constitucional, administrativo, penal, internacional, tributário, dando-se aos primeiros, como ser vê no livro A PROVÍNCIA, para fixar a existência autônoma do direito municipal.

Tavares Bastos não foi reeleito. Estava pobre, pois não auferia vantagens com a política. A doença, a maldita enfermidade, tomava conta de seu faminto corpo. Foi aconselhado pelos seus médicos a viajar com urgência para a Europa.

No dia 23 de Abril de 1874, parte com a família. Deixa o solo da pátria que foi objeto sempre de sua luta, de seus estudos. Ele sentia que não retornaria vivo. É o que se depreende deste trecho que escreveu ao seu amigo conselheiro Nabuco de Araújo, num papel do navio que o levou ao velho mundo:

“Parto cheio de apreensões quanto ao

meu estado de saúde, nem espero regressar este ano”.

Está na Europa. Receita-se em Londres. Procura notáveis médicos em Paris. É aquela vontade de viver que o mantinha de pé. O amor à família, aos amigos e ao Brasil.

Procura também Viena. Chega até a melhorar. Começa a pensar na filha, na esposa, nos seus amigos.

Chega o inverno. O alagoano sofre as conseqüências do frio europeu.

No dia 20 de Abril daquele ano completa 36 anos. Está preocupado com o que se passa no Brasil. Sente que o Imperador D. Pedro II vai abdicar. Segue então para a Alemanha. Esteve na Suíça. Volta À França, quando é atacado por brutal pneumonia.

Finda-se o homem. O homem matéria. Extingue-se o pensador na flor da idade.

Tavares Bastos sentiu que não voltaria à terra querida com os pés. Retornaria num caixão mortuário ao solo pátrio no dia 30 de Abril de 1876, para repousar num cemitério no Rio de Janeiro.

Certo estava SÊNECA, quando escreveu esta sentença: “A morte é o último marco de uma carreira rápida”. Parece até que o filósofo profetizava que um dia na América do Sul, no Brasil, nas Alagoas, haveria um Tavares Bastos, brilhante, sábio, que só viveria trinta e seis anos.

“MORIS VELOCIS SPATTI META NOVISSIMA EST”.



G R A V U R A S





Aureliano Cândido Tavares Bastos





O Dr. José Tavares Bastos, pai de Tavares Bastos (Aureliano).





**O índio representa o Amazonas gigante.
O jovem, é o pensador Aureliano Cândido Tavares Bastos.**





Charge do “Bazar Volante”, de 2 de out. de 1864, representando Saraiva com Tavares Bastos, de volta a Missão do Prata.

A Revista “Bazar Volante”, de 2 de out. de 1864 publicava a charge acima. Vê-se o Conselhoeiro Saraiva carregando o menino Tavares Bastos.





**Dona Rosa Cândido Tavares Bastos,
mãe do Dr. Aureliano Cândido Tavares Bastos.**





João Lins Vieira Cansação do Sinimbu uma personalidade marcante das injunções políticas.





**D. Pedro II, Magnanimo, porém comprometido com facções políticas.
Não pôde evitar a demissão de Tavares Bastos do Ministério da Marinha.**



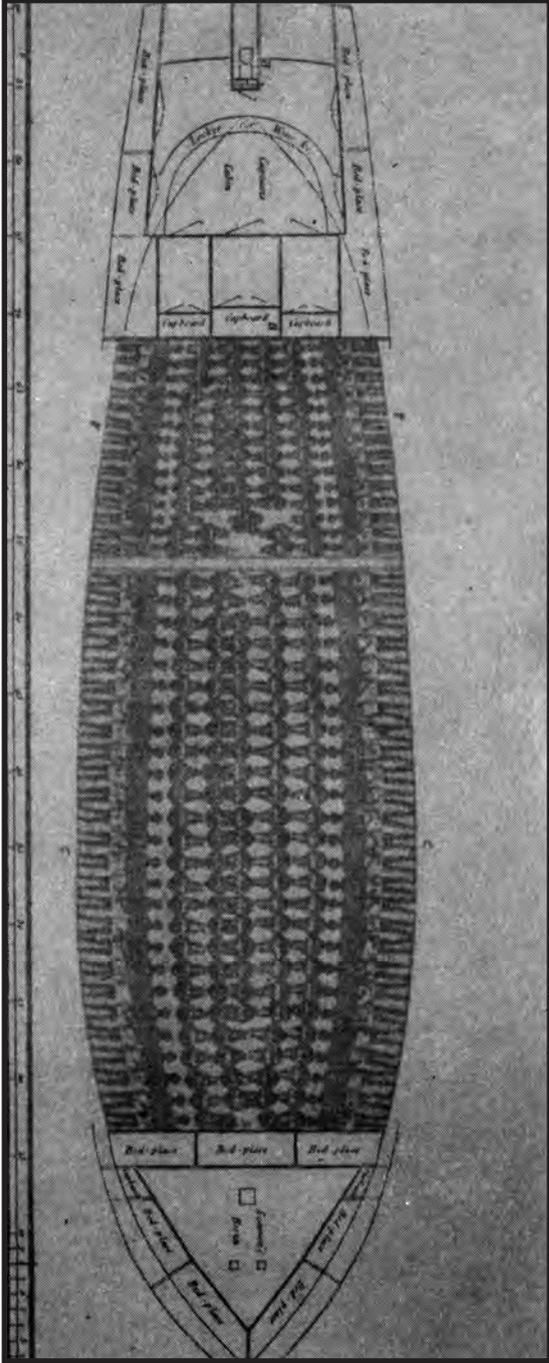






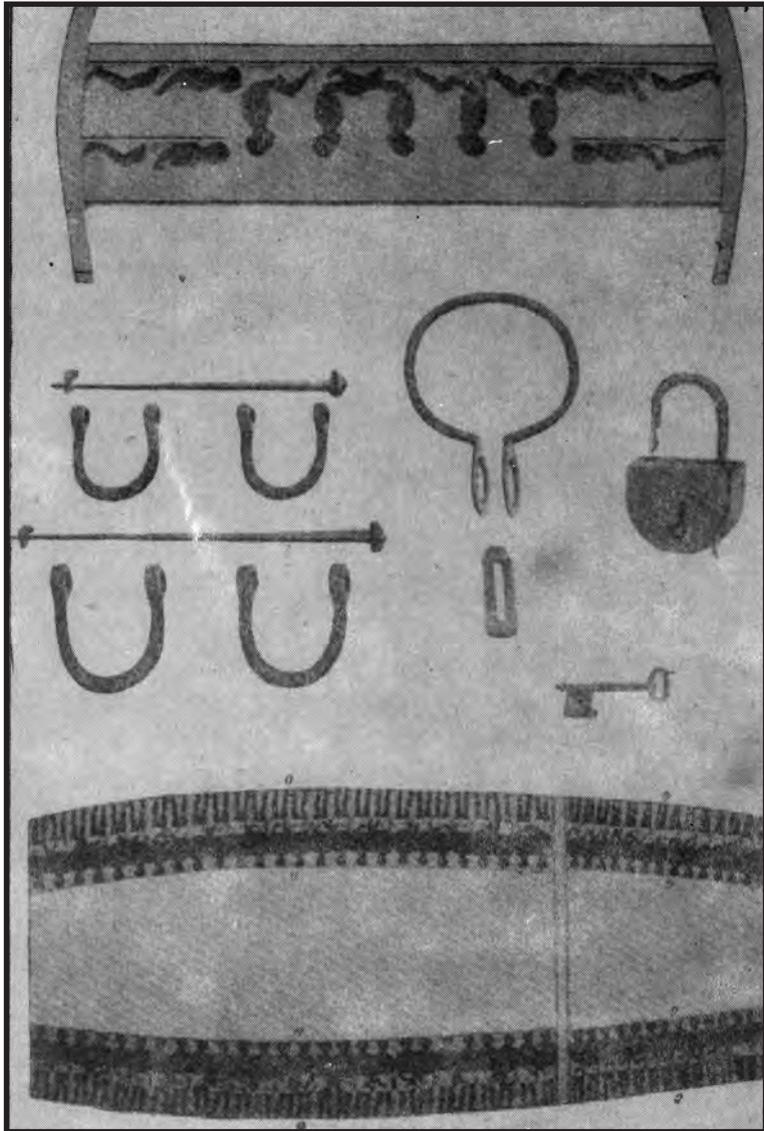
O trabalho forçado na Fazenda





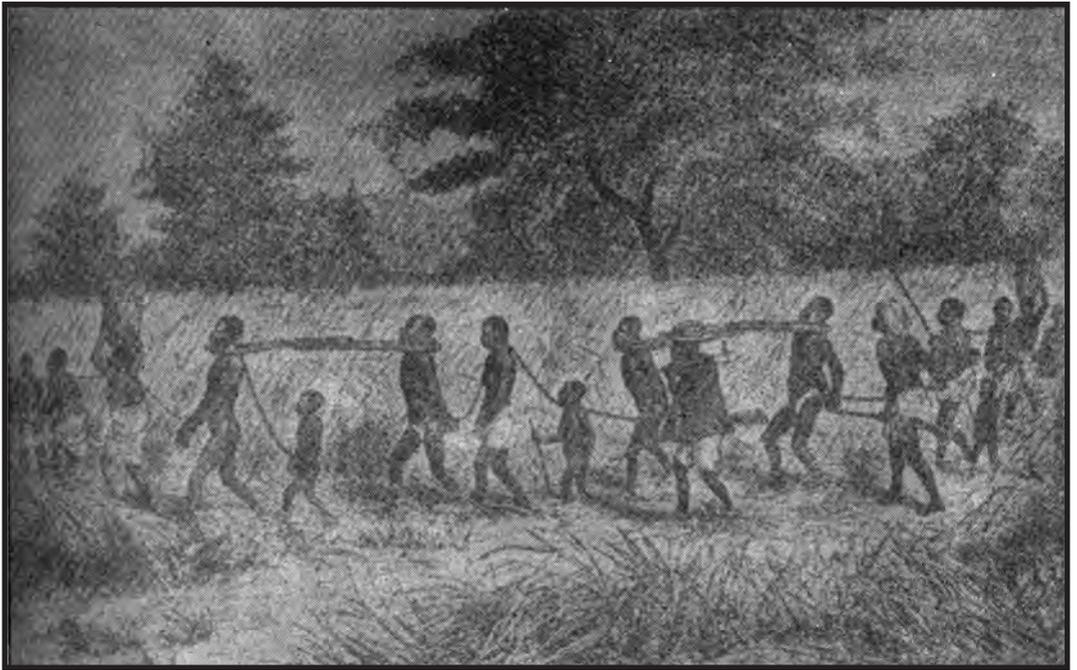
Alojamento mercadoria humana num navio negroiro nos principios do século XIX.





**Alojamento da mercadoria humana num navio negreiro nos
princípios do século XIX
(Segundo uma publicação inglesa de 1823).**





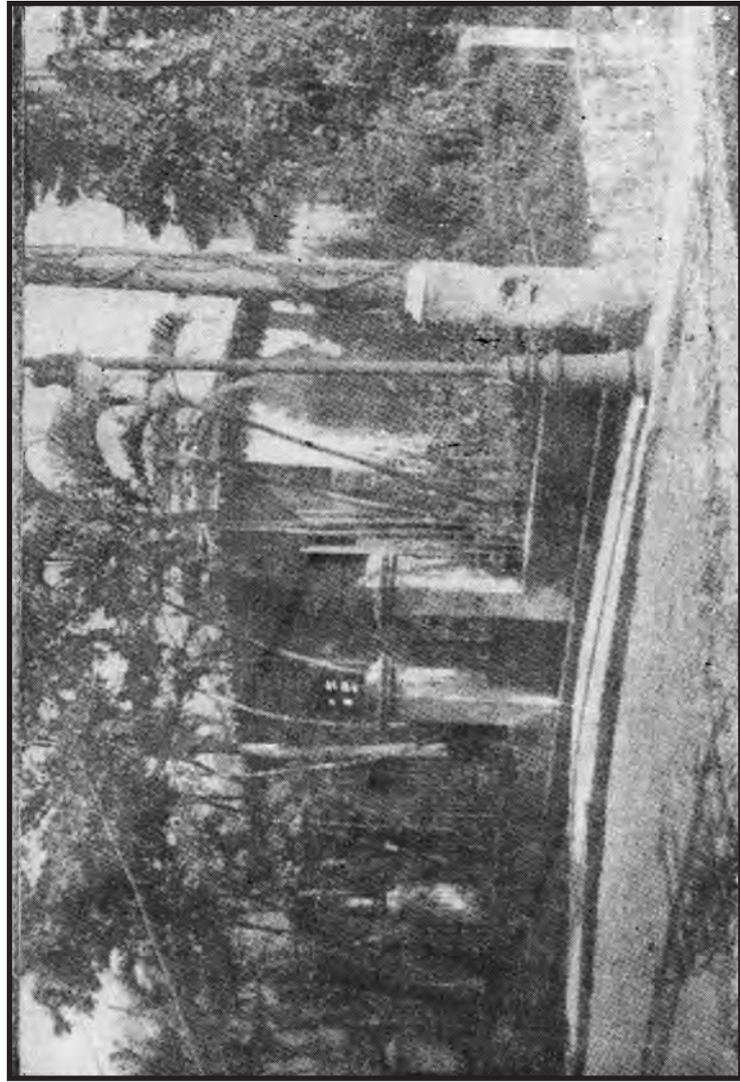
Transporte de escravos africanos





Embarcando escravos sob a proteção das baionetas.





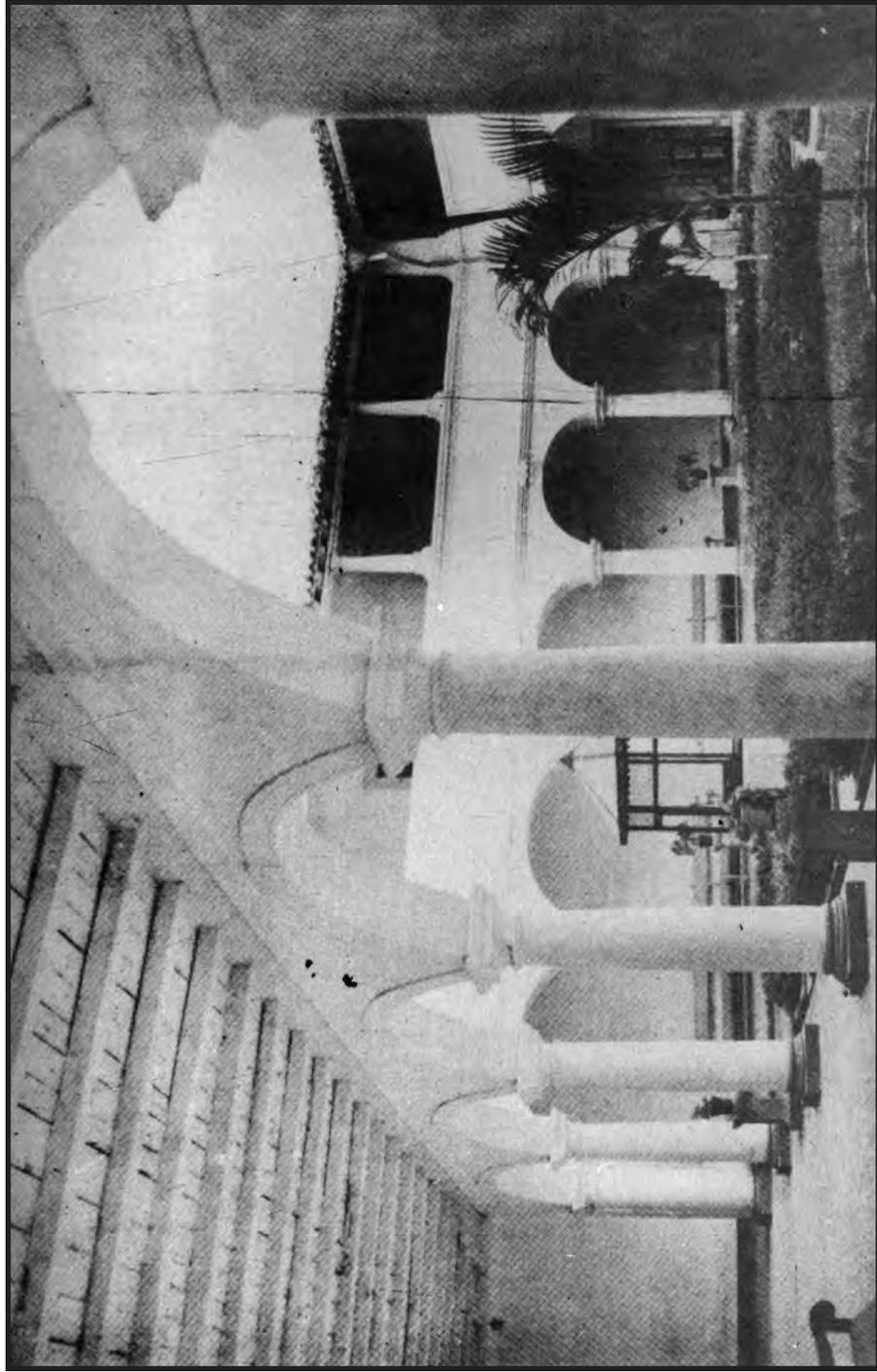
Última residência de Tavares Bastos no Rio. O “estojo”, segundo Zacarias de Soes.





Nesta igreja da velha cidade das Alagoas, hoje Marechal Deodoro, Tavares bastos ensaiou seus primeiros passos.





Neste átrio do velho convento de Marechal Deodoro, antiga Alagoas, Aureliano Cândido Tavares Bastos aprendeu a seu um solitário





Índios do vale do Amazonas que foram objetos de estudos do pensador de Alagoas





O Índio da Amazônia flexando por elevação.





**Aureliano Cândido Tavares Bastos no ano que colou grau em Direito
pela Faculdade de Direito de São Paulo.**





Conselheiro José Antonio Saraiva, amigo do Titã Alagoano.



Este livro já estava no prelo em face de ter sido premiado — “Prêmio Tavares Bastos”, instituído pelo Instituto Histórico das Alagoas — MEC, quando também obteve o prêmio “Costa Rego — 1976” instituído pela Academia Alagoana de Letras.

Transcrevemos abaixo o parecer prolatado pelo prof.: Abelardo Duarte aceito unanimemente pela A. A. L.

“PARECER

Ao Prêmio “COSTA REGO”, versão 1976, concorrem dois candidatos: Douglas Apratto Tenório (“A imprensa Alagoana no arquivo pernambucano (1878 / 1889) — Contribuição à história da Imprensa Alagoana no ocaso do Império”); Paulo de Castro Silveira (“Tavares Bastos, um Titã das Alagoas”).

2 — O candidato Douglas Apratto Tenório apresenta um trabalho, fruto de pesquisa realizada em companhia do Pe. Pedro Teixeira Cavalcanti no Arquivo Público de Pernambuco em coleções de “diários, hebdomadários, quinzenários, mensários,” alagoanos (ambos estão fazendo o Mestrado em História na UFPe), que o seu A. considera “uma pequena contribuição” ao estudo da História da Imprensa Alagoana “ou a sua própria História Social”.

É inegável a valia dessa contribuição à História da Imprensa das Alagoas. Cento e quinze órgãos de imprensa foram registrados. São apresentados, sob a forma de verbetes, com informações, transcrições e, às

vezes, pequenos comentários. Afirma o A. que o seu trabalho em apreço “nada mais é senão o registro dos jornais alagoanos do sec. XIX encontrados nos arquivos de Pernambuco e a coletânea de alguns editoriais e textos dos mesmos”. Com tão rico material pesquisado e com a inteligência e a técnica reveladas, o A. poderá ampliando, e dando densidade ao excelente esquema apresentado no intróito, especialmente o assunto “reforma federativa” que tem quase sabor de ineditismo, entre nós, oferecer-nos trabalho mais valioso ainda. Como está, é, realmente, apenas um “registro” sem maiores comentários. Embora apreciável.

3 — O candidato Paulo de Castro Silveira no seu trabalho “Tavares Bastos, um Titã das Alagoas” bosqueja a vida e a obra de Aureliano Cândido Tavares Bastos, em VIII capítulos.

Num estilo vibrátil, o A. confessa, no prólogo, que as emoções que as obras de Tavares Bastos lhe proporcionara na mocidade, voltara agora, na idade madura, a produzir o mesmo efeito. O que há de mais originalidade nos comentários de A. é a tentativa de aproximação de certos postulados pregados pelo genial Alagoano a normas atuais seguidas ou adotadas. O A. chega a ver, nestas, a influência nítida da obra de Tavares bastos. Diz o A.: “Podem surgir outras fórmulas e mestres outros da economia, das finanças, da Administração e do Direito Administrativo. No fundo, porém, toda essa engrenagem progressiva e que já hoje conta com o auxílio da Cibernética, nada mais é do que inspirações de pioneiros e precursores como o Alagoano Aureliano Cândido Tavares Bastos (...)”.

Este ensaio de Paulo de Castro Silveira é um livro de 185 páginas, ilustrado, (21 gravuras). Há uma

preocupação, que figura com a espinha dorsal do livro, em demonstrar a atualidade de Tavares Bastos. O A. força, às vezes, as coisas para chegar ao seu ponto de vista, sustentando entusiasticamente, no seu já proclamado estilo nervoso, vibrátil.

O ensaio em tela é uma inteligente e formosa contribuição ao estudo biográfico e à análise da obra de Tavares Bastos e vem somar-se à brilhante bibliografia sobre o autor das “cartas de um solitário”. Meritoso estudo biográfico e histórico-social, bem estruturado. De tudo visto, somos de parecer que:

1º — Seja concedido o prêmio “COSTA REGO”, VERSÃO 1976, ao ensaio “Tavares Bastos, um Titã das Alagoas”, de autoria do candidato Paulo de Castro Silveira.

2º — Seja concedida MENÇÃO HONROSA ao trabalho “A Imprensa Alagoana no Arquivo Pernambucano (1878 / 1889) — contribuição à História da Imprensa Alagoana no ocaso do Império”, de autoria do candidato Douglas Apratto Tenório.

Maceió, 31 de Outubro de 1976

Abelardo Duarte — (relator)





